

SERVIÇOS DE APOIO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO
 Documento recebido em 29-1-80
 Distribuído em 30.1.1980 através
 do envelope n.º 29.JAN80 00011
 para a reunião ordinária de _____

António
 Ten.

Jornais de 23
 a 29 JAN. 80

IMPrensa NACIONAL

O foco das atenções concentra-se, este período, na pessoa do Presidente da República. Ou na forma de uma polémica directa ("Tempo"), ou a propósito das próximas eleições presidenciais ("O Diabo" e outros), ou ainda no seguimento de questões despoletadas pela linha de política externa do VI Governo Constitucional, parece romper na Imprensa próxima da AD uma campanha de denúncia da "estratégia eanista" (expressão de "O Diabo"). O relato do que se passou no "caso" Melo Antunes sugere, no entanto, que haverá sensíveis diferenças de "ritmo" a nível do próprio Governo, e que o Primeiro-Ministro estará tentando evitar o confronto institucional.

1. O PRESIDENTE E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Dois semanários dedicam parte relevante do seu material ao General Ramalho Eanes: o "Tempo" de qui.24, a partir de uma carta da Presidência da República, desenvolve um extenso "Tribunal Tempo" sobre o Presidente, com uma multiplicidade de comentários, na sua maioria muito críticos (Nuno Rocha fala de "um contencioso pessoal grave" entre si próprio e o General Ramalho Eanes, o qual dataria da campanha presidencial de 76); por seu turno, "O Diabo" declara aberto um conflito entre Belém e S.Bento e pergunta "até onde irá Eanes para conseguir a reeleição" (este jornal explora mais a questão da "estratégia eanista para as Forças Armadas" e ocupa-se igualmente em ataques a vários membros do C.R., nomeadamente Vítor Crespo, Vítor Alves e Vasco Lourenço).

A presente convergência, numa pessoa, dos cargos de Presidente da República, CEMGEA e Presidente do C.R., suscita um debate apontado nas três direcções, isto é: torna-se claro que as questões das candidaturas presidenciais, da política de Defesa Nacional e da revisão constitucional que decidirá sobre o C.R. estão intimamente ligadas. É assim que em dois matutinos do Porto, de sáb.26, se fazem interrogações sobre a hipótese de um Presidente civil e sobre a alegada tese de uma "armonização" ou "tomasização" do cargo de P.R. ; é assim que vários jornais se interrogam, por outro lado,



sobre qual será o significado exacto das movimentações políticas de Otelo Saraiva de Carvalho ; registe-se ainda a delicadeza do tema da existência e actividade do C.R., avaliada, neste caso, pelo tipo de reacções que suscitaram, por um lado, o artigo de Vasco Lourenço no "Diário de Notícias" de 27, e por outro as declarações de Álvaro Cunhal reproduzidas nos jornais do dia anterior ; a política de Defesa Nacional e a questão do prestígio das Forças Armadas estão ainda em foco em artigos no "Diário de Lisboa" de qua.23 e no "Diário de Notícias" de sáb.26, bem como no discurso de posse do Brigadeiro Ricardo Durão como comandante da R.M.Sul.

Nos recortes fotocopiados, o material do "Tempo" de 24JAN. segue, por motivo da sua extensão, em bloco distinto do corpo deste boletim.

2. POLÍTICA EXTERNA

Parte ainda dos "casos" Maria de Lurdes Pintaçilgo e Melo Antunes, alastra a outros "embaixadores políticos" e toma mais vulto nas medidas de esfriamento de relações com a URSS, a polémica nova linha de política externa assumida pelo VI Governo ; mesmo M.Rebello de Sousa se interroga, no "Expresso" de sáb.26, sobre o sentido e o saldo deste "jogo forte" de Freitas do Amaral. O relato de Carneiro Jacinto, no "Jornal" do dia anterior, sublinha a diferença de atitudes, no caso da candidatura de Melo Antunes para um alto cargo na ONU, entre o min.Negócios Estrangeiros e o Primeiro-Ministro.

OUTROS TEMAS

Essencialmente dos meios partidários :

O que se passou no PS é objecto de desenvolvidas reportagens no "Jornal" e no "Expresso" ; há alguma expectativa em torno de um alegado movimento de abertura do PS à constituição de uma frente eleitoral, ideia que a ASDI e Lopes Cardoso, pelo menos, acolhem com simpatia.

Vários jornais relataram, a semana passada, os termos do conflito surgido no interior do CDS, parecendo generalizada, em jornais do dia 24 e data posterior, que se tinha chegado a um compromisso ou, pelo menos, a um adiamento do confronto Lucas Pires / Rui de Oliveira.

SACR, 29 JAN.80

London
Car.



UM PRESIDENTE DA REPÚBLICA

CIVIL?

O PRIMEIRO DE JANEIRO
25 de Janeiro de 1980

Por COELHO DOS SANTOS

A «ARMONIZAÇÃO» OU «TOMASIZAÇÃO»?

TELO, Galvão de Melo, Pires Veloso e quizá Ramalho Eanes: estão já lançados os dados para a próxima campanha presidencial

Há alguns — raros — que têm a previsão dos acontecimentos políticos, dom premonitório que, em regra, só lhes cria dissabores e insucessos.

Há muitos que se adaptam ao curso dos acontecimentos no tempo exacto, dotados por isso de condições de éxito: são os que, por exemplo, descobriram a sua vocação anticolonialista ao fim da tarde de 25 de Abril de 1974 e o seu pendor esquerdista no ano de 1975.

E há, finalmente, os que supõem que as sociedades são estáticas, a este grupo pertencendo os deputados de variados quadrantes que peroram hoje como há quatro anos político no longínquo ano de 1975, e os militares que ocuparam o palco julgando ainda agora que a sua estrela não empalideceu.

Desenganem-se, porém, os que se não deram conta dos sinais de mudança: ninguém pode ser ídolo segunda vez apenas em função do passado, porque o País é inteiramente diferente do que era há 5 anos, exigindo um discurso político diferente e a adaptação a circunstâncias novas.

A inflação de candidaturas militares traduz a persistência numa

ideia velha: a de que a Presidência da República é tendo das fardas.

É este um problema que nem sequer seria de suscitar num país em que a democracia estivesse solidamente instalada: aí os militares nem são supervalorizados nem, por outro lado, desvalorizados — pois também não sofrem de qualquer «capitis diminutio» decorrente da função militar — e o seu possível acesso à Presidência da República é feito em pé de igualdade com os civis, uns e outros cidadãos no mesmo plano.

Portugal, porém, está marcado por dois séculos de constantes interferências dos militares na vida política, o que nos coloca a par de algumas Repúblicas da América Latina, e ao arripio do que tem sido a prática política na Europa ocidental. Este é um facto indementível, sendo irrelevante a explicação que para o mesmo costume se dá: a de que os militares a tal foram obrigados por a burguesia nacional, pela sua fragilidade, não ter conseguido assumir capazmente o Poder.

É de acordo com o mesmo espírito de comando da vida política que o sector militar triunfante no 25 de Abril vem impor aos Partidos um 1.º Pacto (sem imaginação, porque copiado de um país de Leste na fase que se seguiu à última Guerra Mundial, como o demonstrou o livro que esteve em voga — «Democra-

cias Populares») e ainda um 2.º Pacto; o qual limitou a liberdade de elaboração da Constituição e esteve na base da institucionalização do Conselho da Revolução.

Se é certo que na época a manutenção do Conselho da Revolução poderia encontrar justificação válida no facto de as instituições democráticas ainda não se haverem implantado solidamente, a verdade é que hoje nenhum democrata — que defenda portanto a soberania popular, nos termos da própria Constituição — poderá aceitar a existência de tal órgão de soberania, o qual, por razões evidentes, só merece o apoio dos sectores minoritários incapazes de obter o poder pelos votos.

Não deixa até de ser curiosa mais esta coincidência a revolução no Afeganistão também é do mês de Abril e daí que o assassinato dos sucessivos dirigentes se faça em nome das «conquistas de Abril», que, pelos vistos, também são salvaguardadas por um Conselho de Revolução.

Governo sem militares — é um passo em frente, de sentido francamente positivo, e que parece ter coíndo a adesão dos próprios militares em geral.

O segundo passo há-de ser dado pela eliminação do Conselho da Revolução, devolvendo-se finalmente ao Povo a plenitude da soberania.

E insere-se nesta linha lógica, como acto derradeiro, a eleição de um Presidente da República civil.

Quando os dirigentes políticos sugerem ser vantajoso, ainda agora, propor um militar para Presidente da República, estão a dar um triste exemplo de descrença no Povo, na sua capacidade de escolha e defesa da vida democrática. Estão em suma, a pensar que o Povo se acha ainda em fase de menoridade política e carece de ser tutelado.

E não é preciso ser pitonisa para se sentir que os militares, na sua maioria, estão fartos de se verem identificados com sectores políticos e pretendem remeter-se ao exercício das suas funções específicas, como acontece nos demais países da Europa Ocidental.

A constante catalogação ideológica dos militares, factor indiscutível de instabilidade política, deve-se sobretudo ao facto de os Presidentes da República serem militares, sendo os dois ângulos — de Presidente e de militar — que as suas atitudes se repercutem no País e nos quartéis.

O apagamento político dos militares, necessário à instauração da democracia e até à coesão entre eles, obtém-se mais facilmente com a sua subordinação à autoridade civil legítima.

Fundação Cuidar o Futuro NA CORRIDA/81 PARA BELEM

Galvão de Melo, Pinheiro de Azevedo, Meneses Alves e, de uma forma ainda não devidamente concretizada, Pires Veloso, são, até agora, os nomes dos potenciais candidatos às eleições presidenciais do próximo ano. Isto se nos abstrairmos da possível pretensão de Ramalho Eanes em renovar o seu actual mandato.

Outros nomes surgirão, entretanto, um deles com um maciço apoio militar, certamente, e que poderia ver reforçada a sua candidatura, caso se concretizem certas perspectivas.

Independentemente de tudo quanto já possa ter acontecido ou venha a suceder, surgiu, entretanto, ultimamente, a ideia, perfilhada por certos núcleos antimilitaristas da AD e também por uma franja antipresidencialista do PS, de fazer recair a escolha sobre um indivíduo que pudesse dar corpo à tese da «armonização» ou, na alternativa, da «tomasização» do cargo de presidente da República.

Não sendo original, pois muitos políticos alimentaram um regresso à personificação dada a um chefe de Estado por Carmona ou Américo Tomás, a tese, posta agora a correr em Lisboa, não deixou de provocar um certo espanto e alguns motivos de riso (um tanto receoso).

Julga-se que os políticos conservadores que pretenderão dar corpo a tal tese se perfilam no grupo dos que estagnaram no tempo e que, a exemplo dos rurais que ainda hoje dizem não o presidente Eanes, mas o «Carmona Eanes», procurem dar substância a factos diluídos no tempo e só possíveis de sobrevivência por mera «bontade».

A nível militar, esta tese de «armonização» ou «tomasização» é tida como ridícula, senão como temerosa, representando «uma estupidificação da visão militar que certos núcleos da Aliança Democrática têm e que não lhes permite perceber que alguém tenta, com natural interesse próprio, levantar um dique entre as Forças Armadas e o Governo».

Mas nem só componentes da AD favoreceriam a ideia de um «presidente corta-fitas», pois, ainda recentemente, elementos socialistas advogavam uma tese semelhante.



FAZENDO PERIGAR A ESTABILIDADE DO PAÍS

Até onde irá Eanes para conseguir a reeleição?



29 JANEIRO 1980

Enquanto o mundo anda cautelosamente em bicos de pés, consciente que qualquer movimento brusco pode despoletar uma mina possível de arrastar consigo a terceira guerra mundial, em Portugal desenha-se igualmente um importante conflito. De momento, e ao que parece, as "escaramuças de fronteira" servem apenas para que cada um dos lados avalie as suas forças, sonde eventuais aliados e disponha da forma mais conveniente os seus "canhões". Teóricos, os canhões, claro, já que a boa maneira portuguesa se trata dum conflito em que vale tudo, menos tiros.

Os exércitos e brigadas foram aliás substituídos por pombas, falcões, pintassilgos e outras aves de capoeira, o que, evitando grandes derramamentos de sangue, tem como inconveniente, dados os hábitos higiénicos da "passarada", que muita gente esteja a ser bombardeada com porcaria...

De qualquer forma, o conflito existe. E nos quartéis-generais dos "beligerantes", respectivamente Belém e S. Bento, a azáfama é cada vez maior...

Bom exemplo de "escaramuça de fronteira" é certamente o despacho de madame Pintasilgo. Como seria, como é evidente, deixá-la voltar tranquilamente a Paris, onde, em termos políticos, se poderia dizer que "iria morrer longe". Não o quis assim o governo — e diz-se o governo já que seria estultícia pensar que é apenas uma decisão de Freitas do Amaral. Porquê? Não parece arriscado deduzir que o tiro de caçadeira em cima de Pintasilgo se destina a que alguns chumbos atinjam outro alvo. Concretamente,

obriga-se assim Ramalho Eanes a sair a ter. Das duas, uma: ou o presidente da República aceitava como bom e normal que a ex-primeira-ministra, não sendo pessoa de confiança do actual executivo, seria naturalmente exonerada, ou bem se opunha frontalmente à decisão do governo. Na primeira hipótese, claro, muitos dos "homens do presidente" sentiriam um frémito de angústia. Que confiança se pode ter num homem que não hesita — mais uma vez — em sacrificar os seus seguidores? Na segunda, tudo ficaria bastante mais claro. O conflito realmente existente já não poderia ser escondido...

A imediata reacção

Mas se o governo agarrou pela ponta dos cabelos a "oportunidade Pintasilgo" isso resultou principalmente da necessidade de poder dispor da possibilidade de um contra-ataque. As hostilidades tinham sido claramente abertas por Eanes logo

no discurso da tomada de posse do governo. Consta que, logo de seguida, o mesmo Eanes teria defendido no Conselho da Revolução a hipótese de se considerar anticonstitucional o próprio programa do governo. E não se sabe se Melo Antunes se opôs a esse conflito frontal e de consequências imprevisíveis.

O certo, porém, é que a AD não poderia eternamente ignorar o cerco que se estabelece à sua volta com assinalável presteza e insistência. Esta é, aliás, uma das mais curiosas facetas da actual situação política: a rapidez com que se refazem estratégias e se reorganizam forças. Ramalho Eanes — repetidamente o afirmou — nunca esperou que as últimas eleições viessem efectivamente a modificar o espectro político. Tivessem os resultados eleitorais sido o que ele esperava e os seus analistas lhe garantiam, e toda a sua estratégia para a reeleição estava pronta. Surpreendentemente — para ele e para o C.R. — a AD ganhou não só o governo mas também o controlo do parlamento. Deixar as coisas assentar, dando tempo a que a AD fincasse raízes, punha muita gente em perigo. Não só o Conselho da Revolução, mais ou menos condenado na sua fórmula actual, mas praticamente

todos os que ascenderam devido à instabilidade. Deixar firmarse a AD significaria o fim dos militares-políticos, o regresso de Ramalho Eanes à Madre de Deus, o dobre de finados dum Constituição socialista, o enterro definitivo do PREC. Por isso o imediatismo da reacção que — por uma vez — teve

que ser liderado por Ramalho Eanes. E quando se trata de evitar rapidamente uma fogueira tudo o que arde lá pode ser lançado: Pintasilgo e o PC, os socialistas e a ASDI, os militares e a economia. O importante é obrigar a AD a colocar-se na defensiva, a vestir-se de bombeiro para acorrer aos fogos...

Melo Antunes: sai ou entra?

Primeiro que tudo, Ramalho Eanes precisa de avaliar as forças que pode reunir. Maltratando, ainda lambendo as feridas da tarefa que levou nas eleições, o PS tem dificuldade em responder. O que é mais importante, afinal? Salvar a ideia do partido ou atrelar a sua carruagem a um comboio ganhador? As opiniões dividem-se. Quanto ao PC não há dúvida de em responder. As cúpulas do partido reúnem-se e nem sequer fazem segredo do que estava em causa: O partido comunista apoiará como candidato à presidência um militar que fundamentalmente defende a actual Constituição. O recado não poderia ser mais claro. Mas o apoio tem condições, claro. O PC não muda. A rigidez da sua posição nos casos do Afeganistão e de Sakharov servem para provar isso mesmo.

O PS acaba também por alinhar. Tímida e complexamente, como é seu timbre, mas alinha. Melo Antunes, a quem todo este esquema parecerá demasiado confuso e pouco promissor, aparece subitamente candidato para um lugar na ONU. Que quereria isto dizer? Que Ramalho Eanes se sentia suficientemente forte para dispensar os conselhos do "enxofrável" major? Que este se teria declaradamente oposto à estratégia apontada? Provavelmente nunca o saberemos, até porque o projecto onusino não

fez carreira. Mas o que fará agora Melo Antunes? Entra ou sai?

Quem alinha com quem?

Tudo se encaminha, portanto, para a bipolarização do país. De um lado, abraçando a

Constituição rodeado por socialistas, comunistas, esquerdistas ocasionais e militares pouco entusiastas da disciplina dos quartéis, o presidente da República. Do outro, amparo pela AD e arrebanhando atrás de si a iniciativa privada e a capacidade de mobilização de um povo cansado. Sá Carneiro.

Escaramuças aqui e ali certamente e como já anteriormente prevíamos — mais fáceis de surgir no campo das relações exteriores, servem apenas para afiar as espadas. A batalha decisiva está marcada para Outubro e decidirá quem vai estar em vantagem para o confronto das eleições presidenciais. Internamente pode dizer-se já — a não ser que estremeje por aí alguma surpresa — que os dados estão lançados. Externamente, porém, ainda falta clarificar muita coisa. A firme posição do governo face à ameaça russa pode não ser apenas uma atitude romântica. O alinhamento decidido com as posições mais firmes da Nato, apoiando firmemente os Estados Unidos, não deixará de ter contrapartidas externas. O momento não parece realmente propício a terceiro-mundismo ou a neutralismos desalinados, o que certamente complicará a posição de um Ramalho Eanes que terá deixado de merecer a confiança da Nato. O presidente sabe, porém, a influência interna que têm os apoios exteriores. Onde poderá ele ir buscá-los agora que o terceiro-mundismo não parece compensador?

A questão estará em saber até que ponto Ramalho Eanes está disposto a ceder para ser reeleito. Em 76 não recusou o apoio de ninguém para chegar a Belém, e soube fazê-lo sem necessidade de compromissos imediativos de fazer o que quis. Tentará agora a nível internacional uma jogada semelhante?

Essa uma dúvida que nos próximos meses, mais por sintomas do que por factos, será fácil e interessante ir verificando...


 análise política

José Miguel Júdice



Da necessidade (e dos riscos...) de analisar as Forças Armadas

NESTE país de anarquistas o que mais me consegue espantar é, apesar de tudo, a forma como a vida política vai evoluindo, quase que em correspondência a um plano racional e indiferente às mudanças do mundo real. Talvez venha daí a razão do prestígio desproporcionado que merecem na nossa sociedade política a raça bizarra dos chamados "analistas políticos", que teve em Marcello Rebelo de Sousa o (re-)inventor contemporâneo, e a que pertence o autor destas linhas.

Espécie de pitonisas modernas, os analistas são vistos algumas vezes como seres dotados de poderes divinatórios, temidos, reverenciados ou até odiados por isso mesmo, quando mais não são — quando o são — do que reveladores de constantes. A sua arte ou engenho está afinal muito mais em notarem o que de fixo existe por baixo da espuma indefinida do dia-a-dia do que numa particular comunicação com os espíritos da História, que lhes permita adivinhar seja o que for. Como dizia há dias Ormesson, numa das suas límpidas crónicas no "Figaro-Magazine", no fundo a política de canhoneiras é a mesma e apenas mudam os que fazem disparar as peças.

Vem isto a propósito de dois factos que se ligam de um modo brutalmente revelador. A Senhora "Presidência da República", entidade pudicamente mítica (ou miticamente pudica) que, por exemplo, enviou para a Procuradoria-Geral da República um livro de Augusto Cid reapareceu num novo rompante e atirou-se, por carta assinada por um dos assessores do General Eanes, contra Marques Bessa, que em "O Tempo" assina há algum tempo uma página de análise política que prima por um distanciamento raro das pequenas questões da política.

Na carta em questão, Marques Bessa é ameaçado com processos-crime (pois se diz que usa "expressões cuja conveniência e licitude deverá ser apreciada noutra sede" — e note-se de passagem a bizarra associação entre conveniência e licitude, que faz recordar tanta coisa...) e convida-se — num estilo que é mais o de uma intimação — o articulista a fundamentar, "sob pena de ser tido por irresponsável" (sic), um juízo analítico sobre a função política dos Exércitos na História contemporânea.

Este o primeiro facto. O outro reside no modo como nesta página se terminava, em 8 de Janeiro, um artigo sobre a estratégia eanista. Dizia-se então que, depois do discurso na posse do VI Governo, Eanes estaria na primeira fase de um processo que tenderia para a sua recandidatura. E, em minha opinião, "a primeira fase tem a ver em especial com as Forças Armadas. Durante os próximos meses assistir-se-á a uma luta surda pela definição de uma hegemonia no que se poderá chamar o *partido militar*. Ramalho Eanes irá fazer o que puder para evitar que no interior das Forças Armadas se possa formar qualquer espécie

de consenso de mudança. Para ele trata-se de administrar o *statu quo* de modo tal que possa perfilar-se como o inevitável denominador comum no seu interior, para que não seja possível a um candidato militar prestigiado vir a ser proposto pela AD. E isso não só porque dificilmente a AD encontraria um civil com perfil de vencedor, como também porque contra civis (ou militares já fora do seu mundo de origem) Ramalho Eanes dificilmente perderá às eleições".

Perdoar-se-á a longa autocitação que visa dois objectivos. O primeiro, constituir uma autodenúncia, pois a utilização da expressão "partido militar" (que escapou à Presidência da República...) é tão ilícita como a que levou Marques Bessa a ser mimoseado com a carta de intimação (ou de intimidação?). E se for ilícita, constituirá a prática de um crime público que a todos os cidadãos incumbe denunciar. Os analistas também são bons portugueses...

Em segundo lugar a citação justifica-se como forma de introduzir a análise que se segue. É que a carta tem tanto de ridículo (quem é que disse que queria que Deus o livrasse dos amigos pois com os inimigos podia ele bem?) como de concretização primeira de uma estratégia política que era evidente quando escrevi aquele artigo, mas talvez ainda não estivesse suficientemente evidenciada.

A estratégia eanista para as Forças Armadas

Se é correcta a perspectiva que resulta da citação anterior, então Ramalho Eanes deverá esmerar-se para que as Forças Armadas possam concluir, nestes meses decisivos que se vão seguir, por um lado que o Presidente da República é o expoente da defesa dos seus brios, direitos e — porque não? — privilégios e, por outro, que o Presidente é também o homem que poderá evitar que as Forças Armadas voltem a desagregar-se em bandos rivais, com todo o cortejo de sofrimentos para a instituição e cada um dos seus membros daí decorrentes.

Começando pela segunda referência, dir-se-á que para que esse estado de espírito seja atingido, o General Eanes tentará sobrevalorizar o peso político, jornalístico e até intelectual de elementos das Forças Armadas que se situam em posições de esquerda. Pelo menos em teoria, quanto mais forte for a convicção de que a esquerda militar tem possibilidades de renascer das cinzas tanto maior será a viabilidade de Ramalho Eanes se perfilar perante a hierarquia militar como o mal menor que permitirá a arbitragem e a solução de eventuais problemas. Foi esse o raciocínio que fizeram os "spinolistas", ao colocarem Otelo como Comandante do COPCON.

Os indícios que se acumulam

Vários indícios poderão ser coligidos, para além da carta supra-referida, no sentido de se revelar um estado de espírito militar e o aproveitamento que dele pode, e por certo quer, fazer o Presidente da República. Por um lado a circunstância de o VI Governo não ter nenhum militar, por ter sido essa a intenção das hierarquias militares, preocupadas com os inconvenientes da presença militar em governos anteriores e desejosas de que se iniciem as praxes europeias na matéria, tal ausência de militares foi vista pela generalidade da classe militar por um lado como um factor da sua independência em relação ao Governo (e nisso o meio usado revela-se errado, portanto, para conseguir a "civilização" do regime), por outro como um motivo para desconfiança em relação ao executivo. Julgo pois que a decisão constitui em erro político da AD, que poderá ter consequências.

Depois disso poderá frisar-se, como expressão de um estado de espírito, o importante discurso do Brigadeiro Ricardo Durão, que está longe de ser esquerdista, como se sabe. Em tal discurso, para além do feroz ataque à lei da amnistia e a sectores militares bem determinados e que têm hoje numa ala do CR o seu abcesso de fixação, diz-se o seguinte: "O Exército deve manter a maior serenidade perante os ataques de que tem sido alvo (...) O Exército mais não é do que a expressão material da vontade de um povo em ser livre e soberano (...) O Exército é o povo em armas. Não é, pois, o povo que nos ataca, mas sim corifeus da destruição, pseudo-intelectuais frustrados".

Um estado de espírito é um estado de espírito e não uma estratégia ou uma intenção. Mas o aproveitamento de um estado de espírito é, ele sim, uma estratégia mesmo quando se afirma ou até se julga como não o sendo. As palavras do Brig. Durão, correctas na sua essência, são no entanto a expressão de um espírito de corpo, superior a ideologias e a projectos políticos, mas que tenderá a ser monopolizado em especial contra o Poder político, por mais que não o pretendam os elementos que pela sua situação, preparação, experiência e até sintonia com o grupo, mais fortemente o podem exprimir em termos correctos.

E com tudo isto se prende a inteligente decisão do Governo de fazer preceder por decisões restritivas do consumo público algumas medidas impopulares com repercussões sobre os consumos privados que se anunciam para breve. Ao ouvir-se ler o conjunto de medidas tomadas, por certo que a generalidade dos observadores pensou um pouco nas Forças Armadas onde, como nos outros sectores públicos, existirão excessos de consumo e alguns exageros, de que os automóveis e as viagens dos conselheiros da Revolução são o habitual exemplo invocado.

Ao ser questionado sobre a matéria, Freitas do Amaral terá afirmado que, como compete ao Governo elaborar o Orçamento Geral do Estado, na devida altura introduzirá os cortes que entender convenientes no orçamento das Forças Armadas. Como em épocas anteriores, o problema político do Orçamento colocar-se-á em medida elevada nesta questão. E sendo o Orçamento o resultado jurídico-financeiro do equilíbrio real que se consegue, num dado momento, entre as pressões mais ou menos organizadas dos particularismos sectoriais, por essa altura Ramalho Eanes não deixará de tudo fazer para dessa questão colher alguns dividendos estratégicos. E se assim não fizer... ou está a cometer um erro estratégico ou o analista está enganado e o Presidente não pensa recandidatar-se.

A estrutura hierárquica militar, sobretudo as suas zonas superiores, poderá sentir-se sugestionada para aceitar Eanes (apesar de talvez não gostar especialmente dele em termos políticos ou de ter uma opinião sobre as suas capacidades bastante desfavorável) se estiver convicta de que a criação de uma alternativa militar para Eanes como Presidente da República, apesar de vantajosa em princípio para o que entendem ser os interesses do País, será nefasta para o equilíbrio militar que, melhor ou pior, conseguiram atingir e, através disso, se torna também nefasta para o País como um todo. A habilidade dos "eanistas", ou dos que preferem a indefinição que com ele persiste, será pois conseguir criar essa sugestão.

Mas, para além disso, Eanes ganhará em fazer que possa sentir-se nas Forças Armadas que o ambiente político é hostil à instituição, que de todos os lados chovem os ataques, as ameaças de ajustes de contas, os insultos, as "agressões ideológicas". E fazer-lhes notar que ele se distingue pela prontidão como encabeça e reacção defensiva da instituição contra essa ofensiva.

Para gerar esta convicção, até o excesso de zelo pode ser vantajoso, se habilidosamente usado, o que não aconteceu com a carta para o "Tempo". É seguramente vantajosa a real tendência das Forças Armadas para se posicionarem em atitude um pouco crítica em relação ao Poder, a qualquer poder político, como muito bem detectou Marques Bessa e é afinal a lógica dos contrapoderes realmente determinantes numa sociedade aberta. Ver-se-á em breve que a Igreja Católica tenderá a marcar as suas distâncias do Poder actual como as marcou dos anteriores. E ninguém poderá levar a mal que assim seja, pois isso está por assim dizer inscrito na natureza do fenómeno político.

Fundação Cuidar o Futuro



Quem protege Otelo?

Otelo Saraiva de Carvalho, cujas convicções político-ideológicas são pouco firmes e revelam a mais fraca solidez levando-o por um curioso percurso em menos de seis anos, parece ter feito agora uma aproximação com o PS, ou um sector deste partido, talvez sobretudo na perspectiva de estabelecer contactos privilegiados com a Internacional Socialista, através da linha ultimamente em ascensão naquela poderosa organização, com influência em determinados centros de decisão mundiais.

Apresentado como «estratega de Abril», Otelo de Carvalho tinha na altura do golpe militar dos «capitães» uma opção política imprecisa. Subitamente, como a generalidade dos seus camaradas de armas, apareceu a defender projectos confusos ou esvaziados de conteúdo. Começou por se «atrelar» ao «comboio» do PSD, até que, com os idos de Setembro, «prisioneiro» do pseudo-revolucionarismo e sujeito como tantos outros a «chantagens», começou a evoluir progressivamente, até acabar na extrema-esquerda radical, sonhando assumir-se como um «Fidel» da Europa ainda livre, apesar de contraditoriamente se afirmar adversário do socialismo soviético.

Depois das ligações aos grupos do radicalismo de esquerda, abrigados na «unidade popular» de que Otelo quis ser o porta-voz, apresentando-se ele próprio como o «chefe carismático», chegou agora a vez de assumir compromissos, em determinado plano, com a família socialista que faz parte da Internacional presidida por Brandt. Houve, assim, uma aproximação a dirigentes do PS, tendo-se mesmo chegado a afirmar, em círculos políticos, que a contrapartida de um seu «empenhamento» no partido liderado por Mário Soares seria precisamente a de favorecer contactos e ligações com a Internacional Socialista. Uma das condições desse

«acordo» seria a de o ex-chefe do célebre Copcon ter uma acção de certo distanciamento em relação às formações a que tem estado ligado, a par de limitar a sua intervenção.

Os rumores de eventuais aproximações de Otelo ao PS, que começaram a circular por ocasião das últimas eleições, não foram confirmados, nem desmentidos, o mesmo se verificando quanto ao anúncio de que ia passar a colaborar no matutino oficioso do mesmo partido. Entretanto, Otelo de Carvalho é convidado a deslocar-se a Paris precisamente por iniciativa de núcleos socialistas afectos ao PSF, com o qual o partido de Mário Soares mantém naturais relações privilegiadas, dele recebendo apoios significativos. A estada na capital francesa permitiu, por isso, que o ex-candidato a Belém tivesse longos encontros com dirigentes da organização liderada por Mitterrand, incluindo-se entre eles políticos influentes como Michel Rocard e Chevenement.

A viagem de Otelo de Carvalho a Paris foi curiosamente acompanhada com particular interesse pela agência noticiosa estatizada, apesar de a Anop não ter delegado na capital francesa. A larga «cobertura» que a visita encontrou mostra que ou Otelo conseguiu que o acompanhasse um enviado da agência ou que esta contratasse alguém para fazer a reportagem, se é que não foi o próprio a

fornecer diariamente as informações para Lisboa. Em qualquer dos casos, parece indiscutível que alguém está a «proteger» Otelo de Carvalho dentro da Anop, por decisão própria ou a pedido ou por influência externa, que poderia muito bem ser o PS, partido que, enquanto esteve no poder, colocou ali pessoas da sua confiança em lugares-chave. Nessa perspectiva poderia compreender-se ainda melhor as alegadas ligações agora existentes entre a Rua da Emenda e Otelo de Carvalho, as quais incluiriam apoios em termos de futuro.

Entretanto, apesar do que se diz e do que parece ter fundamento, a avaliar pela evolução recente dos acontecimentos, Otelo Saraiva de Carvalho não deixou, durante a sua estada em Paris, em declarações precisamente prestadas à Anop, de distribuir elogios e simultaneamente críticas ao PS. Por um lado, garantiu que quanto «há em Portugal em termos de esquerda é o PS, que tem uma perspectiva social-democrata». Por outro, sustenta que «os portugueses já não podem contar com o PS, pela simples razão de que aqueles que votaram nele sentem-se hoje defraudados». Tudo isto para justificar que pensa apresentar uma proposta de lançamento de um projecto de «unidade popular» a fim de concorrer às eleições gerais deste ano, com o PS, rapidamente pelo PS ou contra o PS?

Fundação Cuidar o Futuro

29 - 1 - 80

JN

VAI SER COMEMORADO O 53.º ANIVERSÁRIO do Movimento de 3 de Fevereiro ● Pezarat Correia estará presente

Uma comissão de democratas — da qual faz parte, entre outros, o dr. Mário Cal Brandão, actual governador civil do distrito — realiza no próximo domingo uma sessão comemorativa do 53.º aniversário do Movimento Revolucionário de 3 de Fevereiro de 1927, primeiro levantamento militar contra a ditadura imposta ao país em 28 de Maio de 1926. A sessão é também de homenagem aos sobreviventes dessa revolução: brigadeiro João Barroca, coronéis Rogério dos Santos, Martínez de Lima, José Campos de Carvalho, Antó-

nio José da Costa Cunhal, Manuel António Correia e dr. Rafael Sampaio, todos então jovens, Lauro Peixoto, então sargento, e os civis Belmiro Pereira, ferroviário, drs. Veiga Pires, Veloso de Pinho, Rogério de Sousa e outros.

Presidirá a esta comemoração o conselheiro da Revolução coronel Pezarat Correia, filho de um dos combatentes do 3 de Fevereiro.

A sessão efectua-se pelas 21.30 horas desse dia 3, na sala da biblioteca da Escola Secundária de Carlos Cal Brandão, na Rua das Fontainhas, 172. A entrada é livre.



Otelo é a «arma secreta» que Eanes esconde na manga?

Não espantaria muito que Otelo Saraiva de Carvalho venha a ser a "arma secreta" com que a oposição conta para fechar completamente o cerco à AD.

A lebre poderá ter sido levantada recentemente na televisão por Piteira Santos quando, ao analisar as hipóteses possíveis da evolução da política portuguesa em 80, se mostrou muito sereno sobre a hipótese da candidatura de Otelo. Para Piteira, Otelo poderia alterar profundamente o quadro político português. E certamente que poderia. Na hipótese de a Aliança Democrática conseguir um candidato válido a que se opusessem Ramalho Eanes e Otelo, a divisão de votos da esquerda facilitaria de tal forma a eleição do candidato da AD, que isso não poderia deixar de arripiar o bigode a Piteira Santos. Curiosamente não. Para o alinhadíssimo jornalista do "Diário de Lisboa" a hipótese Otelo não mereceu qualquer adjectivo depreciativo. A este estaria entregue a tarefa de conglomerar as forças de extrema-esquerda. Os populismos baratos ficariam a cargo de Pintasilgo. Tudo isto, porém, e provavelmente lá mais para o fim, terminaria numa abdicação pura e simples a favor de Ramalho Eanes, o grande zelador da Constituição, a única hipótese de unir a totalidade da esquerda contra a grande e maléfica ameaça da AD.

Uma hipótese romântica?

Juntando dois mais dois, vendo o entusiasmo com que a UDP apela à união das forças de esquerda, o fogo parlamentar do major Tomé, as movimentações nos partidos teoricamente à esquerda do PC, ninguém se pode surpreender que a "carta na manga" que Ramalho Eanes possa vir a exhibir se chame Otelo Saraiva de Carvalho.

Um perigo que, afinal, pode não ser tão grande como isso, se denunciado a tempo. Oitenta e um é necessariamente a repetição de 76. E ver Otelo e Ramalho Eanes juntos, mais do que perigoso, poderia ser divertido...



à TARDE

PS lança «pontes» à UEDS e a Otelo

28 de Janeiro de 1980

O Partido Socialista está a desenvolver esforços para criar laços políticos que aumentem o seu espaço de manobra nas eleições legislativas e presidenciais deste ano. Depois da estratégia aprovada na reunião da Comissão Nacional realizada há uma semana no Porto, já se registaram as primeiras sondagens junto da UEDS, enquanto se afirma um inédito «lançar pontes» à extrema-esquerda.

Este desenvolvimento sucede numa altura em que é perceptível uma tentativa mais geral de reagrupamento das forças e organizações políticas situadas à esquerda da Aliança Democrática.

Neste quadrante político são mesmo concretizadas, ainda esta semana, as primeiras iniciativas que poderão originar novas alianças e alinhamentos.

Assim, a UEDS vai reunir com o PCP, por convite do partido de Álvaro Cunhal. Este convite foi formulado depois do PS se ter mostrado aberto a alargar uma plataforma de entendimento ao partido de Lopes Cardoso.

Por outro lado, o Partido Socialista iniciou já as primeiras iniciativas em direcção à UEDS. O matutino «Portugal Hoje», afecto ao partido de Soares, publica na sua edição de hoje uma extensa entrevista com o dissidente Lopes Cardoso em que explora todas as aberturas que este está na disposição de consentir face aos seus antigos camaradas.

Entretanto, Otelo Saraiva de Carvalho promove já depois de amanhã uma conferência de imprensa para lançar a primeira pedra na constituição da nova «frente de unidade popular». Esta iniciativa, visando um reagrupamento da extrema-esquerda, está a ser curiosamente acompanhada pelo PS, o que denota, segundo os observadores, a preocupação dos socialistas em não deixar esta força política na mera situação de reserva do PCP.

Presidenciais no horizonte

Com efeito, Otelo Saraiva de Carvalho passa a ser colunista do «Portugal Hoje» a partir de quarta-feira próxima. Uma notícia deste matutino, dirigido por João Gomes, anuncia hoje que «parece não se confirmarem os graves problemas existentes entre Otelo Saraiva de Carvalho e a UDP quanto à constituição da referida frente».

Conhecida que é a participação de conhecidos elementos dissidentes da UDP no projecto de Otelo — Acácio Barreiros e João Vieira Lopes, entre outros — esta notícia dada pelo «Portugal Hoje» mostra a preocupação dos socialistas em estabelecer uma ponte preferencial com as diversas componentes da extrema-esquerda organizada, especial-

mente o seu sector parlamentar (UDP) e a força que poderá vir a ter expressão minimamente significativa nas eleições presidenciais.

Ao mesmo tempo que cuida do seu espaço à esquerda, os socialistas insistem na laboração das pontes em direcção à ASDI. O entrevistador de Lopes Cardoso no «Portugal Hoje» tem o cuidado de procurar saber se a UEDS considera que «a ASDI constitui qualquer obstáculo a um entendimento PS/UEDS».

Panorama facilitado

A posição dos socialistas não é difícil neste contexto tanto mais que à esquerda e à direita o panorama aparece-lhes facilitado. A UEDS, depois da desilusão sofrida nas urnas, está enfraquecida para a concretização de um projecto próprio com viabilidade, estando naturalmente muito receptiva a alianças que impeçam a sua marginalização definitiva da cena política. Por outro lado, a ASDI tem vindo a deparar com dificuldades para se legalizar como partido detentor de capacidade e projecto autónomo, situação esta que já levou aquela associação política a não concorrer ao acto eleitoral de 2 de Dezembro passado.

Para o PS subsistem maiores problemas na área da extrema-esquerda que pode, como tem

acontecido até aqui, favorecer preferencialmente os objectivos do PCP. Neste contexto, os socialistas estão particularmente empenhados no projecto de Otelo com vista às complicadas manobras que terão de ser realizadas na disputa das eleições presidenciais. Mário Soares ainda não se esqueceu que na eleição de Ramalho Eanes uma parte apreciável do voto PS dirigiu-se para Pinho de Azevedo e para o próprio Otelo, tendo retirado impacto ao apoio do candidato escolhido pela direcção dos socialistas.

Soares explica

Entretanto, Mário Soares contactou as estruturas do seu partido no distrito de Coimbra, durante uma visita que aí realizou no fim-de-semana. O secretário-geral do PS deslocou-se a Condeixa, Soure, Figueira da Foz e Coimbra.

Segundo notícias surgidas na Imprensa, o líder socialista teria sido movido pela preocupação de explicar a responsáveis do distrito as posições tomadas pela Comissão Nacional ao não eleger Manuel Alegre para o Secretariado do partido. Aquelas notícias faziam saber um ambiente de descontentamento, no círculo que elegeu Alegre para o Parlamento, em relação à sua saída do Secretariado.

O Conselho da Revolução

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Vasco Lourenço 27-1-1976

Assistindo aos ataques insistentes, injustificados e virulentos a que o Conselho da Revolução vem sendo sujeito, confesso que não me surpreendo com os mesmos. Eram mais que previsíveis e constituem apenas a continuação de toda uma estratégia que vem sendo seguida pelas forças que, vencidas em 25 de Abril de 1974, tudo tentaram, desde essa gloriosa data, para evitar a consolidação de uma democracia plena, cujas portas Abril abriu e que, estou certo, o povo português não mais permitirá que sejam fechadas.

Ao olhar para esses ataques, ao verificar que o Conselho da Revolução é apontado como o causador de todos os males que afligem Portugal, é com certa amargura que recordo os últimos anos da nossa História. Amargura mas não desilusão e muito menos desesperança.

Recordo a situação que se vivia no nosso país antes do 25 de Abril: ditadura fascista que, havia 48 anos, tinha amordaçado todo um povo a quem não permitia a prática das mais elementares liberdades individuais; ditadura fascista para quem a prática dos Direitos Humanos era letra morta no seu dia-a-dia; ditadura fascista que conduzia Portugal e um isolamento quase total na comunidade internacional; ditadura fascista que conduzia o povo português ao último lugar de Europa; ditadura colonial-fascista que impunha a todo um povo uma guerra colonial que ele já abominava e condenava de há muito — neste contexto, seria interessante estudar com profundidade a reacção activa e passiva e a sua evolução no tempo, que os portugueses praticaram face à guerra colonial a que estavam sujeitos pela ditadura colonial-fascista. Certamente os resultados nos mostrariam quão grande era o «NÃO» dito pelo povo português a essa guerra injusta e inútil. Considero também interessante recordar, hoje, a prática, que aliás é normal em tais pessoas, dos detentores do poder e da sua base de apoio: enquanto a guerra era imposta à generalidade da população, tudo faziam para se livrarem dela, quer evitando ser apurados para o serviço militar (tudo servia de cunhas e falsos exames médicos ou mesmo autodeclarações de homossexualidade), quer conseguindo especialidades que se sabia não obrigarem a mobilizações ou permitiam que essas, se inevitáveis, se passassem no chamado «ar condicionado», etc., etc. E como resultado, como é sobejamente do conhecimento público, o certo é que os muito poucos filhos dos

«grandes senhores» que fizeram a guerra constituíram apenas a excepção necessária para confirmar a regra.

Foi esta situação que, em 25 de Abril, o Movimento das Forças Armadas derrubou com a natural adesão de todo um povo que, de escravizado que estava, ansiava por liberdade e justiça social.

Durante a conspiração, várias vezes os elementos do MFA discutiram se, derrubado que fosse o regime, se devia impor um regime militar, ainda que transitório, ou se se devia enveredar por uma via de abertura que possibilitasse ao povo português a escolha do seu próprio destino. Não havia memória de qualquer golpe militar, no estilo clássico como o que se verificou em 25 de Abril de 1974, que não desse origem a uma ditadura militar, ainda que sempre recheada das mais diversas promessas de futura democratização, quando o povo para tal estivesse preparado! Isso viria, aliás, a provocar a desconfiança dos mais variados observadores políticos quando, depois do 25 de Abril, nós afirmávamos que queríamos devolver rapidamente o poder ao seu legítimo dono — o povo português — e não conservá-lo indefinidamente. Mas era isso o que em toda a parte do mundo os militares afirmavam, sempre que levavam a efeito golpes da natureza de que nos falamos de realizar...

Simplesmente, nós decidimo-nos a tentar algo de mais sublime. Aprendêramos, nomeadamente na guerra colonial, que o poder deve pertencer ao povo e que os militares devem ser parte integrante desse mesmo povo, e não, portanto, servir-se das suas armas para lhe imporem uma qualquer solução, mas sim para lhe permitir uma escolha totalmente livre. E estávamos firmemente dispostos a lutar pela concretização dessa nossa decisão.

Recordando os quase seis anos que são passados, teremos de concordar que não foi com facilidade que esse objectivo tem vindo a ser conseguido. Ainda não haviam passado dois meses e já uma tentativa de usurpação do poder total se verificava, com a agravante de ser o próprio Presidente da República o seu autor principal. Várias outras tentativas viriam a verificar-se posteriormente, nem sempre vindas dos mesmos sectores. Para quê recordar, se a História, de recente que é, está certamente bem viva na nossa mente? Ou, pelo menos, devia estar...

Vencidas as várias dificuldades que ao longo dos anos de 1974 e 1975 se verificaram, conseguiu-se a aprovação da Constituição da República, que, ninguém o poderá negar, representa a vontade da maioria dos Portugueses então livre-

mente expressa. Tal maioria seria aliás esmagadora, pois a Constituição foi aprovada por mais de 93 por cento dos deputados.

Quiseram os representantes do povo português incluir na própria Constituição o tempo de vigência da mesma e as condições em que a sua revisão se poderia verificar. Quiseram os mesmos representantes populares determinar a existência de um órgão de soberania directamente representante do MFA e atribuir-lhe missões que consideraram essenciais e necessárias para que a democracia se pudesse consolidar e ser plena, quando o período de vigência da própria Constituição terminasse — período que seria designado como «de transição». Manifestaram assim os deputados a sua confiança no Movimento que havia derrubado o regime fascista e tudo vinha fazendo para que as promessas então feitas se cumprissem. Não deixa de ser importante que a iniciativa de tais normas tivesse partido precisamente dos diversos partidos políticos, e não dos militares. E é com certo orgulho que, participante que fui das conversações que levaram ao compromisso assumido e que seria inserido na Constituição, posso afirmar ter havido plena liberdade nessas discussões e unanimidade na aceitação do referido compromisso. Esta unanimidade confirmar-se-ia, aliás, quando a totalidade dos deputados da Assembleia Constituinte aprovou os capítulos da Constituição que contém esse mesmo compromisso.

Analisando a actuação desse órgão de soberania — o Conselho da Revolução — durante o seu mandato, muitas críticas se lhe poderão fazer efectivamente, ainda que vindas dos mais diversos e opostos sectores. Como um dos seus membros, confesso que também eu lhe faço inúmeras críticas. Considero, no entanto, que uma acusação há que ninguém lhe poderá fazer: a de que se não venha empenhando para que a democracia se consolide em Portugal de modo que, findo o período de transição, possam existir condições para o seu aprofundamento.

É um facto que os militares de Abril desejam e lutam mais que ninguém pela concretização de uma verdadeira democracia, pela concretização de todos os ideais de Abril. Nessa democracia, as Forças Armadas não poderão ser mais que uma Instituição Nacional ao serviço de todo o seu povo. Terão que inserir-se, portanto, no sistema institucional e não poderão reivindicar para si uma qualquer situação privilegiada. Terão que servir a Nação e não os Governos, mas terão efectivamente que obedecer a estes desde que representem legítima e legalmente a Nação e se mantenham e ajam na legalidade. Tal objectivo, que

se deseja obter com segurança, não poderá no entanto servir para ataques à actual institucionalização do Poder em Portugal e à subversão das regras democráticas. O alcançar da democracia está em marcha e a prática democrática impõe, em primeiro lugar, o respeito e o cumprimento integral da Lei Fundamental do País, a Constituição da República. E a actual Constituição contém em si a existência de um período de transição e as normas próprias desse período, a menos importante das quais não é certamente a existência do Conselho da Revolução e a relativa independência das Forças Armadas em relação aos Governos.

Porquê acusar então, dia a dia e das mais diversas maneiras, o Conselho da Revolução pelo simples facto de existir e continuar a tentar cumprir as suas missões constitucionais? Porquê levantar o fantasma de que o Conselho da Revolução pretende continuar para além do seu próprio período constitucional? Que interesses e designios inconfessáveis estarão por detrás das variadíssimas calúnias, intrigas, mentiras e alievisas que se propagam diariamente através dos mais diversos meios ao alcance de quem assim procede?

Descansem os temerosos, que os militares de Abril tudo farão para contribuir, de maneira importante, para que a democracia se consolide em Portugal e o povo português seja dono e senhor do seu próprio destino. Disso deram já inúmeras provas. Só assim se sentirão realizados e poderão olhar com orgulho e satisfação a obra que desencadearam e terão ajudado a consolidar. Só assim poderão dizer «MISSÃO CUMPRIDA».

Seria este, aliás, um objectivo mais que suficiente para justificar um não esmorecer na luta pela sua consolidação. Por isso, os militares democratas, os militares de Abril, se mantêm e manterão, quer os que estão no Conselho da Revolução quer os que estão espalhados pelos mais diversos lugares do País, na luta pelos ideais que em Abril o povo aceitou e abraçou como seus.

Por isso também, os ataques não-de continuar! Mas aqueles que defendem a liberdade e a democracia, cada vez saberão melhor de onde vêm e o que pretendem tais ataques.

É tempo de, nós portugueses, não nos deixarmos mais enganar com posições demagógicas, onde se afirmam determinadas intenções mas que servem apenas de pérfida camuflagem aos verdadeiros designios de quem as assume e que, a cada passo, a sua própria prática oportunista se encarrega de denunciar.

A nossa democracia de Abril permanece intacta — ASSIM SERÁ O FUTURO CUMPRIDO.

* Conselho da Revolução



ALVARO CUNHAL "DEFENDE" O CONSELHO DA REVOLUÇÃO

"Intervenção militar na política deve ser institucionalizada"

O DIA 26 JANEIRO 1980

A intervenção das Forças Armadas na cena política portuguesa deve ser institucionalizada, preconizou ontem o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal. O dirigente comunista — que, em conferência de imprensa, falou aos jornalistas no termo de uma reunião de dois dias do comité central do seu partido — considerou possível a criação de um impasse político como consequência da actuação da coligação governamental, da qual poderia resultar um golpe de Estado.

A intervenção das Forças Armadas no processo político — disse Álvaro Cunhal — é um facto e quem diz pretender a sua subordinação ao poder civil quer a subordinação dos militares a interesses contrários aos do 25 de Abril. Esta defesa clara, nos termos em que foi feita, da manutenção do Conselho da Revolução como órgão de soberania, definido na revisão constitucional, constitui um dado novo na actuação do PCP e inserir-se na sua estratégia para os tempos mais próximos.

Álvaro Cunhal considerou a política da Aliança Democrática como «um golpe mascarado contra o regime democrático», podendo ter como efeito a instauração, a curto ou médio prazo, de «uma nova ditadura em Portugal». O secretário-

geral do PC acrescentou que se a coligação governamental não conduzisse à «destruição da democracia através de leis institucionais», poder-se-ia chegar a um confronto entre o Governo e outros órgãos de soberania e a uma situação de impasse. O PC — disse ainda Álvaro Cunhal — apoiará, neste quadro, «o desenvolvimento da luta de massas, na defesa das conquistas do 25 de Abril» e as acções junto dos órgãos de soberania e das autarquias.

O secretário-geral do PCP, referindo-se às próximas eleições presidenciais, afirmou que o seu partido apoiará um candidato «empenhado na defesa da Constituição», sendo prematura a alusão a quaisquer nomes que venham a entrar na corrida à Presidência. Quanto às eleições legislativas do Outono, o PC apresenta-se ao eleitorado no quadro da Aliança Povo Unido (para o que já foi feita uma proposta ao MDP/CDE), com o objectivo de, contra a AD, granjear uma «maioria democrática» que inclua os socialistas. A actuação dos «esquerdistas» nos últimos actos eleitorais foi prejudicial, disse ainda o líder comunista, na medida em que retirou cem mil votos aos partidos da esquerda, em benefício, portanto, da AD.

Álvaro Cunhal quer os militares no poder

Aguardadas com alguma curiosidade as conclusões da reunião do Comité Central do PC, Álvaro Cunhal, em conferência de imprensa, não frustrou as expectativas, fazendo mais algumas declarações insólitas. No plano das conclusões, o secretário-geral comunista revelou, por exemplo, que o partido apoiará um candidato presidencial "empenhado na defesa da Constituição", considerando prematuro qualquer alusão a nomes.

No entanto, esta declaração não deixou de ser entendida como podendo abarcar o general Ramalho Eanes, que tão intransigentemente tem defendido a Lei Fundamental.

Aliás, Álvaro Cunhal afirmou que a intervenção das Forças Armadas no processo político é um facto, acusando os que dizem pretender a sua subordinação ao poder civil de quererem a subordinação dos militares a interesses contrários aos do "25 de Abril". Contudo, a pensar certamente em "suu" e na maior militarização do actual regime português, remataria mesmo que essa intervenção dever ser institucionalizada. O apoio do PC ao Conselho da Revolução tornou-se, assim, ainda mais explícito, mostrando-se o partido disposto a terçar armas pela continuação deste órgão de tutela.

Ainda em relação às conclusões da reunião, o líder comunista anunciou na conferência de imprensa que o PC vai realizar em breve uma conferência sobre a integração europeia de Portugal, não dizendo, contudo, que será certamente para atacar a nossa entrada para a CEE. A não ser que o PC esteja a pensar noutro tipo de integração, como a que aconteceu à Checoslováquia, em 1968, com a aprovação do próprio Cunhal...

Depois de algumas palavras sobre a política da Aliança Democrática (cuja vitória resultou, de facto, da existência de um regime que já depois do "25 de Abril" disse não ser possível em Portugal), o secretário-geral do PC quis passar da surpresa à estupefação dos assistentes. Respondendo a perguntas dos jornalistas presentes, considerou então que não houve uma invasão do Afeganistão pela União Soviética, uma vez que a presença de tropas russas em Cabul se deveu a

pedido do Governo afgão. Esqueceu-se de explicar qual foi esse Governo: o que caiu ou o que fez o golpe de Estado, Lapsos.

Incomodado com perguntas sobre Sakharov, diria a seguir, que o partido não tinha posição sobre o assunto pois está é preocupado com a repressão dos trabalhadores alentejanos e os problemas concretos dos portugueses. Chegou mesmo ao ponto de afirmar que o realce dado ao assunto serve para esconder as "provocações imperialistas" e os problemas que nos afectam. A título pessoal também se escusaria a pronunciar-se dado que referiu estar ali para falar em nome do PC e não para exprimir as suas opiniões. Todavia, para elucidação dos portugueses as do partido já chegam.



28 Cm 26.1.80

A. Cunhal já fala em golpe de Estado

Álvaro Cunhal considerou ontem a política da Aliança Democrática um «golpe mascarado contra o regime democrático» que poderá ter como efeito a instauração, a curto ou a médio prazo, de «uma nova ditadura em Portugal».

O secretário-geral do PCP apresentou as conclusões da reunião do Comité Central que

durou dois dias. Disse que, se a coligação governamental não conseguir levar a cabo a «des-

truição da democracia através de leis inconstitucionais», pode originar o confronto com outros órgãos institucionais e criar um impasse.

Este impasse — acrescentou —

seria propiciador de um golpe de Estado.

O dirigente comunista sublinhou que a intervenção das Forças Armadas no processo político é um facto e que quem diz pretender a sua subordinação ao poder civil, quer a subordinação dos militares a interesses contrários aos do 25 de Abril.

A intervenção das Forças Ar-

madadas — referiu Cunhal — deve ser institucionalizada.

Entretanto, Álvaro Cunhal considerou não ter havido uma invasão do Afeganistão pela União Soviética.

O dirigente do PCP alegou, que a presença das tropas da URSS em Cabul ocorreu «a pedido do governo afgão».

BELÉM ESTUDA DIFICULDADES

Congresso das Comunidades foi tema de audiência de Eanes e Vítor Alves

O presidente da República, general Ramalho Eanes, recebeu ontem em audiência, no Palácio de Belém, o membro do Conselho da Revolução e presidente, designado pelo V Governo Constitucional, da Comissão Organizadora do Congresso das Comunidades Portuguesas, tenente-coronel Vítor Alves. A audiência veio na sequência de um comunicado saído da última reunião da referida Comissão, de que estiveram ausentes os membros do Governo Sá Carneiro e os representantes dos partidos que integram a Aliança Democrática.

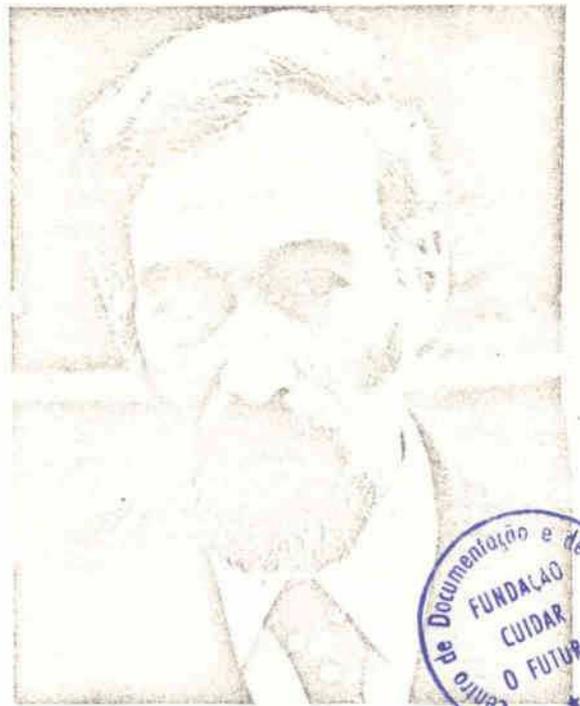
Em comunicado divulgado pela Comissão Organizadora, que A TRIBUNA oportunamente noticiou, afirmava-se a existência de dificuldades para a concretização da sua finalidade, uma vez que do diploma que determinou a constituição da Comissão foi pedida rectificação na Assembleia da República e, entretanto, o VI Governo Constitucional fez já saber que não são disponíveis as verbas que o ante-

rior executivo lhe cativou do futuro Orçamento Geral do Estado.

A Comissão Organizadora do Congresso das Comunidades Portuguesas mandou o seu presidente, tenente-coronel Vítor Alves, para diligenciar junto do presidente da República, do presidente da Assembleia da República e do primeiro-ministro no sentido de desbloquear a situação criada. A Presidência da Repu-

blica que noticiou, em comunicado, a audiência concedida pelo general Eanes ao conselheiro da Revolução Vítor Alves, é omissa quanto à posição do presidente relativamente a este problema que, nos círculos políticos se admite venha a ser fonte de atritos entre Belém e o Governo. Nos últimos dias, diversos órgãos de comunicação social têm-se feito eco da existência de tais zonas de atrito, extensíveis às comemorações do 25 de Abril.

São, nesse sentido, apontadas resistências do Executivo a que as cerimónias sejam presididas por um conselheiro da Revolução — em concreto o mesmo tenente-coronel Vítor Alves — bem como à escolha da cidade de Santarém para cenário das comemorações. A acreditar-se nas refe-



Tenente-coronel Vítor Alves — contestado?



rências que a este respeito têm vindo a lume, o VI Governo pretenderá que caiba a um membro do Executivo a presidência das cerimónias comemorativas da revolução de Abril. É citado o nome do secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro e secretário de Estado da Cultura, Vasco Pulido Valente, como escolhido pelo gabinete de Sá Carneiro para

assumir a presidência das cerimónias.

Assinale-se que essas reticências ainda não foram publicamente expressas pelo VI Governo, sendo veiculadas por órgãos de informação conotados com posições políticas contrárias ao Executivo e favoráveis à existência do Conselho da Revolução para lá da próxima revisão constitucional.

POLÉMICA EM TORNO DO «DIA DA LIBERDADE»

MILITARES DE ABRIL NÃO ABDICAM DA DIRECÇÃO DAS COMEMORAÇÕES

Não é admissível que o Conselho da Revolução venha a admitir um «controlo» das comemorações do 25 de Abril pelo Governo — soubemos ontem de fonte digna de crédito ligada a esse órgão de soberania.

Segundo um matutino de Lisboa, o primeiro-ministro terá apresentado a Ramalho Eanes a pretensão de nomear Vasco Pulido Valente para a presidência da comissão organizadora das comemorações do sexto aniversário da Revolução. O presidente da República terá manifestado reservas em relação a essa pretensão e, ao que soubemos, deverá levar o assunto ao CR.

Ramalho Eanes teria pensado já numa manobra de antecipação e procedido a contactos, visando a nomeação de uma comissão pelo CR. Con-

tudo, esse «dossier» atrasou-se e o primeiro-ministro, eventualmente na posse de informações do que se estaria a passar, ter-se-á adiantado.

Em melos afectos ao Conselho da Revolução que contactamos ontem à tarde, é inadmissível que seja o Governo a organizar as manifestações comemorativas «porquanto correm sérios riscos de perversão do sentido do 25 de Abril». Os militares que fizeram o golpe de estado que derrubou a ditadura de Caetano em 1974 reclamam para si o direito de exprimirem pela sexta vez o significado da acção então desenvolvida e nesse sentido consideram que as comemorações devem ser organizadas pelo CR, como vem acontecendo, não permitindo a ninguém que delas tire benefícios partidários. O tenente-coronel Melo An-

tunes, ontem regressado da Jugoslávia, defendia, entretanto, que se tentasse encontrar um consenso entre os órgãos de soberania interessados.

Esta questão pode assumir uma importância especial já que em Abril deverá ter-se já iniciado a discussão política relacionada com as «presidenciais». A AD, que vai propor um candidato próprio, estará interessada em apagar ao máximo a figura de Ramalho Eanes e dos militares do 25 de

Abril que o apoiam porque se tem como certa a sua reeleição e o cenário das comemorações presta-se a um relançamento da sua imagem.

Com efeito, a tomada da direcção das comemorações permitiria escolher os personagens que conviessem para moldar o caminho ao candidato AD e apagar a acção dos que desde a origem do 25 de Abril até agora reclamam a autoria da mudança que permitiu restituir a liberdade ao país.

DEFESA NACIONAL: O MINISTRO CIVIL, UMA FUNÇÃO ESVAZIADA, O CONFLITO DE PODERES, A LEI DESRESPEITADA

A curiosidade feminina não poupou Adelino Amaro da Costa. Ele, ministro. Ela, jornalista. Ela pergunta, ele responde. E defende-se mal. O homem das «barricadas» é vulnerável às balas de papel.

Para a jornalista do «Expresso» (19/01/80): «o ministro Amaro da Costa vai ser, no seio do Conselho de Ministros, um dos mais determinados, senão mesmo o mais determinado...». Nas casernas e nas repartições da Defesa Nacional e nas hierarquias dos três ramos das Forças Armadas foi a inquietação, o assombro. Nalguns casos, houve pânico. A jornalista do «Expresso» advertia que Adelino Amaro da Costa era «a avaliar pelo que se lê nas entrelinhas, um político imparável».

Era difícil pedir ao n.º 2 do CDS que confessasse publicamente que lhe fora confiada uma função esvaziada de competências concretas. O cargo foi conservado no organograma dos sucessivos Governos Constitucionais para efeitos decorativos. Sem que fique em causa a capacidade e o prestígio profissional de um Firmino Miguel ou a vontade-de-poder mal contida de um Loureiro dos Santos, o cargo representava uma comodidade de comunicação (para o Primeiro-Ministro), mas não abrangia funções que o justificassem.

A jornalista maliciosa, com uma pontinha de impertinência, pergunta-lhe se: «Eanes não estaria disposto a que o actual ministro da Defesa participasse nas reuniões semanais dos três chefes do Estado-Maior...? E carregando na malícia, forçando a impertinência, adiantou provocatoriamente: «Consta mesmo que parece ainda menos disposto a considerá-lo mais do que um ministro simbólico, reivindicando para si (ele, Eanes, anotamos) a condução das relações com o Governo neste capítulo.»

O ministro Amaro da Costa, homem de «barricadas», com ardis de guerrilheiro urbano fugiu à pergunta e retorquiu: «Como compreenderá, não posso nem quero abdicar das atribuições que a lei me confere, como ministro da Defesa. O modo como as relações entre o Governo e as FA's se irão processar nos próximos meses não está ainda esclarecido. Penso, no entanto, tomar algumas iniciativas que contribuam para esse esclarecimento de forma institucional e funcional.»

Fica o «país que somos» a saber que o ministro da Defesa que temos vai tomar iniciativas que contribuam para o «esclarecimento» de forma institucional e funcional das suas ministeriais competências, da sua ministerial função. Verdade seja que jamais os antecessores de Adelino Amaro da Costa foram submetidos a um interrogatório como este impiedoso. Tivessem eles sido interrogados e teriam tido que reconhecer, com maior ou menor embaraço, a exiguidade das competências e o carácter decorativo da função.

As competências reais, em matéria militar, são exercidas pelo chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, pelo Conselho da Revolução, pelos três chefes do Estado Maior (CEME, CEMA, CEMFA), e por um organismo sem estatuto legal conhecido, digamos, o Conselho dos quatro (CEMGFA, CEME, CEMA, CEMFA). No caso de manter cordiais relações com as altas hierarquias militares, o ministro da Defesa Nacional será um agente de ligação entre o poder civil

e o poder militar. Mas Adelino Amaro da Costa até ao dia 19 de Janeiro não tivera contacto com o general Ramalho Eanes.

Claro que não podemos atribuir ao dirigente do CDS o conflito de poderes — conflito latente ou activo — entre o poder civil e o poder militar, mas temos razões para crer que esse conflito poderá agravar-se com a função atribuída a um político que não oculta que após a «revisão constitucional», em seu entender, «o ministro da Defesa passará a ter responsabilidades de orientação política directa das FA's...»

Esta «orientação política» poderá revestir vários aspectos, extensão e profundidade diferentes, mas não deixará de atingir a isenção institucional das Forças Armadas. Esta, sim, deveria ser a primeira preocupação do ministro da Defesa. Compete-lhe ser, junto das Forças Armadas e das respectivas hierarquias não só o representante do Governo a que pertence, mas o representante do poder civil, emanação da soberania nacional livremente expressa. Junto das Forças Armadas, o ministro da Defesa deverá ser, não um mero agente de ligação, mas o representante da vontade política definida na Assembleia da República e da legalidade democrática.

Nesta conjuntura particular cabe ao ministro da Defesa fazer cumprir a Lei da Amnistia. O ministro da Defesa não poderá consentir que a vontade política da Assembleia da República seja desrespeitada, que os propósitos de reconciliação e de apaziguamento dos eleitos do povo português, sejam ignorados ou amortizados em processos secretos.

Nalguns casos, é do domínio público a intenção de, não sendo possível aplicar «penas estatutárias» por factos abrangidos pela Lei da Amnistia, serem instaurados novos processos com base nos mesmos factos. Um jurista reputado, o dr. J.J. Gomes Canotilho, referiu recentemente num bem fundamentado estudo, este escandaloso propósito («Estado-de-direito e constituição militar», O JORNAL 11 de Janeiro) e como escândalo atraí escândalo, acrescentou: «A ter em conta as instruções da Força Aérea de 30 de Novembro, que me chegaram às mãos, há indícios suficientes para pensar que as normas de execução da Lei da Amnistia se converterão em ordens de desobediência à mesma lei.»

A afirmação é grave. O ministro da Defesa Nacional, representante do poder civil junto do poder militar, não pode, por mais simbólico que o seu cargo seja, simular desconhecer esta situação de desrespeito pela Lei.

O dr. J.J. Gomes Canotilho refere-se concretamente a instruções tendentes a sabotar a aplicação da Lei da Amnistia. São da Força Aérea essas instruções. A prática é, porém, generalizada. Há fortes razões para cremos que os chefes dos três ramos das Forças Armadas decidiram dar continuidade aos processos que são submetidos ao Conselho Superior de Disciplina, independentemente da letra e do espírito da Lei da Amnistia. Estamos perante um grave atentado à legalidade democrática.

Estamos perante um caso típico de desrespeito pela legalidade democrática que o ministro Amaro da Costa terá que enfrentar. A atitude das hierarquias das Forças Armadas é de uma indiscutível gravidade. É uma atitude de rebeldia contra o poder civil e de uma grande indelicadeza para com o mais alto responsável das Forças Armadas que, sendo também Presidente da República, promulgou e assinou a Lei da Amnistia.

Não é de admitir que o general Ramalho Eanes, na sua qualidade de CEMGFA, desrespeite ou permita que seja desrespeitada, uma lei que ostenta a sua assinatura como Presidente da República.

A autoridade civil e militar do general Ramalho Eanes está a ser contestada, na prática, por esta insubordinação insólita que é já do domínio público.

Voltam-se os olhares para o ministro da Defesa. Será ele capaz de ensinar aos militares o respeito pela Lei?

As diversas faces do prestígio das Forças Armadas

Há quem por tudo e por nada fale do «prestígio das Forças Armadas» e tente fazer crer que ele se define através de actos espectacularres de um militarismo caduco, quando não de manifestações de ultra-conservadorismo para não lhes darmos outra designação mais própria.

De acordo com tais conceitos, as Forças Armadas devem ser uma instituição fechada, imutável, impermeável às idólas e à evolução da sociedade em tudo o que seja especificamente de natureza técnico-militar, e devem, an-

cestralmente, defender a ordem estabelecida (a dos poderosos) como é de boa tradição.

Qualquer arejamento na mentalidade dos militares põe em risco não só a disciplina como o «prestígio» da instituição militar.

É estranho que tão closos defensores do «prestígio» das Forças Armadas ainda não tenham feito ouvir a sua voz para salientar quanto é prestigioso para o País como para as próprias Forças Armadas e para os militares portugueses a candidatura do tenente-coronel Melo Antunes para

um alto cargo na ONU, que como se sabe não foi pedida por ele mas sugerida por um grupo de personalidades da mais alta craveira internacional.

Se as Forças Armadas — o que não duvidamos — estão atentas ao seu prestígio, nem mesmo os que das vias para o desenvolvimento da sociedade portuguesa têm concepções diferentes das do tenente-coronel Melo Antunes podem deixar de se congratular com esta distinção.

Augusto Vilela



Amnistias não fazem desaparecer infracções morais à dignidade

Foi ontem empossado como comandante da Região Militar do Sul o brigadeiro Ricardo Durão, o qual ao analisar a situação vivida no pós-25 de Abril imputou a responsabilidade das traições cometidas por "alguns militares" à "cobardia e incapacidade dos mais altos escalões do comando de então".

No seu discurso de posse Ricardo Durão criticou severamente os militares atingidos pela "tentação totalitária (...) felicidade

impedida em 25 de Novembro" e considerou "iniqua" a apetência conciliatória que leva a "passar uma esponja sobre o passado recente".

Ao aludir às características específicas da Região que passa a comandar, Ricardo Durão assegurou estarem as suas tropas preparadas "para apoiar, se necessário, o cumprimento da lei do Estado democrático".

No entender de Ricardo Durão o Exército "deve manter a maior serenidade perante os ataques de que tem sido alvo", pois "não é o povo que o ataca, mas sim coriféus da destruição, pseudo-intelectuais e frustrados".

"Os exércitos deverão constituir a ossatura moral das nações", frisou o comandante da RMS para quem a instituição militar "não é mais que a expressão material da vontade de um povo em ser livre e soberano. Referindo-se ao Exército português, Ricardo Durão apontou-o como tem sido o "inimigo do desenvolvimento histórico" em consequência da acumulação dos erros passados".

No período posterior ao 25 de Abril e segundo o comandante da RMS, "alguns militares, circunstancialmente saídos do anonimato, atraíram os compromissos inicialmente tomados. Ao pretenderem impor conceitos apenas sectoriais e minoritários, mascararam-se de pseudo-revolucionários e, a coberto da cobardia e incapacidade dos mais altos escalões do comando de então, manifestaram iniludivelmente a sua deficiente formação militar, a sua baixa de carácter, a sua corrupção, vedetismo, elitismo e militarismo".

Ricardo Durão manifestou a sua oposição total a propostas baseadas na apetência conciliatória que defendem o passar de uma "esponja sobre o passado recente". Tal "tentação conciliatória" é "iniqua", precisou Ricardo Durão, para quem o "cumprimento das leis legítimas não pode originar que o mais alto comando responsável, de acordo com princípios estatutários, se alheie de casos morais, de dignidade, de isenção e de idoneidade

profissional, que são factores de análise para a manutenção ou afastamento da efectividade do serviço". Para Ricardo Durão as amnistias não fazem desaparecer as infracções morais à dignidade, às quebras de isenção e idoneidade profissional, que são determinante para o afastamento dos militares da efectividade do serviço.

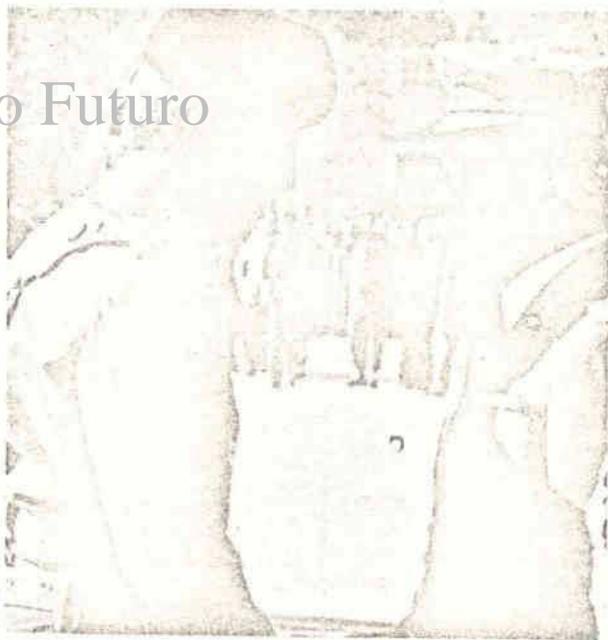
"Comandar ou ser comandado é sempre servir conjuntamente, sublinhou Ricardo Durão ao referir-se à disciplina e hierarquia de comando, acrescentando que "se serviços há a prestar a outrém será sempre do comandante para a pátria que serve e para os seus comandados".

A região onde se integra a RMS mantém, conforme expôs Ricardo Durão, "problemas decorrentes de

situação, "sem interferir porque" não lhe "compete, mas" preparado "para apoiar, se necessário, o cumprimento da lei do Estado democrático".

Ricardo Durão substituiu naquelas funções o brigadeiro Trindade Lima para quem a instituição militar embora "demasiado traumatizada nos anos que se seguiram ao 25 de Abril", vem readquirindo "a sua verdadeira personalidade como entidade de natureza exclusivamente militar, desvinculando-se totalmente de quaisquer laços, simples tendências ou simpatias de natureza pessoal que porventura tenha existido no passado".

O novo comandante da RMS é casado, tem 51 anos e exercia já o segundo cargo na hierarquia da região militar sediada em Évora. Militar de



O brigadeiro Ricardo Durão cumprimentado pelo Presidente da República durante as cerimónias militares alusivas ao 4.º aniversário do 25 de Novembro que decorreram o ano passado em Estremoz

uma peculiar situação sócio-económica e política que, a persistir, não concorrerá para a recuperação nacional nem para a melhoria da justiça social nem para o bem-estar das populações".

O novo comandante da RMS pretende ver "inteiramente apaziguada a vida das populações" da zona e estará atento ao evoluir da

carreira brilhante e bastante condecorado, Ricardo Durão detém a Ordem Militar de Avis, Desportista de valor, participou nos Jogos Olímpicos de Helsínquia e no pentatlo militar em França. No conturbado período pós-25 de Abril, foi vítima da cabala de 11 de Março, tendo sido preso, aliás como seu irmão, coronel Rafael Durão.

«Alguns militares, circunstancialmente saídos do anonimato, atraíram os compromissos inicialmente tomados».
«Ao pretenderem impor conceitos apenas sectoriais e minoritários, mascararam-se de pseudo-revolucionários e, a coberto da cobardia e incapacidade dos mais altos escalões de comando de então, manifestaram iniludivelmente a sua deficiente formação militar, a sua baixa de carácter, corrupção, vedetismo, elitismo e militarismo», afirmou o brigadeiro Ricardo Durão ao assumir as suas altas funções. O brigadeiro Estorinho é o novo segundo comandante. Trindade Lima passou a 2.º comandante da Academia Militar. (Págs. centrais)

Brigadeiro Ricardo Durão explica desmandos pós-25 de Abril

24-JANEIRO 1980
Dia de Documentação
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
FUNDACÃO CUIDAR O FUTURO
Publicações

A defesa nacional em conjuntura

D. Not. 26 JAN. 80

J. Baptista Comprido

Regressa auspiciosamente às colunas informativas a temática da defesa nacional neste virar de folha do calendário anual. Predominam três acontecimentos: dois de cariz político e o outro de natureza pedagógica.

Pela primeira vez desde 1974, e com a raridade tradicional no nosso país, o membro do Governo intitulado ministro da Defesa Nacional é um civil.

E, como se sabe, a separação política das Forças Armadas do Governo, mas, ao mesmo tempo, o imperativo da unidade do Estado e o respeito pela essência do fenómeno político, nas suas vertentes externa e interna, o qual tem o elemento coactivo no cerne da sua afirmação, que torna imprescindível a existência duma ligação entre as Forças Armadas e o Governo. O título do órgão pouco tem a ver com a função realmente exercida, mas talvez que a inspiração semântica tenha sido útil e louvável.

Com efeito, tem contribuído activamente para sustentar certa imagem de dignidade do Estado, nomeadamente nas suas relações com outros Estados e, em particular, no âmbito da organização colectiva de segurança a que pertencemos, o que, não parecendo, é hoje cada vez mais importante.

No plano interno, teve já, pelo menos, a virtude de activar e dinamizar politicamente a construção do edifício da defesa nacional. Foi um acto político importante, pois levou o Parlamento, responsável constitucional expresso pela lei de defesa nacional, mas em falta por omissão, a reconhecer a necessidade e a urgência do debate daquela lei. E este reconhecimento teve a aprovação unânime da Câmara dos Representantes dos Portugueses, que continuam, vai para 6 anos (!), sem uma qualquer estrutura ou mecanismo legal responsável pela segurança global.

Está ainda por saber se aquele reconhecimento foi expresso, mais por certo pudor nacional e constitucional do que por convicção política ou por qualquer outro motivo. O certo é que as consequências do

acto só não se consumaram por, entretanto, ter ocorrido um abalo político institucional ao nível do Governo, autor da proposta e, posteriormente, da própria Assembleia.

Mas ficou uma intenção prestigianete.

O factor relevante a assinalar, hoje, é, no entanto, a nomeação de um ministro civil para a pasta da defesa, quebrando assim a linha de ministros militares que vinha a ser seguida. É um facto que meramente se regista e não para dele retirar consequências políticas previsíveis ou para especular quanto às razões, positivas ou negativas, que conduziram à deliberação legítima tomada. No entanto, talvez se possa admitir que esta decisão é susceptível de poder contribuir para reforçar a aproximação saudável entre civis e militares, entre o Governo e a instituição militar, quando se aproxima um período esperado, mais activo, de passagem da actual fase transitória para a consolidação definitiva do regime na sua essência constitucional.

Não será difícil presumir que o sistema de relações agora adoptado pode não apresentar dificuldades políticas de maior, porque, na falta de estruturas de defesa nacional, continua a acontecer que o chefe das Forças Armadas é simultaneamente o Presidente da República e o Presidente do Conselho da Revolução. A ligação encontra-se assim facilitada ao nível superior do Estado. Até, porque (e sobretudo) está em causa, sem dúvida, um vital interesse nacional e um real interesse nova Assembleia da Resposta democrática.

Mas, a este Governo e pública, abre-se, ainda, no âmbito da defesa nacional, largo campo político de actuação. Só factores de situação política, que se admitem complexos, podem ditar a sua direcção e intensidade. Mas, não poderão deixar de se assinalar a própria lei da defesa nacional, na traça global corrente das suas propostas ou na selecção pontual de aspectos gritantes de necessidade e de urgência. É matéria que merecerá oportuno aprofundamento, mas não pode deixar de ter aqui referência, porque, se alguém, algures, não se preocupar

com a concepção e preparação de estruturas e mecanismos, simples mas eficazes, para o período que se avizinha, não surpreende que possam surgir naturais problemas e até instabilidades ou abalos institucionais.

A delicadeza da matéria não se compadecerá com improvisações de última hora, por mais altas e provadas que se considerem as nossas capacidades e, sobretudo, podem correr-se riscos de mutilações, de raiz, dos alicerces materiais e psicológicos do futuro edifício democrático da defesa nacional.

Porque o seu estatuto consigna a audição ou consulta aos partidos da oposição, por parte do Governo, sobre a política externa e de defesa nacional, formalizou-se o acto. Se se cumpriu, sem dúvida, o estatuto, não parece que se tenha podido satisfazer a sua substância. E, isto, pela simples razão de que não existindo nem estatutos nem mecanismos nem instrumentos, de defesa nacional, a política de defesa que foi exposta só por acaso poderia ter sido nacional. É sem uma política de defesa nacional a política externa só pode valer pelos seus méritos.

A política de defesa nacional exposta e a política externa traçada terão sido as que temos e merecemos. Mas, não parece que se corra grande risco de errar se for afirmado que não pode ter sido minimamente rigorosa. Porque, se o foi, então, não parece que tenha grande razão de existir a obrigação constitucional expressa de legislar sobre a defesa nacional nem de terem sido reconhecidas pelo Parlamento anterior a necessidade e a urgência do seu debate.

O que talvez tenha sido exposto ou, sobretudo, o que deveria ter sido explicado ao cidadão comum, é que, na falta de instrumentos legais e operacionais, o estatuto da oposição só muito precariamente poderia ser cumprido naqueles aspectos e, por isso, só grandes linhas básicas de intenção teriam sido traçadas, o que não é o mesmo que definir políticas. E queremos crer que terá sido isso que aconteceu, muito embora algumas declarações tenham aflorado problemas de ordem conceptual de defesa e de segurança nacional, o que não deixa de despertar interesse e curiosidade sobre o que na realidade se terá passado.

Por fim, e talvez o mais relevante, porque é o mais concreto, resta deixar cair

uma palavra sobre o novo curso iniciado no Instituto de Defesa Nacional.

Se atendermos ao quadro histórico de alinhamento nacional perante uma problemática cada vez mais importante na ordem interna e nos seus reflexos no sistema internacional, é ajustado reconhecer o papel altamente relevante daquele organismo na sensibilização dos quadros portugueses para a natureza global e inter-relacionada daquela problemática. Serão aqueles quadros políticos e militares que, no âmbito das suas funções, públicas ou privadas, hão-de contribuir, não só para a concretização da organização e estruturação da defesa nacional no nosso país, como também para a definição da respectiva política e sua execução eficaz. Pouco a pouco, se irá difundindo o espírito de defesa, à medida que soubermos e pudermos adequar os nossos objectivos às realidades nacionais, num movimento natural de integração e consolidação da identidade nacional.

Tem pois, o Instituto de Defesa Nacional uma missão de consciencialização nacional, que não deixará de ser cada vez mais absorvente e exigente, bem enquadrada na área de responsabilidade governamental da defesa nacional e capaz de responder a requisitos de padrões crescentes de investigação, de reflexão e de pedagogia.

Só assim, todo o esforço e vontade, responsáveis pelo interesse e êxito já alcançados pelo organismo, poderão transmutar-se num corpo sólido de doutrina, que se imponha naturalmente pelo prestígio das suas ideias e pela utilidade dos seus conhecimentos.

Organismos desta natureza, mesmo quando dispõem de apoio garantido, só não ficam sujeitos a flutuações inelutáveis, mas frequentes, de nível e de eficácia, quando conseguem alcançar e consolidar a meta institucional. Isto significa uma organização interna bastante e uma individualidade externa reconhecida, de valor e de perenidade.

Sagres não quer centro social transformado em colónia de férias

A Câmara Municipal de Vila do Bispo, no Algarve, não concorda que um centro de assistência social existente em Sagres se transforme em colónia de férias para graduados das Forças Armadas e, segundo o seu presidente, a população «está na disposição de não consentir tal mudança». Sagres é uma freguesia do concelho de Vila do Bispo e a história do aludido centro tem sido variada ao longo dos anos mais recentes.

O terreno onde se encontra actualmente a funcionar o centro de assistência social de Sagres foi cedido pelo seu antigo proprietário expressamente para esse efeito e, no princípio, começou por se erguer um edifício que constituía património da Junta Central das Casas dos Pescadores e se destinava a esse fim. Mas como a zona é de turismo e o local óptimo, o centro social transformar-se-ia em «Estalagem das Descobertas», onde repousa-

ram altas personalidades do anterior regime.

Com o advento do «25 de Abril», acabou a estalagem e instalaram-se os serviços clínicos da assistência social, além de uma creche e um jardim infantil. Os planos, até há pouco, incluíam a sua alteração para centro da terceira idade. Para esse efeito, em 1978 a Câmara Municipal de Vila do Bispo solicitou à Caixa Nacional de Pensões a aquisição do imóvel, para posterior integração no plano de assistência social do concelho — tanto mais que o terreno fora oferecido originalmente para esse fim.

Porém, os homens do turismo não desarmaram e, paralelamente, tentaram também a sua chance, visando reinstalar ali uma unidade hoteleira.

O certo é que a proposta da Câmara de Vila do Bispo nunca foi atendida e, agora, corando boatos que há tempos corriam com insistência, na passada terça-feira es-

tiveram em Sagres técnicos dos Serviços Sociais das Forças Armadas, procedendo a medições na ex-Estalagem das Descobertas.

Ouvido pela agência Anop, o presidente do município de Vila do Bispo, José Boaventura, declarou que, em contrapartida, aqueles Serviços Sociais estavam na disposição de compensar a população de Sagres com algumas obras, entre elas a construção de um jar-

dim infantil. Só que o responsável municipal afirma desconhecer os planos de tais obras, que deveriam ser aprovadas pelas instâncias autárquicas competentes, as quais teriam, também, de ceder os necessários terrenos. E, é ainda José Boaventura quem o diz, «a população de Sagres não vê com bons olhos esta intenção dos Serviços Sociais das Forças Armadas, que em nada a beneficiará.»

o diário 26 de Janeiro de 1980

Fundação Civil das Forças Armadas critica despacho

“Os trabalhadores civis dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas não querem ser portugueses de 2.ª” — declara-se num comunicado divulgado pelo Secretariado das respectivas Comissões de Trabalhadores, a propósito da recente publicação de um despacho que regulamenta a actividade das estruturas representativas do pessoal do sector.

O Secretariado considera que o referido despacho, aprovado pelos Chefes dos Estados Maiores das Forças Armadas, “colide frontalmente com os direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores no plano das Comissões de Trabalhadores e sindical”.

Assim, diversos artigos daquele diploma “não são minimamente conformes com os princípios, disposições legais e constitucionais, em matéria de constituição e regulamentação dos órgãos representativos dos trabalhadores, nos aspectos de

independência e autonomia que os caracterizam relativamente ao Estado, patronato, órgãos e demais entidades públicas e privadas e ainda no que concerne ao livre e efectivo exercício da sua acção e actividade correlativas, na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores que legitimamente representam”.

“Na sequência do despacho conjunto”, outras medidas igualmente administrativas vêm sendo aprovadas e impostas pelas entidades directivas dos estabelecimentos, enfermado dos graves vícios legais e constitucionais que caracterizam aquele do qual dependem” — afirma-se no mesmo comunicado. O Secretariado anuncia ainda que assumirá uma posição logo que se verifique a publicação do Estatuto do Pessoal Civil dos Estabelecimentos das Forças Armadas, elaborado “à revelia dos trabalhadores interessados”.



Diogo Freitas do Amaral



DEPOIS de ter motivado os comentários dos observadores políticos com o seu discurso durante o debate do Programa do Governo, Diogo Freitas do Amaral volta a ser tema de destaque na semana que termina, quer pela sua intervenção a nível governamental, quer pela sua posição no plano partidário.

No discurso que proferiu em São Bento, o vice-Primeiro-Ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros adoptou um conteúdo claramente oposto àquele que caracterizara a política externa do V Governo Constitucional, conteúdo aliás já prenunciado na tomada de posição do Governo português, relativamente à intervenção da URSS no Afeganistão.

Esta viragem política externa foi então considerada um dos aspectos mais salientes da orientação de fundo do VI Governo Constitucional, a par das medidas propostas no domínio económico e financeiro.

Nesta última semana, a temática da política externa continuou a dominar a imagem pública do Governo, e nomeadamente a actividade visível do Conselho de Ministros.

Foi anunciada a revisão do teor das relações existentes entre Portugal e a URSS, com implicações em matérias económicas nomeadamente no acordo das Pescas, e podendo afectar de forma decisiva a programada visita a Portugal do ministro Andrey Gromyko.

Por outro lado, conheceram desenvolvimento acentuado os "casos" Maria de Lurdes Pintasilgo e Melo Antunes, qualquer deles envolvendo uma actuação específica de Diogo Freitas do Amaral, ainda que seja o Primeiro-Ministro, Francisco Sá Carneiro, quem se encontra encarregado, a título exclusivo, das relações directas e imediatas com o Presidente da República.

Finalmente, anuncia-se uma possível movimentação diplomática de grande

amplitude, que poderia vir a ser apresentada pelo Primeiro-Ministro ao general Ramalho Eanes já no decurso da próxima semana, após cuidadosa elaboração por Diogo Freitas do Amaral.

Numa palavra, num momento em que o Governo ainda só esboça os primeiros passos da sua conduta política, o vice-Primeiro-Ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros parece querer marcar o tom, fazendo avultar uma nova orientação de política externa, enquanto não há factos políticos novos no plano da política interna.

Mera coincidência temporal ou afloramento de uma estratégia de maior fôlego dentro do Governo e dentro da Aliança Democrática?

No plano partidário, Diogo Freitas do Amaral encontra-se também na ribalta, uma vez que, diversamente de Sá Carneiro, optou por acumular um lugar no Governo com o lugar no partido.

Depois de muito se ter falado na sua substituição, ainda que interina, por Francisco Lucas Pires, a intervenção de Rui de Oliveira, em contraponto à subida deste, fez mais, uma vez mais, que levou Diogo Freitas do Amaral a arbitrar a contenda, mantendo a presidência da Comissão Política do CDS.

Ou seja, para Freitas do Amaral a presença no partido é fundamental em termos de consecução da sua estratégia no Governo, e essa presença partidária resiste aos periódicos "avanços" de Lucas Pires mercê da solidariedade de Amaro da Costa e Basílio Horta e da "cobertura" que é dada pelas jogadas verbalmente fortes de Rui de Oliveira.

Para já, portanto, Freitas do Amaral está a jogar forte, tanto no Governo como no partido.

A ver vamos o saldo destas duas apostas simultâneas.

MRS



à TARDE

25 de Janeiro de 1980

CONVOCAÇÃO PELO GOVERNO

Embaixador soviético não comparece no MNE

O embaixador da União Soviética em Lisboa, Arnold Kalinin, não se deslocou ontem ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, para onde fora convocado. Apesar disso, o MNE deu ainda ontem a conhecer as medidas que foram tomadas na última reunião do Conselho de Ministros em resposta à intervenção militar soviética no Afeganistão. O Executivo de Sá Carneiro havia declarado, na altura, que só tornava público aquelas medidas depois de dar conhecimento das mesmas à embaixada soviética.

O comunicado oficial emitido ontem pelo Ministério português

dos Negócios Estrangeiros refere que o nosso País não assinará o acordo Luso-Soviético sobre Relações Mútuas de Pesca e vai denunciar o Convénio de Cooperação Cultural e Científico com a URSS.

Ficam também afectadas, até novo exame sobre o assunto, todas as visitas e contactos oficiais de carácter político entre Portugal e a União Soviética — segundo deliberação também tomada no referido Conselho de Ministros. Ficará assim adiada «sine die» a visita a Portugal do ministro soviético dos Negócios Estrangei-

ros, Andrei Gromyko, prevista desde 1975. Admite-se ainda a hipótese da redução de pessoal em Lisboa das agências noticiosas Novosti e Tass e da restrição da concessão de vistos para a entrada de soviéticos em Portugal.

Observadores consideram, contudo, que o teor das decisões do Governo não impede a participação portuguesa nos Jogos Olímpicos de Moscovo nem o desafio de futebol entre o Benfica e o Dinamo de Moscovo a realizar no próximo dia 31 de Janeiro.

Entretanto, o ministro dos Negócios Estrangeiros português,

Freitas do Amaral, discursará na reunião do Comité de Ministros da Assembleia do Conselho da Europa no próximo dia 28, em Estrasburgo.

Freitas do Amaral é o presidente em exercício do Comité de Ministros europeu e, nessa qualidade, apresentará à Assembleia o relatório das actividades do Comité e responderá a perguntas dos parlamentares.

Nesta sua viagem a Estrasburgo, Freitas do Amaral será acompanhado pelo secretário-geral dos Negócios Políticos e pelos seus chefes de Gabinete.

Exoneração de embaixadores "políticos" discutida por Eanes e Sá Carneiro

X
MLP vs VI Gov.

O Presidente da República recebeu ontem, para uma audiência de trabalho, o primeiro ministro, Francisco Sá Carneiro que — segundo fontes próximas do Executivo — lhe terá apresentado o quadro do movimento diplomático a implementar brevemente.

Tal movimento determinaria a exoneração de Lurdes Pintassilgo como embaixadora na Unesco e a demissão de mais quatro chefes de missão diplomática que não merecem confiança política ao Gabinete de Sá Carneiro. José Fernandes

Fafe (México), Walter Rosa (Venezuela), Palma Carlos (Cuba) e Flores Andrade (Zâmbia) seriam exonerados enquanto Lurdes Pintassilgo poderia continuar detentora do seu cargo com o beneplácito de Ramalho Eanes.

As mesmas fontes adiantaram que Ramalho Eanes usaria as suas competências constitucionais para manter Lurdes Pintassilgo como embaixadora da Unesco, não aceitando a proposta de exoneração apresentada por Sá Carneiro. Todavia o governo detém por seu lado poderes

para manter em Lisboa, Lurdes Pintassilgo, deixando a representação portuguesa em Paris indefinidamente sob a responsabilidade de João Brito, encarregado de negócios.

A concretizar-se tal situação, estaria criado o primeiro impasse entre dois órgãos de soberania, ambos fazendo valer as suas competências legais.

Os mesmos meios adiantam que os nomes de outros embaixadores políticos, uma vez que recolhiam a confiança do governo e possuíam ca-

pacidade especial para desempenhar tais cargos continuariam firmes nos seus cargos. Assim Ernâni Lopes, Henrique Granadeiro, José Cutileiro e Álvaro Guerra continuarão à frente das representações diplomáticas junto da CEE, OCDE, Conselho da Europa e do governo da Jugoslávia.

Na manhã de hoje o Conselho de Ministros reúne-se para tratar de questões de área da Comunicação Social analisadas num plano global, elaborado por diversos Ministérios.

O DIA

26 JANEIRO 1980

Revisão das relações com Moscovo

Comunistas não gostaram

"Equivalentes na prática a uma suspensão das relações de carácter político e cultural

entre Portugal e a União Soviética", as medidas tomadas pelo Gabinete de Sá Carneiro face à URSS, conforme anunciou ontem o PC, por

intermédio do seu diário matinal.

A decisão do Governo de rever as relações entre Portugal e a União Soviética, de denúncia de imediato o convénio de cooperação cultural e científica que unia os dois Estados, de recusar a assinatura de um tratado de pescas e de congelar as visitas e contactos oficiais de carácter político não mereceram da Embaixada russa nenhum comentário. Um informador da Embaixada da URSS garantiria à ANOP que "a haver qualquer declaração ela será transmitida através da agência noticiosa russa "Novosti".

Quanto aos efeitos das decisões governamentais foi já referido que impedirão a visita a Portugal de Andrei Gromyko, ministro soviético dos Negócios Estrangeiros que, no entanto, se encontra prevista desde 1975 e continua sem data marcada.

Mais proximamente a escusa do Governo português em promover contactos oficiais determina a impossibilidade de realização da reunião mista luso-soviética, anunciada para fins de Fevereiro e que se destinava a estudar o acordo comercial. A ANOP citava opiniões de ob-

servadores que admitiam a possibilidade de as agências de informação russas reduzirem o pessoal das delegações que mantêm em Portugal e de se verificar a restrição da concessão de vistos para a entrada de soviéticos no nosso País.

Tanto o embaixador soviético — Arnold Kalinin, em Portugal desde Agosto de 1974 — como o embaixador português em Moscovo, Magalhães Cruz, estão em Lisboa, embora a ANOP preveja que o representante de Portugal regressará brevemente ao seu posto.

No domínio económico Portugal mantém com a URSS uma relação deficitária, tendo no ano passado o saldo negativo da balança de pagamentos orçado pelos 624 mil contos, principalmente devido às importações de petróleo. Antes do restabelecimento de relações políticas o comércio entre os dois países era muito reduzido (15 mil contos) e a balança comercial registava saldos positivos para Portugal.

Portugal compra à URSS petróleo, peixe congelado, algodão e tractores e vende concentrado de tomate, têxteis, calçado, conserva de sardinha e vinho do Porto.

o diário

26 de Janeiro de 1980

Política externa de isolamento

A decisão do Governo da Aliança Reaccionária de restringir em vários sectores as relações entre Portugal e a União Soviética apareceu como remate de uma série de ataques e de campanhas contra aquele país iniciada com o discurso do ministro dos Negócios Estrangeiros.

Desta vez, o Governo do sr. Sá Carneiro foi muito mais longe. O menos que se pode dizer sobre as medidas tornadas públicas é que elas confirmam uma atitude perigosamente leviana e irresponsável do actual Governo. Ao agir como agiu, o Primeiro-Ministro mostrou encarar a política externa na mesma perspectiva em que se habituou a tratar os assuntos domésticos do seu partido. Se pretendia persuadir o País de que está empenhado em apoiar a estratégia da guerra fria, atingiu plenamente esse objectivo. Escolheu o momento exacto para se demarcar publicamente da política de desanuviamento defendida pela esmagadora maioria da Humanidade.

A decisão de considerar «afectadas» «as visitas e contactos oficiais de carácter político entre Portugal e a União Soviética» verifica-se nas vésperas da Conferência de Madrid, que será a continuação da Conferência de Helsínquia. O Governo PPD-CDS, simulando esquecer que Portugal assinou na capital filandesa a histórica Acta Final, acaba, com o seu gesto irresponsável, de dar o primeiro passo para a sabotagem das metas da Conferência de Madrid, convocada para aproximar em torno do essencial povos e governos com regimes políticos diferentes. Enquanto em todo o mundo se multiplicam os esforços para desanuviar, o Primeiro-Ministro fabrica nuvens, fecha as portas ao diálogo e à cooperação com um país a cujo governo não pode ser atribuída uma só atitude que tenha



Relações Portugal-URSS na ordem do dia

Portugal HOJE

26 de Jan

1980



26 JAN 80

"Diário"

A decisão do Governo português de rever as relações entre Portugal e a União Soviética não foi objecto de qualquer comentário por parte da Embaixada deste país em Lisboa. «A haver qualquer declaração, ela será transmitida através da Novosti», declarou um informador da missão diplomática soviética.

Por outro lado o encontro en-

tre Sá Carneiro e o presidente da República, durante a reunião semanal de trabalho entre o 1.º ministro e Ramalho Eanes, deveria ter sido abordado o problema das relações com a União Soviética, à luz da nova política agora elaborada pelo Governo.

Entretanto, a decisão do Governo agora presidido por Sá Carneiro de modificar a política

externa portuguesa em relação à União Soviética, primeiro passo no sentido de rever as relações do nosso país com os países membros do Pacto de Varsóvia, segundo declarações de Freitas do Amaral, durante a discussão do Programa do Governo, vai certamente afectar negativamente o nosso país, nomeadamente no campo comercial.

Assim, segundo a nota do Governo português sobre este assunto, uma das áreas afectadas será a das pescas, pela recusa da assinatura do acordo sobre relações mútuas de pesca por parte de Portugal. O VI Governo Constitucional vai também denunciar o Convénio luso-soviético de cooperação cultural e científica e congelar as visitas e contactos oficiais de carácter político.

Neste último domínio, a decisão do Governo português leva ao adiamento «sine die» da visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, Andrei Gromiko, prevista desde 1975, em retribuição da visita feita pelo então titular português dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, a Moscovo. Igualmente a reunião da comissão mista luso-soviética para o estudo do acordo comercial entre os dois países, que estava prevista para finais de Fevereiro, deverá ficar sem efeito.

Outro sector atingido poderá vir a ser o da concessão de vistos a cidadãos soviéticos, que muito provavelmente serão restringidos, admitindo-se também a hipótese da redução do pessoal das delegações em Lisboa das agências de informação soviéticas Novosti e Tass.

No entanto parece que não virá a ser afectada a participação portuguesa nos Jogos Olímpicos, que se realizarão este ano em Moscovo, já que o VI Governo está a tomar posição idêntica à dos governos europeus, não sendo em causa a realização dos jogos na capital soviética. Também no plano desportivo, tudo leva a crer que se efective o jogo de futebol, em Lisboa, entre o Benfica e o Dinamo de Moscovo, em que este clube participa a título gracioso correndo mesmo a sua deslocação por conta do clube desportivo soviético.

Recorde-se que Portugal e a União Soviética estabeleceram, pela primeira vez, relações diplomáticas após o 25 de Abril, tendo a Embaixada soviética sido instalada em Lisboa em Julho do mesmo ano. Em 9 de Agosto chegou a Portugal Arnold Kalinin, o actual embaixador soviético, e decano do corpo diplomático representado em Portugal, pois é o mais antigo embaixador em posto no nosso país.

Prevê-se, por outro lado, que

o embaixador português em Moscovo, Magalhães Cruz, que se encontra neste momento em Lisboa, chamado pelo Governo português em consequência da crise afgã, regressar brevemente ao seu posto na capital soviética, mas desta vez já com novas instruções decorrentes da viragem da política estrangeira do nosso país, em virtude da instalação no poder de coligação entre o PSD, o CDS e o PPM.

Reacções

Medida «megalómana», foi um dos termos utilizados pelo deputado do PS, João Lima, antigo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros para classificar a medida tomada pelo VI Governo em relação à União Soviética. «O Governo português protestou legitimamente, contra a invasão soviética do Afeganistão. Mas há que dizer que o fez mais pela União Soviética ter sido o invasor do que por outra razão qualquer», afirmou aquele deputado ao semanário «O Jornal».

E João Lima adiantou: «O que não se pode é transformar aquele justo e necessário protesto num retomar do duvidoso caminho da guerra fria ou na propaganda e defesa de regime ou de filosofia políticas firmadas no ridículo anticomunismo primário que não tem a ver com a natureza dos actos em si, mas com a natureza ou identidade de quem os pratica».

E indo mais longe na procura das motivações que lavaram o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, aquele gesto, o deputado do PS declararia ainda ao citado semanário: «Finalmente não nos escapa que, movimentar a opinião pública portuguesa através de tal tipo de acção diplomática, é bem mais fácil do que baixar os preços, os impostos e a inflação».

Por outro lado, o membro do Comité Central do PCP, Pires Jorge, que regressou há dias de uma viagem ao Afeganistão, para inteirar-se da situação existente manifestou a sua opinião, coincidente, com a da União Soviética e a do Governo afgão, de que não houve intervenção militar da URSS, naquele país e que a presença de tropas soviéticas no Afeganistão se deve ao pedido de ajuda feito à União Soviética pelo governo afgão.

Por seu turno, «O Diário» escreve que as medidas tomadas pelo Governo português «equivalem na prática a uma suspensão das relações de carácter político e cultural entre Portugal e a União Soviética», denunciando «a frenética campanha anti-soviética das últimas semanas».

Para «O Diário», tais medidas «confirmam a irresponsabilidade de uma política externa assente no anticomunismo primário, na esteira da velha política do orgulhosamente sós... a reboque de Washington».

A anunciada denúncia do convénio luso-soviético de cooperação cultural e científica configura, com transparência, um acto antipatriótico que fere todos quantos em Portugal respeitam a cultura. A esfera cultural é indubitavelmente uma daquelas em que o intercâmbio iniciado após o 25 de Abril mais contribuiu para a aproximação e a compreensão dos dois povos. Nos últimos cinco anos, graças, em grande parte, ao convénio denunciado, Portugal teve a oportunidade de conhecer no terreno artístico algumas das expressões mais altas da cultura multinacional soviética. Famosos conjuntos de ballet, de ópera, de teatro, de circo, apresentaram-se no nosso País com extraordinário êxito. Paralelamente, grupos portugueses, inclusive dos Açores, levaram o nosso folclore, a nossa dança, o nosso canto popular, aos povos da URSS. Essa abertura ao mundo socialista produziu efeitos que só com o rodar dos anos será possível avaliar em toda a sua significação. Rompendo o isolamento em que vivia por imposição do fascismo, Portugal encontrou o caminho para uma visão mais humanista e totalizante da Europa. Não foi, aliás, apenas a cultura soviética que ficou mais próxima. Conjuntos de nível internacional, cientistas, escritores e outros intelectuais da Polónia, da Bulgária, da Roménia, da Hungria, da Checoslováquia, de Cuba, da RDA e de outros países socialistas, ajudaram-nos a compreender melhor a cultura popular que uma ponderável parte da Humanidade constrói e sobre a qual quase nada sabíamos. A literatura portuguesa foi acolhida com extraordinário interesse na URSS onde hoje nas universidades são apresentadas teses de doutoramento sobre os nossos grandes novelistas e poetas.

É contra tudo isso que se ergue o Governo do sr. Sá Carneiro. Na sua mesquinhez, nem sequer se apercebe de que o próprio interesse da Europa ocidental pela nossa cultura foi estimulado pela presença cultural soviética.

A primeira consequência da denúncia do convénio cultural e científico será a ausência da URSS nas comemorações do 4.º centenário de Luís de Camões. A decisão obscurantista fecha a porta a uma participação que estava a ser aguardada com muito interesse nos meios intelectuais. Numa época em que a ciência e a cultura avançam para uma integração cada vez maior, rompendo fronteiras, o Primeiro-Ministro toma, displicente, a iniciativa de romper laços culturais e científicos com um grande povo de mais de 260 milhões de habitantes.

A notícia de que o Governo não assinará o acordo luso-soviético sobre relações mútuas de pesca chama a atenção para outro desastre político e diplomático, que, no caso, tem graves consequências económicas. Segundo apurámos, estavam bastante adiantadas as negociações para esse acordo, iniciadas a pedido de Portugal. Num país com as carências em proteínas animais como o nosso, que gasta todos os anos centenas de milhões de dólares na importação de alimentos e tem uma indústria de conservas em crise por falta de peixe, iria receber, ao abrigo do projectado acordo, pescado abundante das frotas soviéticas do Atlântico e do Ártico. Simultaneamente, esse acordo abria a possibilidade de utilização futura das águas da zona económica soviética, onde até existem cardumes de bacalhau -- o bacalhau que os aliados da NATO racionam a Portugal...

A quem prejudica esta decisão irresponsável? O Povo português não terá dificuldade em encontrar a resposta.

A direita festeja a sua irresponsabilidade. Ela não percebe que as relações entre os Estados e os povos continuam. Os governos saem. E este também sairá.

Acentuam-se divergências entre Eanes e o Governo

PLP vs. II Gov.



Eanes e Sá Carneiro: relações cada vez mais difíceis

Parecem acentuar-se as divergências entre o Governo Sá Carneiro e o Presidente da República. Um novo pomo de discórdia, segundo conseguimos apurar, está relacionado com as comemorações do 25 de Abril. Na sua base a personalidade que estará à frente da Comissão Organizadora. Para o Governo seria um membro do Executivo que deveria presidir, apontando-se o nome de Vasco Pulido Valente, secretário de Estado adjunto do Primeiro-Ministro, para preencher aquele cargo.

Às comemorações do 25 de Abril tem sempre presidido, como se sabe, um membro do Conselho da Revolução, um militar de Abril, pelo que a pretensão do Governo indica não se tratar tanto de preferir um nome a outro, mas sim de se optar por um civil em detrimento de um militar, símbolo neste caso de um órgão de soberania nascido com a Revolução do 25 de Abril, o Conselho da Revolução, de afastar os capitães de Abril das comemorações do dia que se lhes ficou a dever, de, enfim, esvaziar o próprio 25 de Abril do seu conteúdo revolucionário, democrático e antifascista.

Ainda em relação às comemorações do 25 de Abril, também se creê que o próprio local que servirá de cenário esteja a criar atritos entre o Governo e a Presidência da República. Com efeito, enquanto tudo indica que as cerimónias se realizarão em Santarém, o Governo da AD parece apostado em dar preferência a outra cidade que não a capital ribatejana. Mais uma vez é o próprio 25 de Abril que está em causa, já que Santarém é também um símbolo de Abril. Com efeito, é de recordar que foi de Santarém que partiram as tropas comandadas pelo capitão Salgaciro Maia cujo contributo foi decisivo para a vitória do Movimento das Forças Armadas. Por outro lado, o facto de a Câmara de Santarém ser uma Câmara socialista não ajuda à simpatia do Governo pelas comemorações oficiais, nesta cidade.

Caso Pintasligo

Estes pontos de divergência entre o Governo e o Presidente da República, de facto, vistos mais fundo, resultam dum a clivagem ao nível de Abril e de tudo o que Abril significa, de Demo-

cracia, de Liberdade e de justiça social. Porém, a este ponto de fricção outros, já conhecidos, continuam sem ter solução à vista e ameaçam arrastar-se. É o caso, por exemplo, da exoneração de Maria de Lurdes Pintasligo do cargo de embaixatriz de Portugal junto da UNESCO pretendida por Freitas do Amaral e Sá Carneiro.

Tanto quanto se sabe, Sá Carneiro comunicou a Ramalho Eanes a intenção do seu Governo de exonerar Lurdes Pintasligo, exoneração que teria de ser sancionada pelo Presidente da República. Tendo este recusado fazê-lo e tendo também Lurdes Pintasligo recusado pôr o cargo à disposição do Governo (no que teria sido apoiada por Ramalho Eanes), não resta senão à dupla Sá Carneiro/Freitas do Amaral impedir a ida da ex-Primeira-Ministra para o seu posto em Paris, retê-la em Lisboa «por conveniência de serviço».

Congresso das Comunidades

Outro problema surge, entretanto, para acentuar ainda mais a degradação das relações Governo/Presidência da República. Trata-se, de acordo com o noticiado pelo semanário «Expresso», da realização do I Congresso das Comunidades Portuguesas, previsto para Junho, ao qual estão também associadas as Comemorações do IV Centenário da morte de Camões. Segundo o referido semanário, o Governo pediria a ratificação, com suspensão, do Decreto-Lei, de 30 de Novembro passado, que cria a comissão organizadora do citado

congresso e regula as nomeações dos responsáveis pela sua realização.

Segundo o decreto, o presidente do Congresso é nomeado pelo Presidente da República sob proposta do Primeiro-Ministro, na altura Maria de Lurdes Pintasligo, estando nomeado como secretário-geral do congresso o comandante Costa Correia. Com vista à sua realização houve já uma reunião preparatória, na qual não participou nenhum representante do Governo por, entretanto, ter pedido a ratificação do decreto.

Por outro lado, e ainda neste âmbito e por motivo idênticos, o ministro das Finanças recusou-se a conceder a verba de 5 mil contos que havia sido pedida pelo tenente-coronel Vitor Alves; responsável pelo Dia das Comunidades, para a preparação desta realização. A acrescentar a este facto, refira-se também que o Governo pretende chamar a si a realização das Comemorações da morte de Camões.

Uma carta de Carter

Uma carta, cuja existência foi porém desmentida por fontes ligadas à Presidência da República, teria também levado o Governo a sentir-se ultrapassado e contribuído ainda mais para gelar as relações Governo/Eanes. Trata-se dum carta que teria sido enviada por Carter a Ramalho Eanes solicitando-lhe que Portugal boicotasse os Jogos Olímpicos de Moscovo, caso a União Soviética não retirasse as suas tropas do Afeganistão, sem que o Governo tivesse sido informado da existência de tal carta.

O tenente-coronel Hugo Rocha, indigitado para assessor do Ministério da Defesa, ainda não entrou no exercício das funções, por falta de «luz verde» da hierarquia militar. Segundo soubemos, Belém terá manifestado ao Governo o desejo de apreciar globalmente as requisições de militares feitas ou a fazer pelos gabinetes ministeriais. Por sua vez, Amaro da Costa ainda não participou, como acontecia com os seus homólogos militares, em qualquer Conselho dos Estados-Maiores. Não sendo embora das atribuições do ministro da Defesa assistir aos CEME's, tem-se comentado desfavoravelmente a «segregação» de Amaro da Costa. Este, no entanto, considera não haver rompimento da praxe, pelo que «as susceptibilidades dependerão das sensibilidades».

HUGO ROCHA

AINDA NÃO TEM

«LUZ VERDE»

ASSESSOR DE AMARO DA COSTA

O Comémrio da Morte

27/JANEIRO/1980



Pintasilgo, Olimpíadas e emigração

— problemas entre Governo e o PR

PR A IV Gov.

OS MOTIVOS de fricção entre o Governo e a Presidência da República poderão conhecer novos desenvolvimentos especialmente nas áreas da política externa e da emigração, fricção essa resultante de orientações diversas entre os Executivos Pintasilgo e Sá Carneiro.

Na área de política externa vem, em primeiro lugar, a continuação ou não do ex-primeiro-ministro, na Embaixada da Unesco, em Paris.

Fontes bem informadas confirmaram ao EXPRESSO que Sá Carneiro comunicou, ontem, a Ramalho Eanes a posição do seu Governo em exonerar Maria de Lurdes Pintasilgo. Por outro lado, Maria de Lurdes Pintasilgo não está disposta a pôr o seu lugar à disposição, no que será corroborada pelo Presidente da República. Sendo assim, a posição do Governo, comunicada a Eanes, poderia ser a de que Maria de Lurdes Pintasilgo ficaria retida em Lisboa, "por conveniência de serviços".

Um outro ponto de atrito ou mal-estar poderia resultar da

convicção existente no Governo de que o Presidente dos Estados Unidos, Carter, escrevera uma carta pessoal a Ramalho Eanes, solicitando o boicote, por parte do nosso país aos Jogos Olímpicos, no caso da União Soviética não retirar as suas tropas do Afeganistão.

Entretanto, fontes próximas da Presidência da República disseram-nos que Eanes não havia recebido nenhuma carta do seu homólogo dos Estados Unidos.

O melindre do Governo, a ser verdade a existência da carta, projectar-se-ia na Presidência americana por nem sequer haver informado o Governo português.

A propósito do boicote aos Jogos Olímpicos, de acordo com declarações do brigadeiro Sales Grade, presidente do comité nacional, continua a trabalhar-se intensamente com vista a preparar a nossa representação o melhor possível. O comité português decidiu, entretanto, não fazer mais declarações, esperando pelo desenvolvimento da situação.

De qualquer maneira, em caso de boicote decidido pelas au-

toridades políticas, sejam elas quais forem, as diversas federações deverão fazer um plebiscito, a fim de discutirem o caso, de acordo com a Carta Olímpica que distingue e exige que se não confundam os planos político e desportivo.

Congresso das Comunidades

Na área específica da emigração, o Governo vai pedir a ratificação com suspensão da execução do Decreto-Lei 462/79 de 30 de Novembro sobre a realização do I Congresso das Comunidades Portuguesas, previsto para Junho de 1980, decreto em que se fala também das Comemorações do IV Centenário da morte de Camões. De acordo com o mesmo decreto, "é criada a comissão organizadora do I Congresso das Comunidades Portuguesas... cujo presidente será nomeado pelo Presidente da República sob proposta do Primeiro-Ministro."

Neste decreto são reguladas todas as nomeações que já foram feitas pelo anterior Governo. O secretário-geral do Congresso é o comaricante Costa Correia.

Entretanto a verba a despendida com a realização do Congresso ascenderia a cerca de 65 mil contos, para além dos 25 mil para o Dia das Comunidades à responsabilidade do conselheiro da Revolução, Vitor Alves.

Já houve, porém, uma reunião preparatória com vista à realização do Congresso, em que o Governo se não fez representar por haver pedido a ratificação do decreto que regula a sua presença. Também o ministro das Finanças não autorizou a movimentação de uma verba de 5 mil contos que Vitor Alves havia pedido. A não autorização baseia-se nas mesmas razões: o pedido de ratificação do decreto.

Quanto às Comemorações de Camões soubemos que o Governo está decidido a levá-las para a frente, mas quer ser ele a conduzi-las.

Reunião Eanes-F. do Amaral: um certo desanuviamiento

Fundação Cuidar o Futuro

Expresso

26 Jan. 80

APROVEITANDO a entrega de credenciais dos embaixadores da Tunísia e do Perú, o presidente Ramalho Eanes fez questão em ter ontem encontro directo com o vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral.

Para o efeito, perguntou ao primeiro-ministro Sá Carneiro se suscitava alguma objecção, tendo Sá Carneiro concordado com a ideia.

Assim, no termo da cerimónia protocolar, houve uma longa conversa a dois, que foi considerada "muito positiva", quer por círculos próximos de Belém, quer por círculos

próximos do Palácio das Necessidades.

Durante essa conversa, Freitas do Amaral teria esclarecido a atitude do Governo português perante o caso da candidatura de Melo Antunes a um lugar de secretário-geral adjunto da ONU, nomeadamente o lapso havido no primeiro telegrama enviado para Nova Iorque.

Depois, teriam sido passados em revista alguns dos pontos considerados pelos observadores de possível fricção entre o Governo e o Presidente da República, no domínio da política externa, fazendo, no entanto, Freitas do Amaral questão em que continue a ser

o primeiro-ministro Sá Carneiro o responsável exclusivo pelas ligações entre o Governo e Belém, também naquele domínio.

No seu todo, observadores consideraram a reunião como prenunciadora do desanuviamiento entre os dois órgãos de soberania.



A nomeação para a ONU

Melo Antunes não troca Lisboa por Nova Iorque

Carneiro Jacinto

O tenente-coronel Melo Antunes apresentou já ao Presidente da República um pedido de desistência da sua candidatura ao cargo de secretário-geral adjunto da ONU para a Ciência e Tecnologia, segundo apurou «O Jornal» junto de fontes fidedignas.

Melo Antunes, que regressa na segunda-feira de uma visita à Jugoslávia, a convite da Aliança Socialista, parece considerar mais importante neste momento, e face à situação do país, a sua manutenção em Portugal, como conselheiro da Revolução e presidente da Comissão Constitucional. No momento em que aceitou a candidatura Melo Antunes havia, aliás, ressalvado desde logo a possibilidade de rever a sua posição, «se para tanto a evolução da situação a isso o determinasse».

A candidatura de Melo Antunes ao alto cargo recentemente criado pela Assembleia Geral da ONU, foi sugerida, em meados de Novembro, ao chefe da missão de Portugal junto da ONU, Futscher Pereira, pelo embaixador brasileiro Frank da Costa, que contactou a representação diplomática portuguesa para referir o interesse que existia em o novo cargo ser ocupado por uma personalidade portuguesa.

I — O embaixador brasileiro Frank da Costa sugere a candidatura de Melo Antunes

O embaixador Frank da Costa havia passado ao comité preparatório da Conferência sobre Ciência e Tecnologia que decorreu, em Agosto do ano passado, em Viena de Áustria, e nessa altura, numa deslocação a Portugal, teve oportunidade de conhecer e contactar longamente com Melo Antunes.

Em finais de Novembro, Futscher Pereira informaria o V Governo do interesse referido por Frank da Costa, considerando ainda que seria vista com bons olhos a indicação de um candidato português. Nessa altura, eram já conhecidas as candidaturas da Roménia, Venezuela, Peru, México, Índia, Senegal e Tanzânia, mas admitia-se que a escolha pudesse recair num europeu, em virtude do lugar ficar na dependência de um africano.

Desta forma, e ao contrário do que foi já insinuado por certos meios de informação o empenhamento da antiga primeiro-ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo e do próprio Presidente da República só

surgiria nesta altura e, muito especialmente, depois de um contacto estabelecido com o próprio secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, em que este se mostrou empenhado na candidatura portuguesa, apoiando, inclusivamente, a indicação de Melo Antunes, cuja personalidade já conhecia.

II — Melo Antunes conhece o apoio de Waldheim e aceita

Nestas circunstâncias, o Presidente da República, com o inteiro apoio do V Governo, solicitou ao tenente-coronel Melo Antunes que aceitasse a apresentação da sua candidatura. Invocando as funções que actualmente exerce e as responsabilidades que daí decorrem durante o presente período de transição, Melo Antunes não se mostrou inclinado a aceitar que o seu nome fosse para tal fim indicado, apenas modificando a sua atitude quando lhe foi ponderado, entre outros aspectos, o prestígio e utilidade que para Portugal adviriam da designação de um nacional português para o exercício de tão altas funções.

III — Os factores que contribuíram para a candidatura

Só nessa altura foi formalizada pelo V Governo, com o empenho do general Eanes, a candidatura de Melo Antunes ao cargo de secretário-geral adjunto da ONU para a Ciência e Tecnologia.

Para esta tomada de posição vários factores terão contribuído: o interesse demonstrado por várias altas personalidades internacionais — nomeadamente Waldheim, Frank da Costa, diplomatas de países africanos e não-alinhados — de uma candidatura portuguesa, e expressamente a de Melo Antunes; o perfil específico do lugar, assente que ficou no âmbito das Nações Unidas — como o próprio Waldheim teve oportunidade de sublinhar em Viena — a sua menor relevância técnica em favor dos problemas que o futuro titular do cargo será chamado a superar no contexto dos diversos «diálogos» entre grupos de nações para quem o grau dispar de apetrechamento científico e tecnológico é uma das vitais questões a defrontar na década que se

inicia; por último, a importância de que se revestiria para a política externa portuguesa a possibilidade de ver colocado num dos mais importantes centros de decisão mundial um cidadão português.

IV — 20 de Dezembro: formalizada a candidatura

Nesta conformidade Futscher Pereira seria recebido, em 20 de Dezembro, pelo secretário-geral da ONU a quem daria conhecimento da candidatura de Melo Antunes e faria entrega de sucintas notas biográficas do presidente da Comissão Constitucional.

V — Freitas do Amaral manda retirar a candidatura contra a opinião do Conselho de Ministros

O prof. Freitas do Amaral, ao chegar ao Palácio das Necessidades, encontrou, naturalmente, toda a correspondência trocada sobre a matéria entre o MNE e a missão de Portugal da ONU e, num gesto que é considerado por certos círculos políticos como «gratuito e precipitado», mandou retirar a candidatura, sem prévia informação do Presidente da República ou qualquer comunicação a Melo Antunes.

Uma alta fonte governamental, comentando afirmações atribuídas por um matutino do Norte a um membro do Governo e segundo as quais «o Governo já tomou medidas para impedir a concretização» da candidatura de Melo Antunes dir-nos-ia:

— É falso. Nunca poderá ter dito isso, já que não é essa a posição do Governo.

Com efeito, segundo as informações de que dispomos, o consenso estabelecido em Conselho de Ministros em torno desta matéria era o de manter uma atitude de absoluta neutralidade, isto é, de manutenção, sem apoio, da candidatura de Melo Antunes.

O certo é que o ministro dos Negócios Estrangeiros expediu para Nova Iorque instruções para a retirada da candidatura de Melo Antunes, sem mesmo se ter interessado em averiguar se seria possível a candidatura de uma qualquer outra individualidade portuguesa. A mensagem de Freitas do Amaral seria, aliás, transmitida imediatamente a Kurt Waldheim, por Futscher Pereira.

VI — Sá Carneiro rectifica: candidatura mantém-se mas o Governo é neutral

«Confundido» terá ficado por certo o próprio primeiro-ministro ao tomar conhecimento do teor das instruções enviadas pelo seu ministro dos Negócios Estrangeiros e isto porque, ainda segundo as nossas fontes, a posição de Sá Carneiro, de que deu conhecimento a Eanes, seria de «grande correcção», o que parece não confundindo, como terá feito Freitas do Amaral, os interesses do Estado com os meramente ideológico ou partidário.

Não será fácil saber, neste momento, quais os argumentos com que Sá Carneiro obteve de Freitas do Amaral a reconsideração daquelas instruções e o envio de uma nova mensagem em que se dá o dito por não dito.

A nova mensagem foi, com efeito, no sentido de não ser retirada a candidatura de Melo Antunes considerando no entanto que a missão portuguesa devia ter uma posição de neutralidade no assunto.

VII — Duas interrogações sobre atitudes de Freitas do Amaral

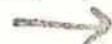
O já chamado «caso Melo Antunes» é, desta forma, mais uma peça do já vasto e interessante «dossier» da actuação do Ministério dos Negócios Estrangeiros sob a chefia do prof. Freitas do Amaral e integra-se no estilo já imprimido a outros casos relevantes, como o da embaixadora Maria de Lurdes Pintasilgo ou o referente ao antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas Cruz (ver, a este propósito, movimento diplomático).

As interrogações que se podem colocar em torno do «caso Melo Antunes» parecem ser para já de duas ordens: em primeiro lugar, e pelos sinais já conhecidos, a política externa portuguesa — que se proclama de alinhada — estaria afinal a ser simplesmente seguidista. Mas em relação a quem? A Europa Ocidental, como se diz? Alguns círculos diplomáticos desta área, com quem contactámos, deixaram-nos perceber que apreciariam ver no desempenho do lugar de secretário-geral adjunto uma personalidade portuguesa, incluindo o próprio Melo Antunes. Ao Terceiro Mundo e aos países não-alinhados? Evidentemente que não, dados os apoios que nessa área, Melo Antunes reconhecidamente desfrutava.

Em segundo lugar, para os dirigentes centristas, Melo Antunes será tão-só um inimigo a abater por qualquer meio? Um «aliado» (insuspeitado pelo próprio...) a manter custe o que custar em Lisboa? Ou, simplesmente, um fantasma cuja volume é indispensável ampliar de



+



modo a permitir a desfocagem dos objectivos principais daquilo que começa a ganhar os contornos de «estratégia centrada»?

Uma coisa parece certa: a posição adoptada a este respeito por Freitas do Amaral não contribuiu em nada para o reforço da imagem externa do Estado português.

VIII — Como se chegou à criação do cargo de secretário-geral adjunto

O cargo de secretário-geral adjunto da ONU para a Ciência e Tecnologia é da nomeação directa do secretário-geral que deverá consultar para o efeito o «grupo dos 77», os países ocidentais e de Leste, e muito especialmente os EUA, a RFA e o Japão. A decisão de Waldheim poderá ser tomada ainda no final deste mês ou princípio do próximo.

A criação deste novo organismo da ONU surgiu na sequência da Conferência sobre Ciência e Tecnologia realizada em Agosto do ano passado, em Viena. Nessa altura, entraram em conflito os países capitalistas e socialistas do hemisfério Norte, com os países do hemisfério Sul, defendendo os primeiros que o Centro para a Ciência e Tecnologia devia ficar na dependência da Unesco e os segundos, onde se destacava o «grupo dos 77», preconizando a criação deste novo órgão.

O assunto subiu à 2.ª comissão da ONU e no decorrer de duas semanas de intensos debates foi possível encontrar um consenso relativo às áreas que o novo órgão englobaria, não se tendo obtido acordo sobre o nível do novo lugar a criar no secretariado. O impasse principal estabeleceu-se na altura entre o «grupo dos 77» e os países da CEE.

Criou-se, finalmente, um grupo de trabalho que chegou a acordo sobre a criação de um Centro da Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento chefiado por um secretário-geral adjunto. Esta resolução contraria com a abstenção dos «nove» e dos países socialistas.

O plenário da Assembleia Geral da ONU viria a aprovar esta recomendação por 114 votos a favor (países africanos, asiáticos, latino-americanos, Portugal, Áustria, Espanha e países nórdicos, com excepção da Dinamarca que se absteve) as abstenções dos países socialistas e da Austrália e o voto contra dos EUA.

Veiga Simão não sabe de nada

Contactado, ontem, por «O Jornal», a propósito de uma informação publicada no semanário «Tempo», segundo a qual Waldheim veria com agrado a indicação de Veiga Simão para o cargo de secretário-geral adjunto, esta personalidade referiu-nos: «é a primeira vez que oiço falar numa coisa dessas e é «O Jornal» que me dá a notícia...»

Uma derrota desprestigiante

CONSUMATUM EST. Não temos o tenente-coronel Melo Antunes a honrar-nos e ao País, no desempenho das funções de secretário-geral adjunto das Nações Unidas para a Ciência e Tecnologia... Deu conhecimento da infame notícia o presidente da República, explicando ao primeiro-ministro que enviara a Kurt Waldheim uma carta retirando a candidatura, a pedido daquele elemento do Conselho da Revolução.

Escrevemos há dias neste Jornal acerca da atitude impolítica assumida pelo general Ramalho Eanes patrocinando, ao arrepio da opinião do Governo, de alguns círculos políticos e de sectores das Forças Armadas, uma candidatura que por motivos vários parecia predestinada a insucesso, pois não era líquido que a proposta presidencial fosse contemplada e tão-pouco estava assegurado que a aceitasse o tenente-coronel Melo Antunes, prudentemente temendo refutação onusina. Comentávamos, em lição lógica, que o presidente sairia desprestigiado no caso, se gorada fosse a intenção em que se empenhava.

Assim aconteceu e com isso não nos ramos, porque em nada lucra o País com o que afecte a figura do seu supremo magistrado. Mas, infelizmente, foi o que aconteceu. Ramalho Eanes afrontou gratuitamente o Executivo, com o qual e para benefício dos dois órgãos de soberania seria mister manter boas relações, e viu repudiada a sua proposta pelo próprio a quem pretendia contemplar e que teve o seu intento em somenos valia. O que é, de uma e de outra parte, pelo menos lamentável.

POR CAUSAS de natureza que o vulgo não compreende (mas, como então dissemos, «o coração tem razões que a razão desconhece...») o general Ramalho Eanes distancia-se cada vez mais dos que, Partidos e individualidades, nele julgaram ter — em antinomia ao período de desvairamento em que o PCP dominou — o símbolo do 25 de Novembro restaurador da ordem e reinstalador das liberdades reconquistadas em 1974. Progressivamente, revelando-se estadista destituído de atributos políticos, senão mesmo inábil, dando até ocasião a que sobre si recaiam suspeitas de compromissos

desconhecidos, afasta-se dos que o elegeram e em si depositaram esperanças. Entretanto, por força do circunstancialismo político daí originado (da sua reserva ou oposição aos Partidos que o secundaram e, implícita e por vezes declaradamente, do apoio aos que no outro extremo se encontram) aproxima-se de correntes esquerdistas de quem o Povo se dissocia. O caso da proposta, para um cargo na ONU, de Melo Antunes, militar tido como cabeça de fila de corrente terceiro-mundista inspirada num colectivismo marxista, é sintomático. O presidente jogou, e mal, sem justificação aparente. É lamentável, repetimos, já que o desprestígio incide sobre um homem cujos actos, pelo cargo que ocupa, têm repercussão além-fronteiras.

DESTE MODO, e se não houver da parte do general Ramalho Eanes inflexão no rumo que trilha, será admissível que, se se observe a situação verificada com personagem há pouco em primeiro plano, a ex-primeiro-ministro. Católica que do seu catolicismo fazia gala para obter triunfos numa população onde o catolicismo domina, desfrutando de fama de moderada que terá influído na escolha presidencial para a chefia do anterior Executivo, terminou atribulada carreira governamental com a oposição declarada de todos, excepto dos extremistas políticos que compõem o PCP, que a aplaudiram.

Sucedará de igual modo com o presidente da República? Afigura-se pouco curial que o seu mandato venha a culminar pela aprovação, e apenas, do Partido gerador do movimento que o teve como símbolo e com o repúdio de quantos nessa conjuntura forneceram suporte que lhe facultou a ascensão à Presidência. É um facto estranho, todavia, que o dr. Álvaro Cunhal venha à lica — em declarações que impõem comentário próprio — defender a intervenção das Forças Armadas no processo político e a sua institucionalização nesse papel, tese cara à facção em que no Conselho da Revolução se inclui o tenente-coronel Melo Antunes. A hipótese, por absurda que seja, é também preocupante — e factor a ter em conta em País onde o absurdo não poucas vezes toma foros de coisa plausível e praticável.

Melo Antunes declara guerra à política externa portuguesa

O DIA 29 JANEIRO 1980

Ao regressar da sua viagem a Belgrado, o conselheiro da Revolução e presidente da Comissão Constitucional, tenente-coronel Melo Antunes expressou a "apreensão dos meios internacionais" quanto ao que considerou "um certo retorno da política externa portuguesa". Sublinhou que esta assenta em "teses que já fizeram época há algumas dezenas de anos" e tem "um tipo de linguagem favorável à intensificação da guerra fria e nada propícia à paz e à détente".

Esta insólita atitude de um membro proeminente de um dos órgãos de Soberania, em flagrante oposição aos critérios e à orientação do Governo em matéria tão importante, não podia deixar de ser interpretada, como efectivamente foi, nos meios políticos nacionais, como inadmissível intromissão em áreas que passaram a ser definitivamente da competência do Executivo.

Os mesmos sectores interrogam-se de que modo subtil o conselheiro se socorreu para surpreender as reacções dos "meios internacionais", sendo certo que em todas as capitais do Mundo livre as recentes atitudes do Governo português em matéria de política externa merecem os mais favoráveis comentários. Confundir a détente com a consumada invasão dum país é uma tese que repugna a qualquer espírito bem formado. O bom senso e o respeito pela acção do Executivo em áreas da sua competência são qualidades que se impõem a qualquer funcionário consciente e responsável. Mormente ao presidente duma comissão a que incumbe a vigilância e o zelo do cumprimento da Constituição.

As declarações de Melo Antunes atingiram, no entanto, limitado desequilíbrio quando o exílio de Sakharov foi comparado, "salvaguardando as proporções", à exoneração de Pintassilgo!... Que se saiba, ninguém impediu ou poderia impedir Pintassilgo de dar publicidade a todos os seus pontos de vista... Que se saiba, o Governo não impôs residência fixa à ex-primeiro-ministro, nem a impede de circular livremente pelo País ou pelo estrangeiro... Comparar os dois casos constitui monstruosidade jurídica e um aborto literário. A não ser que tudo se justifique para engrossar a campanha que visa denegrir os resultados das últimas consultas eleitorais...

(...)

"DEIXAR AS MÃOS LIVRES AO PR"

O conselheiro Melo Antunes, que revelou ter retirado a sua candidatura a funcionário da ONU por considerar que a "evolução política operada no País", por vontade de uma maioria dos portugueses, aconselha a não sair agora do País, confessou que nesta "emergência" entendeu "deixar as mãos livres ao Presidente da República" no campo da política externa, quando se desenha "um conflito" entre o Governo e o PR". Mais: esse "conflito" já constitui também preocupação do "próprio secretário-geral Kurt Waldheim", que "ficaria numa situação embaraçosa", além de que "o

prestígio do País ficaria abalado", a demonstrar que outra perspectiva das inquietações são sempre as posições em que se colocam os interesses externos - ou, pelo menos, determinados interesses supranacionais.

Outra das preocupações do tenente-coronel Melo Antunes é a presente situação do "embaixador político" Maria de Lurdes Pintassilgo, que entrou na carreira precisamente por nomeação daquele militar em Maio de 75, quando ministro dos Negócios Estrangeiros, numa altura em que a agora ex-primeira-ministra, na sequência do golpe do "11 de Março", não se manteve no Governo por ter surgido um "diferendo" com Vasco Gonçalves. Para Melo Antunes, a proposta de exoneração de Pintassilgo de representante na UNESCO é "um acto inqualificável demonstrativo de um espírito de "revanche", mesquinho, retrógrado e em profunda incompatibilidade com tudo o que hoje na Eu-

ropa, mesmo nos meios mais conservadores, se pensa fazer aos adversários políticos". Esquecendo-se de que o poder nos últimos anos só escolheu para a maioria dos postos pessoas que afirmassem uma indiscutível fidelidade ideológica, o conselheiro foi ainda mais longe ao citar a repressão que tem atingido Sakharov - colocado, como disse, em "exílio interno por ter ideais discrepantes da direcção política" da Rússia, para pô-lo em paralelo, embora "salvaguardando as proporções", a decisão do Executivo da AD de a exonerar, por falta de confiança política. E claro, que igualmente neste aspecto teve ocasião de verificar, nos tais meios internacionais que se trata de "um gesto altamente negativo para a imagem de Portugal". A dúvida respeita, unicamente, a que tipo de imagem se quereria referir. Ou então não haverá mesmo lugar a qualquer dúvida...

MELO ANTUNES DESENCADEIA HOSTILIDADES CONTRA GOVERNO

Melo Antunes comenta afastamento de Pintassilgo:

«Inqualificável mesquinho e retrógrado»

No regresso da Jugoslávia, o tenente-coronel Melo Antunes, conselheiro da Revolução e presidente da Comissão Constitucional, criticou duramente a atitude governamental para com Lurdes Pintassilgo, classificando-a como

«um acto mesquinho e retrógrado» e «incompatível com tudo o que hoje se faz aos adversários políticos, mesmo nos sectores mais conservadores da Europa». Página 2.



A TRIBUNA - Terça-feira, 29.1.80

a, 29 de Janeiro de 1980 / Portugal HOJE

Melo Antunes critica actual política do MNE

face à política externa portuguesa aumentou desde que houve declarações que fazem prever mudanças significativas neste campo, com o retorno a teses que já fizeram a sua época há algumas décadas e o uso de uma linguagem favorável à intensificação da «guerra fria», afirmou, ontem, o tenente-coronel Melo Antunes, à sua chegada a Lisboa, depois da visita que, a convite da Aliança Socialista Jugoslava, efectuou àquele país.

«O aparecimento do marechal Tito na televisão jugoslava, de perna amputada, mas cheio de optimismo e confiança, deu lugar a manifestações visíveis de alegria e de descontração de uma população grandemente preocupada com a saúde do seu presidente», revelou Melo Antunes, que se manifestou satisfeito com os contactos havidos.

Durante a sua estada na Jugoslávia, Melo Antunes teve ocasião de tomar conhecimento da «condenação pública», expressa pelas autoridades do país visitado, «da invasão do Afeganistão pela União Soviética».

Respondendo a perguntas sobre o facto de ter retirado a sua candidatura para um alto cargo na ONU, aquele conselheiro da Revolução sublinhou as razões que o levaram a tomar tal decisão: «Entendi que, no momento actual, sou mais útil em Portugal que

na ONU» e «achei que o Presidente da República devia ter as mãos livres face ao conflito que se avizinhava e, ainda, porque não queria deixar o próprio secretário-geral das Nações Unidas em situação difícil.»

«Embora não estando a par de toda a inovementação, referente à intenção de exonerar a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo do seu cargo de embaixadora na UNESCO, Melo Antunes qualificou tal intenção de «acto inqualificável, demonstrativo de um espirito retrógrado, mesquinho e de «revanche», em contradição com o que os espíritos mais conservadores da Europa podem pensar sobre como se deve tratar os adversários políticos.»

«Salvaguardando as proporções e diferenças», o tenente-coronel Melo Antunes não deixou de relembrar, a propósito, o «exílio interno de Sakharov, em consequência de professar ideias diferentes das dos dirigentes do seu país», acrescentando que o «caso Pintasilgo» constitui «um gesto altamente negativo para a imagem externa do País, conforme tive ocasião de observar durante a minha viagem».

Quanto ao conflito de «competências» sobre as comemorações do Dia das Comunidades, Melo Antunes afirmou esperar que «se chegue a consenso sobre quem tem essa responsabilidade, mediante o debate entre os órgãos institucionais».

29/JANEIRO/1980

Fundação Cuidar o Futuro

O SR. CONSELHEIRO NÃO TEM MANDATO POPULAR PARA FALAR SOBRE COISA NENHUMA

— responde RIBEIRO E CASTRO

Na impossibilidade de contactarmos o vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, ausente em Estrasburgo, em viagem oficial, ouvimos o secretário de Estado adjunto de Freitas do Amaral, dr. Ribeiro e Castro que, nomeadamente, sobre a política externa e à embaixadora Maria de Lurdes Pintasilgo, disse:

«São declarações inteiramente desqualificadas, o que já é um hábito vindo de quem vem. Não surpreendem».

A outra questão, relacionada com o interesse de Melo Antunes sobre os assuntos de política internacional, disse:

«Esse interesse do sr. conselheiro pelas questões da política externa apenas vem confirmar a prática nociva que se tinha atingido em Portugal das chamadas diplomacias paralelas. Em certa medida, o seu azedume, patente e deslocado deve ter até essa explicação: o de saber e já sentir que com o Governo actual a direcção da política externa é uma e não há lugar a qualquer diplomacia paralela, como foi aliás sublinhado na apresentação do Programa do Governo pelo prof. Freitas do Amaral. O sr. conselheiro tem que compenetrar-se de que já não é o ministro dos Negócios Estrangeiros, nem directamente, nem por interposta pessoa, até porque não tem qualquer mandato popular para falar sobre essas questões. Em rigor, o sr. conselheiro não tem mandato popular para falar sobre coisa nenhuma».



Estaremos abertos ao diálogo e entendimento para um acordo das forças de esquerda

É ou não é possível a criação de uma plataforma eleitoral socialista democrática? A estratégia aprovada pela Comissão Nacional do PS na sua reunião do Porto vai nesse sentido. As declarações do dirigente socialista Vitor Constâncio, que especificamente referiu a possibilidade de um entendimento, por exemplo, com a UEDS e a ASDI, vão também nesse sentido. Como reage a essas declarações a UEDS? Para António Lopes Cardoso, dirigente dessa força, «a concretizar-se a posição de Vitor Constâncio, isso constituirá uma alteração qualitativa substancial por parte do PS». E, a título pessoal, afirma-se aberto ao diálogo com o PS, no sentido de se criar uma plataforma de esquerda tão alargada quanto possível. Embora admita que, neste momento, só é realista um entendimento eleitoral entre forças do espaço político que se reclama do socialismo democrático. Espaço onde integra o PS, a UEDS e outras forças independentes de esquerda. Mas não o PC e a FUP.

— Do seu ponto de vista, que formas deveria revestir essa plataforma?

— Primeiro ponto: qualquer acordo, seja com o PS, seja com qualquer outra força, não pode pôr em causa a autonomia da UEDS. A partir daí, haveria que avançar, em termos de etapas a curto prazo, no sentido da defesa do projecto constitucional e de defesa da democracia. É necessário, nas próximas eleições legislativas, que as forças de esquerda se não apresentem da forma como se apresentaram às eleições intercalares. É necessário que elas se apresentem como uma alternativa credível em relação à direita. Em Dezembro...

...os compromissos...
...os grandes objectivos desse acordo?

— Para si, quais deveriam ser os grandes objectivos desse acordo?

— O primeiro objectivo deveria envolver a própria natureza de revisão constitucional. Deveria dizer claramente qual o conteúdo e quais os limites dessa revisão constitucional. Nós pensamos que há aspectos que a experiência aconselha a rever na Constituição. Pensamos, no entanto, que, no essencial, a Constituição deve ser mantida, sobretudo no que ela contém de projecto de transformação da sociedade portuguesa. Esse acordo deveria também traçar as metas fundamentais de um programa de governo a sair das próximas eleições de 80, preocupando-se mais com o conteúdo desse programa do que com a fórmula de governo que viesse, na prática, a dar-lhe concretização.

...concretização de acordo entre essas duas forças.

— Essa improbabilidade não constitui, porém, para si, obstáculo a que a UEDS estude a hipótese de um acordo com o PS...

— Não, isso não constitui impedimento a que se procure outro tipo de acordos englobando, senão todas, pelo menos a maioria das forças de esquerda.

— Na alternativa acordo PS/UEDS e acordo PC/UEDS, que hipótese lhe parece mais provável?

— A título pessoal, eu diria que me parece mais fácil e mais exequível que esse acordo se faça entre forças que se reclamam, pelo menos no plano teórico, de um espaço político relativamente próximo, como o socialismo democrático, do que entre forças que, do ponto de vista de projecto político, estão bastante mais afastadas, mesmo se, do ponto de vista pragmático, do ponto de vista da prática, por vezes, em determinados momentos, possam estar mais próximas.

...ou não a concretizar-se.

— A UEDS vai encontrar-se com o PC?

— Vai.

— E não há, entre os objectivos desse encontro, a concretização de uma plataforma de acordo?

— Não tem esse objectivo imediato procurar qualquer

plataforma de acordo. Tem fundamentalmente como objectivo a troca de impressões sobre a situação política nacional.

— Qual dos dois partidos tomou a iniciativa desta reunião, neste momento?

— A iniciativa veio do PC.

— Quando?

— Há dois ou três dias.

— Já depois das declarações dos dirigentes socialistas quanto à plataforma e quanto à eventual integração da UEDS nessa plataforma?

— Sim, já depois das declarações do PS.

— Dado o contencioso entre o PS e o PC, revela que este encontro entre a UEDS e o PC possa, de alguma forma, prejudicar a eventual aproximação entre a UEDS e o PS?

— Penso que não. Ele só constituiria um obstáculo a esse entendimento se porventura qualquer entendimento com o PS pressupusesse, da parte do PS, impedir-nos de dialogar com quem quiséssemos. Seja qual for o entendimento com o PS, nós não aceitamos que esse acordo determine quais são para nós os interlocutores e as forças com as quais podemos dialogar.

— Por outro lado, o facto de essa plataforma de acordo avançada por Constâncio envolver forças consideradas à direita do PS, por exemplo, a ASDI constitui qualquer obstáculo a um entendimento PS/UEDS?

— Não creio que uma aproximação maior entre o PS e a ASDI constitua nenhum óbice a uma eventual plataforma de acordo que nos envolva.

Sábado, 26 de Janeiro de 1980 / PortugalHOJE

ASDI interessada em frente eleitoral

A Acção Social-Democrata Independente (ASDI), manifestou o seu interesse na «eventual constituição de uma frente eleitoral», salientando que tomará as suas próprias iniciativas nesse sentido.

Num comunicado, que aparentemente responde à estratégia do Partido Socialista definida no último fim-de-semana, a ASDI afirma que tal frente «só será possível e desejável se significar a compatibilização de projectos numa linha de realismo, moderação e eficácia, assente nos valores da democracia económica, social e cultural e no

respeito pela democracia política».

Ainda como condição fundamental para a constituição de tal frente eleitoral — continua o texto — «é que ela permita uma alternativa estável e aberta ao progresso da sociedade civil portuguesa» e constitua um «autêntico serviço ao povo português, em particular dos trabalhadores».

A ASDI afirma, ainda, que formulará as suas próprias propostas de aliança e que «aprofundará as que vier a receber de outras forças políticas democráticas».

Outro propósito da ASDI é o de apoiar uma candidatura à Presidência da República que assegure «a estabilidade e o progresso de Portugal» e a «transição, sem sobressaltos, duma situação de independência das Forças Armadas para uma outra da sua plena sujeição ao poder civil».





Chegou a hora de falar claro

O PARTIDO SOCIALISTA E A SUA CRISE

...eta era: «uma sociedade
... e sem classes».

O socialismo que se reclamar da inspiração de António Sérgio não pode repousar em alianças destinadas a partilhar as áreas do «poder político». Jaime Gama tem razão quando afirma que o «Partido Socialista tem tudo a perder em transformar-se numa máquina meramente eleitoral», mas será duvidoso que se possa limitar a ser «um partido moderno de esquerda democrática e com sólida implantação entre os trabalhadores». O essencial para um partido socialista é a sua caracterização como partido dos trabalhadores.

Essa é mais uma razão para nos levar a considerar com alguma perplexidade a recomposição do Secretariado Nacional do PS: dois advogados e um professor substituíram os três «históricos». No Secretariado Nacional, só Maldonado Gonetilha tem uma experiência como trabalhador industrial. Os outros são advogados, engenheiros, economistas, tecnocratas. Para Alberto Arons de Carvalho a «credibilidade» (sic) da Direcção do Partido ter-se-á reforçado, mas não em termos de presença de trabalhadores nas estruturas dirigentes, não em termos de classe.

Dir-nos-ão que o partido é interclassista. A resposta daria lugar a uma pergunta: Será o socialismo interclassista?

Dir-nos-ão: «O Partido é plural». Aberto àquelas pessoas que na ASDI «são verdadeiramente adeptas dos ideais do Socialismo-Democrático» (Mário Soares, entrevista colectiva, Novembro de 1979), e aquelas que, vindas «do outro lado», acabaram por «reconhecer que a esquerda não-comunista é o PS» (Mário Soares, idem). O problema permanece: para que um partido socialista?

Pergunta que se encadeia com outras: que partido socialista? Que sistema de alianças? Que estratégia socialista? Porque não se trata de saber se os dirigentes do Partido Socialista têm uma estratégia para reingressar na «área-do-poder» sob condição de meterem o socialismo «na gaveta» e de se empenharem na administração do Estado, mas de saber se é na perspectiva do avanço para a sociedade sem classes que o Partido Socialista se propõe governar.

Este é o problema de fundo. É um problema político perante o qual são pequeninos os problemas das pessoas.

Se considerarmos a conjuntura política e a sua evolução previsível, não se alcança como será possível ao Partido Socialista escender à governação política se não estiver apoiado numa aliança ou num acordo. Por maior que seja a «recuperação eleitoral do PS, a existência da AD, como aliança eleitoral, parlamentar e de governo, é um dado. A existência da APU é outro dado. O problema das alianças é parte integrante de um plano estratégico. E quando não se limita, expressamente, a escolha das alianças, é que se pretende garantir um leque de possibilidades diferentes, correndo o perigo, por virtuosidade oportunista, de cair em contradições entre os «princípios» (próprios) e os «compromissos» com o eventual aliado.

Mais uma vez o partido socialista está em crise. Não exageremos a dimensão dessa crise. Mas não nos deixemos iludir pelas afirmações da auto-satisfação de «minoritários» e de «maioritários». Não exaltemos os juízos oficiais sobre uma situação que diz respeito a todos os democratas na medida em que da saúde, do vigor e da orientação do Partido Socialista depende a consolidação institucional da Democracia e a defesa da Revolução de Abril.

Este reconhecimento não pode ser tomado como um cumprimento aos socialistas do PS, mas como uma exigência. A estratégia do PS para este ano eleitoral terá que ter em conta a sucessão e a complexidade das eleições. Já aqui dissemos que a eleição presidencial é determinante no que concerne à defesa de Abril.

Mas — repetimos — o Presidente da República não é eleito com aplicação do método de Hondt, nem poderá ser eleito só com os votos da Aliança Democrática.

É a esta luz que a crise do PS deverá ser analisada. E é com vista à eleição presidencial que é necessário ultrapassar, numa perspectiva democrática e de defesa de Abril, a situação agora criada.

parecer uma barbaridade) por der as eleições e construir um PS muito forte, ideologicamente forte, a ganhar mesmo as eleições. Agora o que eu penso é que uma coisa não é incompatível com a outra, porque ideologicamente nas suas bases, o PS é muito forte, o que não tem acontecido nas suas cúpulas e daí a vanialem de se fazer um Congresso. Só que um Congresso, agora, em ano de eleições a pre-judicar o PS em termos eleitorais. Mas ele deverá ser feito logo que possível, depois das eleições.

«DL» — Então, como se deverá apresentar o PS nas próximas eleições?

TM — Deverá afastar a ideia governamentalista e eleitoralista. O PS só poderá vencer estas eleições se se apresentar com o seu próprio projecto, defendendo as suas próprias posições que estão na Declaração de Princípios. É afirmando a nossa identidade que ganharemos as eleições e não para conquistar a qualquer preço a possibilidade de ser Governo. O grito da entusiasmo dos militantes «Só, só PS» não tem uma interpretação restritiva, o que se pretende dizer é que é preciso defender o pro-

deve ser o pólo de atracção de uma larga frente democrática e socialista que pode abranger sectores que estão à nossa esquerda e a nossa direita.

«DL» — Evitar a bipolarização?

TM — A bipolarização tem como objectivo fundamental destruir o PS. Quando se pretende aliar o PS à AD ou ao PC procura-se invalidar o projecto autónomo do PS. É a destruição do PS é a destruição de toda a Revolução de Abril. O PS é e continuará a ser uma força preponderante e teremos de continuar a lutar contra as tendências de bipolarização.

«DL» — Fez-se de uma frente que incluiria a ASDI, e a PSD, e Maria de Lurdes Pinheiro?

TM — Alguns desses elementos podem dar um bom contributo. Não em termos de eleição, mas em termos de apoio político. Quanto a Maria de Lurdes Pinheiro tentou pôr a casa em ordem de acordo com a Revolução de Abril. E é por isso que ela é atacada e a forma da ataque não dignifica quem o faz. É um sintoma grave...

ênncia das nossas posições, achei que não devia continuar no Secretariado, pois dava lugar a interpretações que não quereria.

O PS, depois do 25 de Abril, empenhou-se na vida política e descurou a sua própria organização. Daí resultou que os órgãos dirigentes do PS se foram afastando das bases e isso prejudicou a actualização das direcções.

«DL» — Antevê o seu afastamento?

TM — Hoje, os órgãos directivos não correspondem exactamente ao sentimento das bases do PS. Têm-se trilhado caminhos errados, mas penso que é possível encontrar no caminho certo, mesmo com os próprios que dirigem hoje o PS.

«DL» — Os «maioritários» têm dez meses para mudar o PS. Os «históricos» terão «o tempo» a médio prazo, isto é, se o PS perder as eleições?

TM — Isso é quase verdade, mas não é completamente verdadeira. Nós pensamos que é preciso voltar a dar ao PS a imagem que ele sempre teve e se deterior-

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Supondo, então, que «maioritários» ou os «tecnocratas» acobertavam afirmar exactamente o PSD, o problema tinha sido ultrapassado?

TM — Creio que não. A divergência é melhor se analisarmos a actualização do PS no campo da economia. Há divergências profundas. O nosso tremendo erro foi não ter aprovado o Plano de Manueira Silva. Ele dava uma orientação à vida económica do País. Ao mesmo tempo esse plano na gaveta e optamos por planos anuais, causámos um grave prejuízo ao País. Foi um grande erro cometido pelo PS. Ter um plano económico é uma das características principais de um Partido Socialista. Ao andarmos a fazer planos anuais, desviamos-nos da nossa própria ideologia...

«DL» — Então, há quanto tempo não concorda com a política seguida pelo Partido Socialista?

TM — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

«DL» — Há muito tempo, talvez desde o VI Governo Provisório. Considerei, então, que não seria oportuno tornar público a minha divergência, porque poderia ser traumatizante para as bases do Partido. Depois do desastre das

CONSELHO DA REVOLUÇÃO

DIRECTOR DA ACADEMIA MILITAR

PASSADO VETA FUTURA PROMOÇÃO?

30-1-80

As propostas de promoção a oficial general apresentadas ao Conselho da Revolução pelo Conselho Superior do Exército suscitam já alguma polémica nos meios militares, segundo sabemos de boa fonte.

A partir de uma informação que nos chegou afirmando que «há problemas com as novas promoções» desenvolvemos diversas diligências numa tentativa de clarificar o caso, conseguindo pouco mais do que registar afirmações de «avergência». Com efeito, os nomes das patentes efeitas no CSE são «confidenciais», tendo a generalidade dos nossos interlocutores afirmado reservas quanto a identificação dos propostos.

Soubemos, no entanto que um dos nomes indicados para promoção a general é o do brigadeiro Renato Marques Pinto, actual director da Academia Militar, que já foi proposto no ano passado e foi «reprovado» pelo CR. A nova proposta causou, segundo apuramos, um certo mal-estar nos conselheiros que, por uma questão de coerência, se veriam obrigados a segunda repropoção, ficando numa posição delicada quando esse oficial tem visto ultimamente nos jornais a afirmação de um certo prestígio.

O brigadeiro Marques Pinto era informador da Pide e por esse motivo foi-lhe levantado um processo na Comissão de Coordenação e Extinção da Ex-Pide, DGS. Segundo informações dignas, o actual director da Academia Militar perseguiu, enquanto adido militar em Londres, cidadãos portugueses aí exilados, fornecendo sobre eles informações à polícia política. Por esse seu trabalho, o brigadeiro rinto assinou recibos de gratificações da DGS que levaram à instauração do respectivo processo.

A solidariedade dos militares envolvidos na Comissão de Extinção levou a que o processo tivesse tratamento distinto do seguido em relação aos informadores vulgares e ele não tivesse sido ainda julgado. No entanto,

na reunião do Conselho da Revolução em que foi discutida a primeira proposta de promoção, a existência desse processo foi chamada à colação, tendo-se concluído que seria grave promover esse oficial ao mais alto escalão das Forças Armadas.

Se a «travagem» do processo se apresentava já em si escandalosa, quando tantos pequenos «informadores» penavam nas cadeias, a promoção, sabendo-se o que se sabia, seria um escândalo ainda maior. Por isso, recusada a proposta, terão sido dadas informações aos membros do CSE para que ficassem compreendidos a recusa.

A proposta de promoções deverá ser analisada hoje na reunião do CR, admitindo-se em meios bem informados que não haja de imediato uma resolução sobre ela.

A habitual «análise da situação política e militar» promete ser hoje fecunda em intervenções, atentos os acontecimentos dos últimos dias. Segundo nos admitiram ontem, em meios bem informados, próximo do Conselho é provável que venham a ser discutida a oportunidade e o conteúdo das recentes declarações de Melo Antunes.

Outro problema que seguramente não passará em branco é o que se relaciona com as comemorações do 25 de Abril. Ao que sabemos, o presidente da República pediu ao dr. Sá Carneiro que lhe formalizasse a posição do Governo sobre esta matéria no mais curto prazo de tempo. Todavia acrescentaram os nossos informadores, o general Eanes não parece disposto a operar uma modificação de processos, neste campo, devendo sustentar a nomeação de um capitão de Abril para a presidência da respectiva comissão. Ontem, falava-se no nome de Sousa Castro, mas, ao que sabemos, o presidente não tomou ainda qualquer resolução.

COMISSÃO DO «DIA DE PORTUGAL»

ESCLARECER ACCOES E FUNCOES

● 25 DE ABRIL: SOUSA CASTRO PODERÁ PRESIDIR AS COMEMORAÇÕES

Tem sido bastante falada a actividade e o enquadramento legal e constitucional das comissões organizadoras do Congresso das Comunidades Portuguesas. Essa comissão organizadora enviou a Comunicação Social um comunicado, no qual esclarece e especifica a sua acção, lembrando que foram criadas em 1979 duas outras comissões para lá do «Dia de Portugal» de «Camões» e das «Comunidades» que será formada pelo primeiro-ministro, e que são: «Comissão Organizadora do IV Centenário da Morte de Luís de Camões», constituída por personalidades de relevo da vida cultural do país, presidindo a ela o prof. dr. Jacinto do Prado Coelho; e a Comissão do I Congresso das Comunidades Portuguesas que tem representação do Governo, da Assembleia da República e das Assembleias Regionais. É ao presidente da República que cabe, por sua vez, a

escolha das personalidades que presidem as três comissões, por razões decorrentes do carácter eminentemente nacional e simbólico das comemorações.

A Comissão, passa, então, a esclarecer:

«Quanto à do «Dia de Portugal» não haverá dúvidas por parte dos portugueses, que já se habituaram ao modelo seguido até agora e que o imperativo nacional das Comemorações do IV Centenário da Morte de Luís de Camões é por de mais evidente para qualquer pessoa.

«No que diz respeito ao I Congresso das Comunidades Portuguesas convém recordar que a ideia da sua realização foi anunciada pelo presidente da República em discurso proferido no «Dia de Portugal», em Portalegre, em 10 de Junho de 1978. No entanto, apenas no final de

1979 é que o Governo aprovou o decreto que criou a respectiva comissão organizadora.

«Entretanto, e durante o ano de 1979, o presidente da Comissão do «Dia de Portugal» com beneplácito do presidente da República, e em ligação com os competentes departamentos governamentais, visitou as nossas principais comunidades, onde em diversas reuniões de trabalho com os seus representantes abordou o assunto do Congresso, ideia acolhida com grande interesse pelos nossos compatriotas.

«Nessas reuniões — naturalmente restritas porque limitadas aos representantes das diversas associações e grupos para tal convidados pelas embaixadas — foi delineada a estrutura da primeira fase do Congresso, que consiste na realização de congressos locais preparatórios, don-

de serão escolhidas as teses e eleitos os cerca de 500 delegados que as virão apresentar em Lisboa, em Junho de 1980.»

Um trabalho desta natureza requer uma verba, já proposta para o Orçamento deste ano, de

67 500 contos, a qual, adicionada aos 25 000 contos destinados às tradicionais Comemorações do «Dia de Portugal» perfazem um total que não deve de modo nenhum ser considerado muito vultoso se se pensar não só na importância e alcance destas co-

memorações e do Congresso, como também no respeito que nos deve a própria condição dos compatriotas que trabalham no estrangeiro, os sacrifícios decorrentes dessa situação e o apoio com que ao país as nossas Comunidades não têm fadado.



Os militares na política: Conselho da Revolução



30 Janeiro 1980

— sim ou não?

Povo livre

À medida que o tempo passa e as conturbadas horas do PREC são já uma página da história, torna-se evidente o nervosismo de todos os que vêm na afirmação dos princípios democráticos uma subversão da legalidade. Esquecem porém, que a construção do Estado democrático tem necessariamente de impor limites, às formas de revolucionarismo suscitadas pelo derrube de um Estado totalitário ou totalitarista.

Surgem assim de uma maneira natural que não deixa de assumir as características de um "canto do cisne", as tomadas de posição dos mentores da democracia musculada, ou dos defensores do populismo democrático, vigiado por ideólogos detentores da verdade única. Estes, mais intitulam-se "os legítimos representantes da vontade popular", auto-assumidos em representação de um poder imposto na inversa.

A dificuldade está, em assumir e aceitar a ratificação popular dessas posições, expressa pela única forma possível e democrática: o voto.

Mas, voltando atrás e concretamente ao artigo assinado na edição do passado domingo, do "Diário de Notícias" pelo conselheiro da Revolução Vasco Lourenço, depara-se com tal nervosismo manifestado numa prosa em que pretende "orgulhosamente" defender o estatuto e a actividade do órgão que representa, revolucionariamente imposto aos portugueses pela necessidade (???) de assumir a sua "falta de maturidade política" em 1974, e hoje como necessidade de defender as "conquistas da revolução" e a transição para um estado democrático.

Antes de tentar analisar o texto em causa, impõe-se uma interrogação: em 25 de Abril de 1974, houve de facto uma revolução?

Uma revolução implica muitas coisas que não estão nem nunca foram feitas até hoje; até por várias razões, entre as quais avultam os factos de não haver entre os públicos "fazedores do 25", quadros ideologicamente preparados para uma verdadeira revolução, e a inexistente predisposição das populações para efectuar essa revolução.

É pois mais admissível crer na queda de um regime que estava podre, face ao progressivo distanciamento dos seus dirigentes em relação ao povo que diziam governar; daí se tornar fácil e possível um golpe de Estado com características militares indefinidas, nos moldes em que se processou.



Vasco Lourenço afirma que eram previsíveis aquilo que considera serem os actuais ataques ao Conselho da Revolução inseridos numa estratégia defendida pelas forças vencidas em Abril de 74, e ser com certa amargura que vê o CR ser apontado, como o causador de todos os males que afligem o país. Recorda depois a situação nacional pré-25, a guerra colonial, a forma como era imposta à população e como procuravam a ela fugir os detentores do poder e a sua base de apoio (que não se percebe bem se pretende ter o arrojo de identificar com a actual situação).

Afirma também ter dito o MFA, que queria devolver rapidamente o poder ao povo e não conservá-lo indefinidamente. Refere a Constituição, refere o Pacto MFA/Partidos, socorre-se enfim de um sem número de coisas para justificar o injustificável.

Talvez fosse bom lembrar qual era a situação militar em Abril de 1974. Talvez fosse bom dizer, que entre os "fazedores de Abril" se alguns tinham uns laivos de conhecimentos políticos e por tal estavam predispostos à acção que se verificou, isso fica a dever-se a um plano escrupulosamente cumprido de infiltração de fornadas sucessivas de agentes comunistas, que minaram ideologicamente o aparelho militar e o "prepararam" para a acção, num futuro mais ou menos próximo. A tomada de consciência da guerra colonial, só aparece por alguma razão mais de doze anos depois de ter começado,

e com tanta maior intensidade quanto foi necessário começar a recorrer-se aos milicianos para suportar a gigantesca estrutura em que se transformara entretanto o aparelho militar, a defrontar-se com três frentes de combate permanente.

Se é um facto que os militares nunca foram políticos, como apareceu e se mantém tal inflação de militares-políticos. A actividade ideológica e de contestação desenvolvida pelos agentes milicianos deu o seu fruto na altura em que estava previsto dar.

Mas não foi só. As condições económicas e a existência galopante de oficiais milicianos equiparados em funções aos do quadro, contribuiu também de um modo decisivo para de "certa" forma se fazer apelo à consciência de classe, tão do agrado do militar que em si mesmo (se o é intrinsecamente) nunca deixa de ter em si determinados factores que definem a maneira específica de estar e ver o mundo.

Senhor conselheiro, convém recordar-lhe que não fora a estrutura clandestinamente organizada pelo Partido Comunista, a nunca seria o que agora é, nem defenderia tão orgulhosamente um órgão como o CR, pois este pura e simplesmente não existiria. Pudessem o PCP assumir-se como tal em 25 de Abril de 1974 perante o povo português, e não haveria nem Conselho da Revolução, nem MFA, pois para tomar o poder teria os seus órgãos dirigentes e os fiéis caixes de fila.

Tivesse sido o PCP a força e tivesse os representantes que o povo português ansiava para se libertar do regime, que não pre-

cisaria de recorrer à capa dos militares que tão bem soube e sabe utilizar. Felizmente para Portugal e para os portugueses, que os verdadeiros militares (aqueles que souberam e sabem quais são as suas funções e lugar numa sociedade democrática), conseguiram ser indiferentes ao canto da sereia.

Tudo isto é de tal modo claro, que na actualidade a única força política que defende a existência e manutenção de tal estrutura, e o controlo (paternalista) do poder civil pelo poder militar, é o Partido Comunista Português.

Como se a realidade se esforçassem por me dar razão, aí temos as últimas conclusões do Comité Central do PCP, a apontar nas mesma direcção e a afinar pelo mesmo dispasão.

Descanse que ABRIL SERÁ CUMPRIDO?, pois é essa a vontade dos portugueses e dos seus legítimos representantes. Mas sem Conselho da Revolução, Conselhos de Estado ou o que quer que lhes chamem, e sem a tutela militar. O Abril que o povo festejou nas ruas será uma realidade com a afirmação clara e inequívoca da vontade das populações expressa através do voto, única arma de direito num Estado democrático. A maturidade política dos portugueses tão alardeada em alturas convenientes, é infelizmente para alguns, um facto que se afirma cada vez mais com mais força e que vai pondo um travão a iniciativas e acções que nada têm a ver com a democracia, a liberdade e a

preservação dos valores essenciais à dignidade humana.

A identificação dos anseios populares com a política dos seus dirigentes, será afirmada dia-a-dia através da normalização da vida política, social e económica, e do progresso e bem-estar dos portugueses.

Tudo isto será difícil (já o foi mais, no entanto), como sempre foi difícil ser-se democrata, mas o futuro dará razão aos que lutam e sempre lutaram, por uma sociedade livre e justa, que dignifique os cidadãos, mantenha as tradições, honre os seus heróis e promova a paz e a estabilidade no concerto das nações, sem que para tal tenha de se subjugar a interesses totalitários.

É patente o resultado da democracia na ponta das baionetas. Quais e quantos os Estados democráticos, sob a batuta militar? Não chega afirmar intenções, é preciso pô-las em prática.

As suas próprias palavras, senhor conselheiro, servem que nem uma luva, para fechar este texto: "é tempo de, nós portugueses, não nos deixarmos mais enganar com posições demagógicas, onde se afirmam determinadas intenções que servem apenas de pérfida camuflagem aos verdadeiros desígnios de quem as assume e que, a cada passo, a sua própria prática oportunista se encarrega de denunciar".

Fernando Cyntra

ANTÓNIO
MARQUES BESSA

Da análise política

Será estranho e inesperado encabeçar este espaço com um título que tem o seu quê de clássico e sério. Mas, há razões que o justificam, embora fossem adáveis. Contudo, parece indispensável rememorar aqui a função da análise política e os seus princípios gerais para que os serviços da presidência não estremeçam e venham com missivas didáticas e pedagógicas a dar com a palmatória nos meninos maus.

O texto *Que quer Eanes?* publicado no número de 10 de Janeiro despertou o interesse dos serviços do Presidente, que à cata de gotinhas de desrespeito e com a mentalidade do censor, o elevou a matéria de quase-crime. Entendem que há aí uma grave ofensa à instituição militar (repare-se a confusão propositada e um ataque ilícito à instituição democrática. Além disso, o artigo poria em causa a coesão e disciplina das Forças Armadas e o cumprimento dos deveres militares.

Estas acusações rituais são feitas em nome de uma «informação verdadeira» e do «papel da imprensa num país democrático». São estas as justificações que invocam os serviços para, em seguida, apresentar o artigo como um ataque ofensivo às Forças Armadas, e uma falta de respeito para com o general Eanes.

O centro do enigma é a teoria contida no último subtítulo, que escandalizou os leitores da presidência, que não só viram aí uma teoria desestabilizadora e perigosa como também uma coisa original, da minha autoria, inventada expressamente por mim para a expor nas colunas do *Tempo*, a fim de perturbar a vida pacificada da sociedade portuguesa e atacar, sub-repticiamente, a instituição militar na sua coesão e saúde moral.

Esta argumentação peca por ignorância logo de princípio porque desconhece as orientações da crítica no domínio da história militar, desde o Brasil até à vizinha Espanha. Enfim, não têm os serviços a noção do que é uma teoria interpretativa e muito menos daquilo que constitui os quadros de uma análise teórica. Da História já nem se fala.

O QUE SE FAZ NA ANÁLISE

Nas análises políticas não se examina a sexualidade do caracol — como algumas instâncias gostariam. Como tem ficado claro ao longo de vários textos, abordagem neomaquiavélica exige a elaboração do quadro das forças reais em presença. Não me ocupo portanto dos jantares dos deputados ou dos ministros, antes me inclino para o desenho de quadros de manobra, em termos funcionais.

Assim, as teorias explicativas da realidade não-de forçosamente surgir. Recolhidas de pessoas independentes, difundidas no meio social, elas muitas vezes adequam-se aos factos e explicam-nos com plausibilidade. Os quadros institucionais têm que ser pensados e as forças que se digladiam têm que ser pesadas, embora isso possa vir a ser desagradável.

A análise apresenta, pois, os travejamentos da sociedade na sua historicidade, juntamente com os seus elementos dinâmicos em esquemas al-

temativos. E isto sem a preocupação do bom e do mau. Fornece-se assim, numa perspectiva, que nunca pode deixar de ser pessoal, modelos de interpretação da realidade que se ajustam mais ou menos aos factos conhecidos. A isto chama-se fazer teoria. As teorias são amplas, diversas, contraditórias e servem para serem pesadas e discutidas.

Ora, se se examinar com atenção o texto em referência há-de concluir-se forçosamente que se trata de uma hipótese de trabalho, conhecida em muitos meios. E é-o de facto. Propositadamente, este condicionalismo foi ressaltado, ao longo do artigo, para qual utilizei o condicional. Além disso, tal teoria aparece com muita nitidez no *Novíssimo Príncipe* de Adriano Moreira, em Stanley Payne para Espanha e em muitos autores norte-americanos no que toca ao regime brasileiro. A aferição da hipótese compete aos leitores, que conhecem casos e têm cabeça para pensar; aos teóricos, que podem propor uma contra-teoria; aos historiadores, que podem fornecer exemplos concretos ao longo da história da República; aos sociólogos, enfim, aos mestres de pensamento. Nunca ao presidente e muito menos aos serviços da presidência. Na realidade, foi neste âmbito que a vi discutida e comentada. E foi aí da neste âmbito que se publicaram em bons ensaios publicados em todas as democracias. Basta pensar que um livro de base, como o de *Finer*, nunca foi traduzido, e que os trabalhos de Payne são desconhecidos entre nós.

Confundir o problema com um ataque à instituição militar em si é uma tentativa hábil de criar um antagonismo. Já várias vezes aqui tratei da defesa do Exército como instituição armada específica, fundamental na sua solidez e nos seus valores, analisando os ataques que lhe têm movido diversos sectores. Um Exército solidário, unido, forte e altamente preparado cultural e materialmente é da mais alta importância para o Estado e nunca é demais repeti-lo aqui. Esta tese ou mesmo teoria, está claramente apresentada num livro da minha autoria: *Dicionário Político do Ocidente* (Intervenção) no vocábulo *Exército*.

Mas, sobre a existência de minorias activas no Exército que mantêm o seu programa, parece que ninguém terá dúvidas. Porém, a instituição militar tem outra função que ultrapassa e supera a de manter programas políticos ou servir de base involuntária para eles. Continua-se aqui, pois, no domínio da teoria / prática, que conquanto claro para muitos leitores, já não o é tanto para a função policial que agora quer desempenhar o serviço da presidência.

QUÃO LAMENTÁVEL

Não é de afastar a ideia que os serviços queiram apresentar trabalho. Mas é extremamente lamentável que o façam deste modo. Os processos de cunho político têm-se arrastado como se os intelectuais inconformistas, escritores, jornalistas, vivessem na menoridade e necessitados de correcções pedagógicas e judiciais. O Presidente tem perdido prestígio imiscuindo-se em assuntos como o caso dos livros de Cid e prestando

atenção aos artigos do «Diabo», de «A Rua», do «Tempo» e doutros. É o reflexo de uma atitude restritiva e provinciana. Imagine-se se o presidente de França tivesse de andar a perseguir judicialmente e a mandar cartas para os quotidianos do seu país e ainda para as revistas e semanários. Uma loucura!

O presidente tem tido muito maus conselheiros, que o arrastaram para posições insustentáveis, que com habilidade nunca se teriam levantado. Há que ver que Eanes é o mero suporte de um órgão do Estado, que é a Presidência da República. É criticável no desempenho das suas tarefas e como personagem público está sujeito ao humor, à caricatura, à crítica mordaz, e assim por diante. Quem ocupa esses lugares deve esperar por isso, excepto se vive na União Soviética ou é um rei teocrático, o Buda Encarnado, enfim, o imperador Tibério.

Quanto ao cidadão nada há a dizer, já que será respeitável na sua vida privada, familiar, na roda dos seus amigos e convidados. É com ele, quanto ao suporte da Presidência, ou seja, Eanes como agente de política, de distribuição de forças, de jogo, de luta pelo poder, isso sim, há muito a dizer; mesmo muito.

É muito lamentável que tais intervenções, acompanhadas com a responsabilidade da informação democrática (?), venham ditar cânones interpretativos e áreas proibidas. Seria interessante ver os mesmos serviços analisar os textos marxistas-leninistas que apresentam a força armada como mero instrumento da burguesia. Isso já não é ofensivo? Ou como força colonial escravocrata, ou ainda como clique classista armada. Parece que aqui se entende que se trata de uma teoria.

Entretanto, o serviço do presidente tomou a peito arruinar a figura de Eanes, já muito abalada, e agora muito mais depois do triunfo de uma ala que lhe é pouco favorável. Considerou o humor perigoso e mandou arquivar os volumes de Cid; Tomando-se por agentes de um Tibério, sondam as gentes.

Vigiam atentamente o menor escrito à espera de topar com heterodoxias, na sua maneira peculiar de encarar as coisas. Finalmente, consideram a teoria exposta no condicional e apresentada como uma hipótese, uma coisa trágica para o povo e para a milícia. O trauma é patente. Talvez conviesse *desdramatizar* os artigos, *desdramatizar* os serviços, *desdramatizar* o presidente Eanes, e pôr as coisas no seu devido alcance, utilizando para isso o sentido comum. Nem mais, nem menos: o sentido das proporções, com o sentido dos limites e o sentido do ridículo.

E conviria dramatizar o que realmente é trágico: os nossos problemas de sociedade enquistada, pobre, anárquica, diminuída, e contudo tão esperançosa e disposta a pôr-se em marcha. O nosso papel no mundo, a nossa altivez, a nossa força de realização. E isso senhores é totalmente estranho a gastar horas a pentear os artigos de jornal.

É agarrá-los, rasgá-los e atirar para o cesto do lixo. Ou então restabelecer a censura. O resto, senhores, *afecta a imagem*.

Eanes perante o «tribunal Tempo»

Conforme fizemos na nossa última edição, relativamente ao «dossier» Televisão, de futuro, aproveitaremos temas da actualidade nacional para, de vez em quando, dar a oportunidade a todo o corpo redactorial do «Tempo» de escrever alguns subsídios para os «autos» dos respectivos «dossiers». Esta rubrica será o «Tribunal Tempo» e o júri será constituído pelos nossos leitores.

Esta semana, a carta que recebemos da Presidência da República deu-nos, assim, a oportunidade de escrevermos sobre a actuação de Ramalho Eanes, um tema que interessa, sem dúvida, a muitos portugueses conscientes, que acreditam no facto de, em democracia não haver intocáveis.

Um contencioso pessoal

O facto do sr. Presidente da República se ter dirigido pela primeira vez ao «Tempo» desde que assumiu o poder político em Portugal na data histórica de 25 de Novembro de 1975

— embora em ofício assinado pelo chefe da sua Casa Civil — dá-nos a oportunidade de revelar a existência de um contencioso pessoal, grave, entre o director deste jornal e o su-

premo magistrado da Nação. Esse contencioso deriva de um tratamento de inqualificável descortesia da parte do Presidente da República ocorrido quando este disputava as eleições que o levaram ao alto cargo que hoje ocupa.

Aparecido o «Tempo» em 29 de Maio de 1975, logo este jornal deixou prever a sua oposição à política de violência e terror que o Partido Comunista Português impunha ao País no intuito de, pelo medo, alcançar o domínio político da Nação. Daí os apódos de jornal reaccionário e fascista que tantas vezes nos foram lançados. Por volta do 25 de Novembro, graças à colaboração inestimável, séria e patriótica, que nos foi dada

pelo tenente-coronel Ferreira da Cunha, então chefe de gabinete do general Costa Gomes, o «Tempo» evidenciou-se como defensor do movimento libertador que culminaria com os actos militares de 25 de Novembro. Todas as quartas-feiras de manhã, num pequeno café de Alvalade, o tenente-coronel Ferreira da Cunha punha o director do «Tempo» ao corrente do estado de espírito das Forças Armadas perante a derrocada da Nação a que o general Costa Gomes assistia por ingenuidade ou conivência (pensa-se, hoje, que por conivência). Na véspera dos acontecimentos que levaram o então major Eanes à posição de primeira figura da vida portuguesa, o gabinete do

director do «Tempo», na nossa sede da então Travessa das Chagas, foi testemunha de reuniões em que participavam vários oficiais descontentes com o rumo que a Revolução levava. Recordamos, entre eles, principalmente, os capitães Salgueiro Maia e Pereira Pinto, ambos de Santarém, que nos comunicavam o que se passava. É curioso que, com ambos, apareceu também, por vezes, o então major Diniz de Almeida o que nos levou a considerar, mais tarde, uma surpresa a sua ligação a partidos e grupos da esquerda.

Foi no gabinete onde hoje redigimos este artigo que se traçou a estratégia que nos pertencera face ao 25 de Novembro e consistia em publicar

reportagens sobre os comandos de Jaime Neves e as forças de Santarém, transmitindo assim o moral necessário à população para a hora em que se desencadeassem as operações militares. Essas reportagens saíram nas nossas edições de 23 de Outubro e 13 de Novembro de 1975 intituladas «Santarém, Unidade Militar ao Serviço do Povo» e «Os Comandos ao Serviço do Povo».

Ainda hoje não sabemos se o então major Eanes estava ao corrente da nossa participação na estratégia do 25 de Novembro. O que não podemos admitir é que o então major Eanes a tenha ignorado, porque ela foi visível e clara.

Nenhum outro jornal da época apoiou tão expressamente o 25 de Novembro como o «Tempo». A nossa edição de 27 de Novembro de 1975 é um exemplo da nossa ligação àquele movimento militar, afinal chefiado pelo que é hoje Presidente da República.

Apesar destes factos, que hoje se revelam publicamente pela primeira vez aos quais resistimos como pudemos e cujos riscos foram também abandonados a Redacção com as máquinas de escrever na mão perante a ameaça do deflagrar de bombas dentro do jornal), recebemos do

sr. Ramalho Eanes o maior vexame de uma longa carreira profissional.

Quando decorria a campanha presidencial em que o «Tempo» apoiou sem reservas Ramalho Eanes, o director do «Tempo» pediu ao candidato à Presidência da República uma entrevista para publicar na edição anterior ao dia da eleição. Foi Soares Louro, então chefe do gabinete de propaganda de Eanes, o intermediário escolhido para conseguir a entrevista. O sr. Presidente da RTP deu-nos uma resposta favorável. A entrevista seria concedida. O certo é que os dias iam passando sem que o encontro do director do

«Tempo» com o candidato que o jornal apoiava se efectuasse. Sucediavam-se os telefonemas e as evasivas. Finalmente Soares Louro alvitrou que havia uma possibilidade: Eanes deslocava-se à Ilha da Madeira e a entrevista poderia realizar-se ali. Assim terminou o avião na esperança de um encontro com Eanes no Funchal. Denunciando uma frieza inclassificável, Eanes furtou-se ao encontro, alegando os seus conselheiros as mais diversas razões.

Foi apenas sua filha, a senhora Manuela Eanes, quem teve a gentileza de nos telefonar para o hotel onde

nos encontrávamos pedindo desculpa do que estava a acontecer e prometendo interceder junto do marido para que a entrevista fosse concedida ao «Tempo». Ficou, então, mais ou menos entendido, com aquela senhora, que a entrevista se efectuariam no avião de regresso a Lisboa. Procurou o director do «Tempo» sofrer em silêncio a humilhação de que estava a ser alvo. «Tempo» era já um dos grandes jornais portugueses e o tratamento que Eanes nos dispensava contrastava com a sua candidatura.

Iniciado o voo para Lisboa, Eanes recolheu-se na primeira classe, com os seus conselheiros — em que predominava a esquerda do Partido Socialista — e um destes comunicou-nos que Eanes não podia afinal falar-nos por estar muito cansado.

Já aqui se avalia a razão do contencioso pessoal existente entre o director deste jornal e o actual Presidente da República.

Sucede que, aprendemos muito cedo a passar sobre as humilhações quando se trata de defender o jornal em que se trabalha e de bem informar os leitores que em nós confiam. E, apesar da viagem baldada ao Funchal, intercedemos ainda junto de

Soares Louro, da dr.ª Manuela Eanes e do dr. Carlos Macedo, então um dos seus conselheiros, insistindo com Eanes para que concedesse a entrevista ao «Tempo». Na quarta-feira anterior à data da eleição, como jornal pronto a seguir para a máquina, o dr. Carlos Macedo comunicou-nos que poderíamos fazer a entrevista se seguíssemos para Braga no próprio avião particular do futuro Presidente. Assim o fizemos. Num bimotor entre Lisboa e Braga, Eanes dignou-se falar ao jornalista que

lhe fez a humilhação em Funchal. Enunciou o seu discurso, fez-nos displicentes declarações sem importância. O bimotor aterrou na pista poeirenta do aeroporto de Braga. Da capital do Minho, banhados em suor, transmitimos a entrevista pelo telefone para Lisboa. O «Tempo» publicou-a na sua edição de 24 de Julho de 1976. Os leitores ignoraram as circunstâncias degradantes em que esta entrevista nos havia sido concedida. O comportamento de Eanes para com o «Tempo» não se modificou. Uma vez empossado no seu alto cargo, ocupou-se de estabelecer as mais amistosas relações com jornalistas da esquerda: eram conhecidos em Lisboa os seus almoços com Artur Portela (Filho), as suas amizades

com o dr. Marcelo Rebelo de Sousa e Francisco Balsemão, cujas casas frequentava.

O «Tempo» nunca recebeu dele a menor atenção. O director deste jornal, um dos mais influentes jornais portugueses, nunca mais viu o sr. Eanes.

Estão passados cinco anos. O director deste jornal sentiu-se várias vezes no banco dos réus como co-réu de processos intentados sob o patrocínio do general Ramalho Eanes a propósito de artigos visando a acção política do Presidente da República.

Quem hoje recusará qualquer convite do Presidente da República para o visitar ou para o ver é o director deste jornal.

O contencioso não tem, portanto, saída. Uma vida dedicada ao jornalismo do seu País, vivida sem interesses de ordem política ou financeira, não aceita humilhações, especialmente se provém do Presidente da República.

Apesar disso, e como sempre fizemos, publicamos com todo o relevo a carta que nos foi enviada pelo chefe da Casa Civil do sr. general Ramalho Eanes.

NUNO ROCHA

Haja respeito

Desde que um ancião, amargo e verinoso mas com visões muito avançadas para a época (o que hoje, quase meio milénio decorrido, se chama futurologia) se pôs a carpir desgraças ali para os lados do Restelo, toda aquela zona ribeirinha, que tem Belém por epicentro, tem sido alvo de desgraças pertinazes, de que a execução dos Távora é um exem-

plo tão triste quanto significativo, bem como os constantes altos e baixos de «Os Belenenses», a quem nem o almirante Américo Tomás, quando no auge, conseguiu deltar mão, apesar de forte simpatizante e presidente honorário.

Por isso me parece injusto não compreender a espinhosa tarefa do

sr. Presidente da República, residente mesmo no centro desta nossa espécie de «Triângulo das Bermudas» — acção que ainda se deve entender melhor com a carta de boa vontade agora enviada ao «Tempo» Haja respeito — que nem tudo são rosas nestes tempos de cravos.

PEIXE DIAS



DINAH
 ALHANDRA



Resposta a um Presidente

Estava eu congeminando o que vos diria sobre os meus primeiros dias como deputada, quando uma comunicação urgente da Redacção me trouxe cópia dum ofício com que a Presidência da República teve a gentileza de «brindar» o nosso jornal. Pedia-se-me uma resposta já nesta edição. A planeada crónica parlamentar ficará, portanto, a aguardar melhor oportunidade.

Em verdade vos digo que a leitura do ofício em questão me deixou muda de espanto. E nem sei bem o que mais me maravilhou: se a tacanhez das preocupações evidenciadas, se a duvidosa honra de nele ter sido individualizada.

Acusa-me o senhor Presidente da República — pois temos que admitir que o Chefe da sua Casa Civil apenas se limitou a veicular o seu pensamento — de fazer «especulações abusivas». Mão as específicas porém, o que me impossibilita de responder à acusação. Apenas o poderei fazer na parte respeitante ao meu comentário, misericordiosamente atribuído a ignorância, sobre as análises da situação do País a que o Presidente dedicou boa parte do seu discurso na posse da VI Governo Constitucional.

Concordo que a minha ignorância é abissal. O que nem é para estranhar, já que a minha instrução formal não vai além do ensino secundário. Numa idade em que, por exemplo, o senhor Presidente se preparava confortavelmente para ingressar na Academia Militar, era eu obrigada a contribuir para o sustento da casa com o produto do meu trabalho. Mesmo assim, consegui aprender a falar várias línguas fluentemente, do que talvez o senhor Presidente não possa gabar-se... Em ginástica é que, confesso, sempre fui um zero. Nos tempos difíceis da minha infância, isso era luxo para gente de posses...

Assentemos, pois, na minha ignorância. Só que... o senhor Presidente é suposto falar para o Povo! E o Povo, que não sabe interpretar as estatísticas do Banco de Portugal, nem distinguir a diferença entre «finanças» e «economia», SABE, porque o sente na carne e na bolsa, que a situação não melhorou, antes pelo contrário!

Assim e para evitar novos equívocos porque, pelos vistos, tanto eu como o senhor Presidente não somos propriamente «cracks» na matéria, limitar-me-ei a citar as palavras que um técnico reputado, o Prof. Doutor Cavaço e Silva, actual Ministro das Finanças, dirigiu, há dias, à Assembleia da República:

«Uma análise correcta da situação económica portuguesa revela, sem margem para dúvida, que a situação cambial neste início de 1980 não é o resultado da prossecução duma política económica adequada à resolução dos problemas do País. Gostaria realmente que me fosse demonstrado que um superavit da balança de transacções correntes de Portugal, em 1979, traduz uma política económica correcta. A presente situação cambial é, pelo contrário, a consequência do falhanço da política económica seguida ou, melhor, da ausência de política económica no verdadeiro sentido do termo e cujos reflexos negativos se farão sentir em 1980.»

Para que não me acusam também de citar unicamente personalidades ligadas à AD, lembro que o Dr. Vítor Constâncio, embora se esforçasse por produzir um discurso que, defendendo as teses e os interesses da minoria de esquerda, era estranhamente coincidente com o do Presidente da República, se viu forçado a declarar: «Não me custa reconhecer que a situação económica não é boa e que a conjuntura internacional, neste início de 1980, não se apresenta muito favorável para qualquer economia tão aberta ao exterior como a nossa.»

Outra coisa que o Povo soube entender muito bem é que, com o seu discurso, o senhor Presidente tentou criar, à partida, condições desfavoráveis a um governo resultante do seu voto maioritário! Que passou de árbitro, a interveniente na jogada! Ou então que se esqueceu daquela máxima (infelizmente tão verdadeira) de que «em política o que parece é»!

Tudo somado, foi «simpático» ver os meus «erros» atribuídos a ignorância, que não a má-fé: De facto, poderia haver melhor prova da minha enorme boa fé do que ter apoiado a eleição do General Eanes para a Presidência da República?

Um juízo

O vespertino «A Tarde» publicou, na edição do passado sábado o seguinte comentário sobre o Presidente da República, na secção «Reflexões»:

«O inacreditável acontece, com frequência, em Belém: o Presidente da República portuguesa recebeu, ontem o sr. Edmond Maire, secretário-geral da central francesa de sindicatos CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho). Vivendo nas nuvens, o sr. Presidente da República não viu o ridículo em que caiu. Estamos a ver, daqui, o sr. Giscard d'Estaing, presidente da República francesa, a receber no Eliseu o sr. Kalidas Barreto dirigente da CGTP-Intersindical portuguesa. Estamos a imaginar o sr. Kalidas Barreto, fato de circunstância, a su-

bir as escadarias severas do Eliseu, e a ter à porta o sr. Giscard d'Estaing, perfilado, a recebê-lo, para depois conversar com ele, demoradamente, a sós, no gabinete.

Belém não tem, efectivamente, o sentido do ridículo. O sr. Ramalho Eanes permitiu discutir com o sr. Maire uma «análise geral do movimento sindical confrontado com a crise actual e a reestruturação industrial».

Estamos a ver o sr. Giscard d'Estaing a discutir com o sr. Kalidas Barreto «os problemas conjunturais da economia europeia».

Já nada há a fazer em Belém. Quando o sr. Maire devia ter sido recebido pelo ministro do Trabalho, foi recebido pelo sr. Ramalho Eanes.»

Julgar quem?

Reconhecendo em mim próprio a total incapacidade para julgar alguém em termos de «tribunal», e muito menos a figura do Presidente da República deste País, não deixo, no entanto, de manifestar a opinião pessoal de que as eventuais «vítimas» do general Ramalho Eanes são-no, sobretudo, de si próprias. E porquê?

1) Ramalho Eanes é conduzido à Presidência pelos partidos políticos que agora o condenam;

2) Esses partidos apostam num militar para a Presidência, cuja imagem constroem e lançam, através de uma bem arquitectada campanha eleitoral, manifestando «conhecimento profundo» da personalidade eleita;

3) Ramalho Eanes não se sente obrigado a perfilhar nenhuma das «doutrinas» dos partidos apoiantes;

4) Os partidos não apreciam o «desvio», embora façam um grande esforço para «monopolizarem» o Presidente;

5) Ramalho Eanes «não serve», porque faz «o jogo do Partido Comunista» e é «militar».

E pronto. Está feita e desfeita uma imagem. Com a facilidade com que se jogam às cartas ou ao xadrez.

O general Ramalho Eanes, é certo, tem todos os defeitos que a instituição militar lhe confere. E a verdade é que este país não é um quartel. Mas por que razão a histeria «anti-Eanes» parte, precisamente, de quem o apoiou, como homem do «25 de Novembro», militar de rosto severo e cidadão que da Presidência da República teria uma vaga ideia?

Ora, ora, senhores políticos, e se fossemos todos julgar as vossas acções nestes seis anos de uma Revolução que de vocês deve estar francamente farta?

E mais: se o general Eanes não serve porque é militar, porquê, então, apoiar outro militar para 80 (Pires Velloso, por exemplo)? Será que a lição ainda não foi compreendida? Ou será que é mais um preço a pagar (caro) para chegarmos à conclusão de que militar na Presidência não serve?

ANTÓNIO DUARTE

CARLOS VIVEIROS

Se a pilula anti-maniqueista que Eanes prescreveu à nova maioria e ao Governo é a obtusa conclusão de um diagnóstico assente no temor de que uma e outro se unam em exercícios de raiva sistematizada contra os diplomas e as nomeações dos gabinetes socialistas, podem os ilustres boticários constitucionais dormir descansadinhos.

Embora este parlamento — como o anterior — não esteja dissolvido, e, mesmo assim, febrilmente entregue ao destroço ou neutralização de todas as medidas positivas do penúltimo Executivo, apesar de o Governo — como o precedente — não ser transitório e com a duração marcada de cento e poucos dias, aproveitar-se-á tudo o que de útil estiver feito, sem discriminações ideológicas, nem mudanças sugeridas por mesquinhos interesses partidários. Isto é uma coisa. Outra, porém, e bastante diferente, ressumbra da ideia peregrina de que nada se deve alterar.

A nossa representação na Unesco, por exemplo.

José Carlos Vasconcelos em «O Jornal», e Fernando Piteira Santos no «Diário de Lisboa» — periódicos que são andares distintos do mesmo arranha-céus marxista — servem-se de idênticos argumentos para defender a permanência de Maria de Lurdes Pintasilgo à testa daquela chancelaria.

Ambos invocam as suas qualidades, referem os dois a «injustiça» de se não confirmar naquele posto quem o abandonou apenas para servir o país em funções ministeriais, barafustam um e outro contra o que dizem ser uma «desconsideração» feita ao Presidente da República — cada qual escorado na insidiosa conjectura de os governantes obedecerem tão só a propósitos escondos do mais absurdo revanchismo.

Ora tudo isto são mentiras.

A verdade nua e crua assenta em duas coisas: confiança política e alternância do poder.

Exactamente a mesmíssima confiança que, com o beneplácito de Eanes, Maria de Lurdes Pintasilgo, e João Figueiredo, foi invocada por Daniel Amaral para demitir os seus colegas de administração na empresa editora do vespertino «A Capital».

Este propôs o afastamento dos gestores que lhe recusaram apoio na exoneração do respectivo di-

rector — Francisco Sousa Tavares — com o argumento de que aqueles haviam «perdido a sua confiança».

Na altura — e vão lá poucas semanas — nem o Presidente da República, nem o Chefe do Governo, nem o ministro da pasta ou qualquer outro executante da orquestra sinfónica de esquerda, se lembraram de contestar os fundamentos dessa decisão.

Agora, se quiserem ser coerentes, fazendo jus a um mínimo de decoro, devem atribuir aos novos responsáveis o mesmíssimo direito.

Por outro lado, a alternância do poder que Ramalho Eanes enaltece a cada passo, implica, forçosamente, situações deste tipo.

Ou, então, a dita alternância não é mais do que uma «evolução na continuidade». Diga-se tudo: evolução de muitos, na continuidade de uns tantos.

Ai está. Em poucas palavras. Para Eanes meditar, Maria de Lurdes Pintasilgo reconhecer e o conselho de ministros decidir. Amém.

No último dia de Dezembro houve uma data de miúdos que, celebrando o fecho do Ano Internacional da Criança, entrevistaram o Presidente da República através dos microfones da RDP. Coisas de hoje, no Portugal dos Pequeninos... que o dos Grandes, foi ontem, e deram cabo dele. Enfim...

Para uma das crianças, chamada Paulo, o Chefe do Estado definiu assim «democracia»: «é uma espécie de sala onde todos os móveis de que gostamos, se podem colocar. Sem a sala, os móveis não servem, na medida em que não se poderiam colocar suficientemente resguardados e poderiam acabar por se perder ou por se partir, e não ser utilizados».

Pena, meu caro Paulo, que em vez de, ou melhor, antes de democracia, lhe não tenhas perguntado o que era Pátria. Mas eu digo-te: a Pátria é a casa, sem a qual não há salas, nem móveis, nem nada.

O Presidente — ele e outros — estão dispostos a perder a Pátria para salvarem a democracia. Em vez de escorarem a casa, arrumam as salas.

Como é que os havemos de arrumar a eles, Paulo?

Criança sofre ...

O grande equívoco

É o general António Ramalho Eanes o presidente actual dos portugueses, uma figura polémica. Não tanto pela acção política directa que possamos registar, mas, acima de tudo, pelos silêncios de que se envolve e pela ambiguidade de que os seus adversários o acusam, quando intervêm na vida constitucional do País.

E pela situação conhecida ressalta uma realidade que, se não inédita, é, pelo menos, original em democracias onde os presidentes são sufragados universalmente: eleito, um dia, por três partidos políticos reunindo 60 por cento do eleitorado, o mesmo chefe do Estado reúne, tão só, em vésperas de concluir o mandato, o apoio hesitante de um só deles representando pouco mais de 27 por cento dos mesmos eleitores.

Talvez fosse significativa a análise deste singular descabro. Mas aqui preferimos ceder a palavra à História. Porque, ainda que nos julguemos possuidores dos necessários elementos que nos proporcionassem fazê-la, só aquela poderá ajuizar dos acontecimentos do presente com o rigor e o equilíbrio que o tempo lhes empresta.

zou-se no equívoco, na ambiguidade. Enquanto isso a «política» — os políticos — acautelaram-se de novos equívocos. E impuseram novas soluções. A vida político-partidária avançou a uma velocidade inimaginável em 1976. E criou novas alternativas, que não permitem, julgamos, ao cidadão Ramalho Eanes, reunir o conjunto de elementos políticos que lhe permitam apresentar-se ao eleitorado português de 1980 como o fez (em circunstâncias históricas ímpares) em 1976.

Uma pergunta ousamos, porém: julgaram os partidos, que apoiaram Eanes em 1976, poder fazê-lo com vista a um «programa comum» de Governo? De certo que não. Porque nem o regime é presidencialista nem se procurava, então, qualquer arremedo de um imaginário «compromisso histórico» entre a esquerda socialista e o maioritário centro-direita que o apoiou. Nem, de resto, o desconhecido major Eanes de 24 de Novembro suscitaria o mítico apoio desses partidos para um exercício «dinâmico» do cargo, no sentido da evolução do Regime.

Ou, talvez alguns deles (PSD e CDS) tivessem ousado imaginá-lo. Engaram-se, porém. Porque Eanes não é, não podia sê-lo, De Gaulle. E não o é por 1) ser animicamente incapaz de «golpes» de Poder; 2) porque identificou a sua ética política com a fidelidade estática (e «socrática») à Constituição; 3) porque é possuidor da profunda convicção de ser depositário do último equilíbrio possível entre os dois projectos políticos que se confrontam em Portugal, tanto no campo civil como no sector militar.

Numa palavra, Eanes cristali-

E, assim, a História assinalará, um dia, que o conceito de serviço e oportunidade do candidato «réusside 1976 determinaram que o mesmo soubesse retirar-se em tempo oportuno da corrida para um segundo mandato. Porque se assim não suceder a História, que no Portugal contemporâneo se processa à semelhança do contra-relógio, não se compadecerá, porventura, com tamanho erro de análise.

AMARAL PAIS



Só a história

Para se ser juiz de alguém, é necessário conhecermos o mais pormenorizadamente possível quais as acusações feitas ao réu, neste caso o Presidente da República.

Contudo, penso que a actuação do Presidente da República tem sido marcada fundamentalmente pela hesitação.

Além deste ponto, um outro me levanta sérias dúvidas: qual o motivo, ou motivos, porque os partidos que apoiaram a candidatura de António Ramalho Eanes à Presidência da República são os mesmos partidos que agora lhe movem maior oposi-

ção, com excepção do apoio discreto de algumas personalidades do Partido Socialista.

É um facto que tenho procurado esclarecer, mas as explicações que me foram proporcionadas, nunca as considerei suficientemente convincentes. Talvez porque a polícia tem uma lógica interna que me escapa.

Creio ainda, que só as gerações vindouras poderão julgar, sem paixões exacerbadas, as atitudes que Ramalho Eanes tem tomado.

JORGE LOPES

Quem não cumpriu?

O general António Ramalho Eanes é, hoje, aquilo que, ontem, o PSD, PS e CDS quiseram que ele fosse: Presidente da República.

Eles o apoiaram, eles o votaram, eles o elegeram, eles o reclamaram. Eles. Apenas.

Se, ao longo de seu mandato, o cidadão que os referidos partidos fizeram Presidente lhes tem merecido — como tal — as mais variadas e duras críticas, a eles, partidos, se deve.

Que opinião terá, hoje, o povo, dos partidos que lhe affiançaram, porque, com certeza, o conheciam (ou, por outra, tinham obrigação de o conhe-

cer), que «Os outros prometem, Eanes cumpre?»

Não cumpriu Eanes ou os partidos é que não cumpriram?

Seja como for, Ramalho Eanes continua a ser o Presidente de todos os portugueses.

Que diríamos, hoje, de Ramalho Eanes, se tivesse zigzagueado tanto quanto os partidos que o elegeram?!...

Medindo bem os prós e os contras, se dependesse do meu voto a continuação do seu mandato, não lhe barraria o caminho.

CARLOS PIRES

Surpresas de um mandato

A desilusão do meu voto coincidiu com a abertura do «I Congresso das Actividades Económicas», em que Ramalho Eanes, apesar de convidado, não compareceu à sessão inaugural. Poderia argumentar-se com a imparcialidade que esta ausência poderia querer manifestar. Só que, depois, tão apregoadas intenções e vocações comunitárias não se poderão de forma alguma acelarar, sabendo-se que a nossa integração na Comunidade Europeia assenta sobretudo na capacidade (ou não) de realização dos nossos empresários, que pela primeira vez, depois do corporativismo, se encontravam reunidos. Não se pode só apregoar o apoio à iniciativa privada. É preciso

Síntese possível

Não sendo permitido que se diga tudo o que é dever e deveria ser direito que se dissesse; e não valendo a pena que se diga só o que é permitido dizer-se — resta que de tal dialéctica se faça a síntese possível, para que minimamente se honre a oportunidade de falar, na circunstância, de «julgar» o actual Presidente da República:

— Acuso-o, formalmente, de de-

que os actos correspondam às meras palavras de intenção.

Seguir-se-ia a morosidade, decorrente de sucessivos adiamentos, com que decidi dissolver a Assembleia da República. Depois de tanto insistir na necessidade de maiorias políticas estáveis, Ramalho Eanes encarou com a maior passividade — por vezes com aparência aprovadora — a cisão no PSD, que distorceu a representatividade dos portugueses no Parlamento.

São, enfim, estas razões que me levam a criticar o actual Presidente, que não respeitou as opiniões dos seus eleitores, como os resultados das eleições do passado mês de Dezembro vieram demonstrar.

PEDRO FERREIRA

fender, cumprindo e fazendo cumprir, a Constituição em vigor, segundo a qual «a República Portuguesa é um Estado democrático (...) que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo».

Seis milhões, no entanto, serão os jurados que sancionarão o veredicto real, ainda no ano da graça que corre.

JOÃO ROSA

Um imaginário V partido

A actuação que o sr. Presidente da República tem desenvolvido leva-me a apoiar a opinião enunciada pelo dr. António Marques Bessa numa das suas últimas análises políticas.

Com efeito, parece-me que o actual Presidente da República tem sido muito mais o porta-voz de um imaginário 5.º Partido (o único que legalmente possui armas), integrado por um bem determinado número de militares que pretendem fazer deste país o seu laboratório para experiências preparadas no estrangeiro, do que o Presidente de todos os portugueses, apostado, como deveria ser e como o próprio prometeu, no progresso e bem-estar do Povo Português.

O sr. Presidente tem sido mal aconselhado e será aí que reside a razão do meu descontentamento sobre a sua actuação. O sr. Presidente não cumpriu o que prometeu e, em vez de se assumir como autoridade conciliadora, preferiu interferir directamente na vida política, o que originou e continua a originar graves períodos de desestabilização. A quem servem tal tipo de atitudes? Quais os objectivos do discurso proferido pelo sr. Presidente da República aquando a tomada de posse do VI Governo?

Neste momento, sinto-me profundamente desiludido com o sr. general Ramalho Eanes.

VITOR PEREIRA

Interditos



JOÃO ROSA

O texto aqui publicado há duas semanas (de ricochete à ameaça de «cavalo-marinho») mereceu dois tipos de reacções: aplausos de alguns civis, conhecidos e desconhecidos, por cartas e telefonemas; e a reprovação de todos os militares que (ainda) tenho por amigos. Nada de admirável na circunstância: se há bipolarizações compreensíveis, esta será uma delas, de facto. Mas impõe-se-me, a propósito, um esclarecimento (e só por isso me é permitido voltar ao tema), que é jura e aviso: não tenho por convivente ou amigo nem um único militar — nem um único, repito — que tenha aplaudido aquela crónica de há duas semanas (e muito menos que me tenha inspirado). E isto é bom que se saiba, para que não continue a circular (que aqui escrevi o que escrevi por ser isso que dos seus camaradas pensa e goste que se diga o sr. coronel A ou o sr. brigadeiro B. Quem quiser continuar a (tentar) denegrir a imagem interna deste ou daquele dos seus pares de ofício, com (natural) receio de que ele futuramente possa chegar a posição incómoda para o (seu, vosso) «statu quo», que não desça ao baixo nível de o fazer a custa de quem, como eu, nunca leva a amizade pessoal ou a solidariedade política ao ponto de prescindir das suas ideias e atitudes próprias, independentes e responsabilizadoras só de si mesmo.

Entretanto, o que importa é manter clarificada a imagem deste jornal e daqueles que responsabilmente o fazem, incluindo, desde a primeira hora, o autor desta tão pouco importante coluna livre. E vem isto a propósito, agora, da satisfação que é devida a todos aqueles que (previdentemente) se sentiram injustamente atingidos pelos termos que no referido texto qualificaram, em termos genéricos, as Forças Armadas Portuguesas. Com efeito, parece (parecia-me) fácil de entender que ninguém de bom senso haveria que julgasse individualmente atribuível a cada elemento de uma vasta classe profissional os juízos genéricos feitos do seu conjunto. Nem nunca se disse, por outro lado, que essa subjectiva imagem de tal conjunto seja individualmente atribuível à maioria dos seus componentes. Aliás: não se disse, nem diz, nem deixará de dizer-se — ninguém mais, senão os próprios, tem que saber se estes ou aqueles de entre si são a maioria ou a minoria (espera-se, sim, que os próprios o saibam e, mais ainda, que o digam).

Por mim, limito-me a, logicamente, reconhecer aquilo que a mediania das pessoas de boa fé já há duas semanas decerto sabia eu reconhecia: que nem todos os sustentaram antes do regime salazarista -marcelista que depois condenaram; que nem todos fizeram antes a guerra colonial que depois como tal apelidaram (ou deixaram apelar sem protesto); que nem todos se inibiram então de preconizar a sua evolução política, já que militarmente a iam perdendo (e eles é que nos vieram depois dizer que a iam perdendo ou deixaram que isso se dissesse sem protesto); que nem todos prometeram nem calaram a vergonhosa e desonrada descolonização que se fez; que nem todos fizeram o «25 de Abril» com o fito ou o proveito de «tachos» no aparelho administrativo e financeiro do Estado ou na própria hierarquia militar, tal como já nem todos tinham feito a guerra com idêntico espírito de caça às promoções e aos ganhos monetários (alguns deles é que já disseram que outros fizeram ambas as coisas); que nem todos, enfim, sustentam este regime nem qualquer outro, seja o anterior ou diverso (e dão-me fé disso aqueles que nunca sustentaram nenhum, a não ser, vá lá, por negligência em derrubá-lo).

Seria escusado o esclarecimento, mas, se a alguém honra que seja feito, aqui fica assinado.

JUÍZO SOBRE UM MANDATO

As posições de quem tem assegurado esta coluna há cerca de três anos em relação ao actual Presidente da República encontram-se há muito definidas em termos claros e públicos. O juízo sobre essa intervenção política presidencial acha-se documentado, de forma inequívoca, em vários artigos publicados nos últimos anos, especialmente no «Tempo». Quase sempre discordámos frontalmente da generalidade das suas decisões, por considerarmos que essa actuação é também responsável pelo agravamento da crise nacional e pelo arrastamento dos problemas que os portugueses têm enfrentado. Isso não nos impediu, porém, que reconhecessemos ter o general Ramalho Eanes cumprido exemplarmente uma ou outra missão, como foi o caso, que tivemos oportunidade de acompanhar, da sua visita oficial à Grã-Bretanha, onde representou Portugal com dignidade.

A ocasião leva-nos a lambrar que, independentemente de aceitarmos a tese da maioria de quem em 1976 a escolha do general Ramalho Eanes era a melhor solução para se procurar sair da crise, não fomos um incondicional dessa eleição, nem ela contou com o nosso voto. Por dois motivos muito significativos para nós: primeiro, por não conhecermos ao actual Chefe do Estado nem uma carreira política, nem uma carreira militar, além de o vermos apresentar-se, poucas semanas depois do 25 de Novembro, como uma «reserva»; depois (e este aspecto coloca-se à frente de tudo), por, sendo monárquicos, naturalmente nos opormos à instituição Presidência da República, embora como cidadão a tenhamos de respeitar como chefatura do Estado. Esclareçamos, contudo, que este ano estamos decididos a quebrar tal princípio na eventualidade do general Eanes se recandidatar, para votarmos contra si.

É preciso que fique bem claro que nenhuma das nossas atitudes, exercidas de acordo com o direito que nos assiste de criticar os homens públicos (e não há intocáveis em liberdade e democracia), se podem encarar — nem o permitimos — como possíveis insultos ou ofensas ao cidadão que neste momento é o primeiro magistrado ou com o propósito de descrédito da instituição que representa, como normalmente se pretende classificar toda a crítica e discordância. De facto, não é o indivíduo que está em questão, mas o que diz e o que faz. É isso que é indiscutivelmente passível de juízo, num país democrático e em que se faz ponto de honra da defesa das liberdades. E como o general Ramalho Eanes é um democrata, cremos que neste ponto contamos com a sua concordância.

CONTRA O SENTIDO DO VOTO

Vem isto a propósito de termos sido visados no ofício, a que noutro lugar desta edição se faz referência, dirigido pela Presidência da República ao «Tempo», a pretexto da passagem de um artigo em que cerca de metade era precisamente dedicada à política presidencial, nela exprimindo mais uma vez a nossa divergência relativamente à prática do actual Presidente. A resposta de Belém tem de ser comentada, o que fazemos agora genericamente apenas, devido à delicadeza e profundidade dos assuntos e, até, por não dispormos de serviços de apoio semelhantes ao do general Eanes e pela própria dificuldade em recolher elementos tantas vezes sonegados. Queramos, todavia, assinalar desde já que mantemos quanto temos escrito, como desejamos fazer um esclarecimento imediato: a questão que se põe — e que temos posto — diz respeito à estratégia e à mudança. A estratégia de que o Presidente tem sido intérprete e a mudança há muito exigida e expressa agora nas urnas.

O problema, portanto, não é do foro pessoal, mas contra aquilo que o Presidente da República tem representado. Concretamente, o general Ramalho Eanes não assumiu o mandato dos que o elegeram e muitas vezes preferiu colocar-se do lado de quantos votaram contra si em vez de corresponder à maioria do seu eleitorado. Não afirmou, ao longo do seu mandato, como se impunha, uma linha coerente e correcta, identificada com o sentido do voto que o levou a Belém. Invocando a representação de todos os portugueses, em diversas ocasiões só serviu alguns e assumiu atitudes ou apoiou iniciativas que apenas beneficiavam uma faixa dos cidadãos por sinal aqueles que o combateram abertamente. A sua política de ambiguidade não só desorientou a opinião pública responsável, como provocou lutas políticas que se deveriam ter evitado. Mal aconselhado, porque não estaria mal informado, abriu muitas feridas e causou alguns destroços, até na própria alma nacional.

Só muito recentemente, por sinal quando surge por vontade afirmada nas urnas uma maioria, o actual Presidente abriu o que se julga ser o seu «jogo», o qual contradiz de facto o sentido do voto que o colocou na primeira magistratura do Estado. Nos quase quatro anos que leva de mandato, foram muitas as contradições, não obstante procurar alternadamente satisfazer a «esquerda» e a «direita» com «compensações» que acabaram sempre por só beneficiar verdadeiramente uma das partes. Muitos exemplos se poderiam citar que ilustram os fundamentos da discordância. De memória, citam-se a audiência a Arafat, a assinatura de um documento do chamado Conselho Mundial da Paz, a participação ou representação em reuniões de cariz político e a ausência de outras de sinal contrário, o patrocínio ou encorajamento de associação oficial a iniciativas que chocam com a própria consciência nacional.

AS DECLARAÇÕES PROTOCOLARES

A casa civil da Presidência procura responder directamente a uma passagem de um artigo, sem de resto a reproduzir integralmente, o que não deixamos de lamentar, por entendermos que pode o sentido ficar alterado (por exemplo, quando referimos que a integração na CEE é a «única alternativa para o País»). Para tanto, fazem-se citações dos generais Haig e Rogers relativamente à inserção de Portugal no esquema da NATO, o que pode ser muito e não ser nada. Não se lembra, por exemplo, que o nosso País, quase quatro anos depois do general Eanes ser o responsável pelo regime, continua a não ter acesso ao Clube Atómico, o que poderia estar agora a ser revisto exclusivamente em face da vitória da coligação do centro. E Belém pode afirmar em termos públicos que Portugal tem tido, enquanto o general Eanes é Presidente, acesso análogo aos escalões de informação da NATO? E a Aliança cumpriu todas as promessas, incluindo o fornecimento de material?

A prática política de uma organização como a NATO não pode ser aferida unicamente em função de declarações protocolares, que têm forçosamente de praticar os seus responsáveis. As rupturas não se fazem sem se procurar ganhar tempo e enquanto não está tudo perdido. Muitas vezes o desagrado exprime-se no não apoio total, embora existindo manifestações de compreensão e confiança. Isto pode, nalguma medida, ser também adequado no tocante à nossa integração nos esquemas da CEE, já que todos sabem não estarmos em condições de igualdade, em termos políticos, com o espírito e os princípios do Tratado de Roma. Em muitos domínios se afirma essa contradição e só uma explicação se encontra para certas justificações: o querer-se «impor» aos outros uma ideologia consignada constitucionalmente, em vez de nos adaptarmos ao direito comunitário, com o qual colidem efectivamente direitos aqui instituídos com algumas reservas brutais.

Fundação Cuidar o Futuro

Outra carta de Belém

Tal como já acontecera na semana passada, recebemos, ontem, à tarde, mais uma carta da Presidência da República, em que se pretende corrigir ou desmentir informações do «Tempo», agora já da última edição. Por razões de ordem técnica, só no próximo número lhe daremos a divulgação e resposta devidas.

«Tempo» congratulou-se com o desejo visível da Presidência da República em esclarecer a opinião pública portuguesa.



Pela primeira vez desde que o «Tempo» existe a Presidência da República dirigiu-se ao nosso jornal contestando afirmações de notícias ou comentários aqui publicados. Não podemos deixar de sublinhar, com um elogio, esta atitude, que revela uma nova forma de relações da Presidência da República com a imprensa. Assinada em nome do chefe da casa civil do general Ramalho Eanes, pelo dr. Macedo de Almeida, a carta versa essencialmente quatro pontos, a saber:

- 1) O general Ramalho Eanes contesta ser o porta-voz de «um sector do Exército que funciona como um partido»
- 2) O general Ramalho Eanes reafirma a sua inteira fidelidade à NATO
- 3) O general Ramalho Eanes reafirma a convicção de que a situação económica portuguesa se encontra em expansão ou está numa posição favorável.
- 4) O general Ramalho Eanes descompromete-se quanto à nomeação de Embaixadores.

Há, ainda, outras questões que consideramos de menor monta e que têm, noutra parte do nosso jornal, a devida resposta. Desejamos, entretanto, assinalar o seguinte:

- a) Consideramos ofensivo da parte da Presidência da República classificar de insensatas, erradas ou simplesmente falsas as nossas informações quando deveriam ter sido tão somente classificadas de controversas.
- b) É um facto incontroverso que o Conselho da Revolução é um órgão político. Se não houvesse outras provas bastariam as declarações constantes de sr. major Vasco Lourenço, que se tornou o defensor do socialismo no interior do mesmo Conselho da Revolução. As suas últimas declarações são ostensivas e caracterizam ambições políticas definidas. Sendo o sr. general Ramalho Eanes o presidente do mesmo conselho, não vemos como possa afastar-se da imagem de estar ligado a um órgão que tem características de partido político ou, pelo menos, de corrente política. O sr. major Vasco Lourenço tem comprometido — mais do que o próprio sr. tenente-coronel Melo Antunes que foi, sempre, muito mais parco em afirmações de índole política — o sr. general Ramalho Eanes e todos os restantes membros políticos do Conselho da Revolução. Não serão militares-políticos os srs. Franco Charais, Martins Guerreiro e Vitor Crespo, presentes em organizações partidárias e autores de declarações políticas? Não terá o sr. general

Ramalho Eanes consciência de que as afirmações políticas destes militares têm constituído factor de desagregação e de controvérsia no sector militar?

- c) O chefe da casa civil da Presidência da República, na sua carta, reafirma a convicção de que Portugal está numa situação económica favorável. Bastará lembrar que Portugal é um país onde a taxa de desemprego é das mais altas dos países da OCDE; que o escudo português enfrenta uma desvalorização dramática; que o corte das importações privou os portugueses de muitos bens de consumo que fazem a felicidade de todos os povos desenvolvidos; basta lembrar que, para ter automóvel, os portugueses precisam hoje de se encontrar na classe mais favorecida da população; que, para viajar ao estrangeiro, os portugueses precisam de ser possuidores de bens de fortuna; que os portugueses não têm habitação; nem hospitais capazes; nem assistência social eficiente; e que pagam os impostos mais elevados do Mundo.
- d) A carta da Presidência da República vem acompanhada dos últimos relatórios do Banco de Portugal; ignora-se, afinal, que o Banco de Portugal não analisa a situação económico-social mas tão somente a financeira: e sabe-se porque motivo as reservas do Banco de Portugal aumentam: porque o escudo está desvalorizado; se não fora esse fenómeno, indicativo da maior degradação económica a que pode chegar um país (a moeda desvalorizada é índice de indigência) nem os emigrantes enviariam tantas remessas nem os turistas frequentariam Portugal. A carta da Presidência da República reflecte, infelizmente, a mentalidade do dr. Oliveira Salazar: o povo pode viver mal, que o importante é ter uma situação financeira sólida. Lembremo-nos daquele chefe de família que vestia mal os filhos, os educava pior, não os alimentava, mas possuía no banco uma conta de milhares de contos.
- e) O problema dos embaixadores é muito claro: que adianta o Governo ter a possibilidade de nomear os embaixadores se o Presidente da República tem o direito de veto? Quem nomeia, afinal, os embaixadores? Não há, pois, qualquer confusão da nossa parte. O jornalismo crítico não se faz de subterfúgios. Se o Presidente da República em Portugal pode bloquear a nomeação de um embaixador, é evidente que é ele o responsável político pela nomeação. Conhecem-se casos recentes, aliás, em que houve embaixadores não nomeados por oposição objectiva do Presidente da República.
- f) Quanto à NATO, também o nosso comentário está correcto. Apesar

num País democrático.

Entende por isso necessário rectificar os seguintes textos constantes do último número desse semanário: — No artigo «Que quer Eanes», do Senhor António Marques Bessa, para além do uso de expressões cuja conveniência e licitude deverá ser apreciada noutra sede, fazem-se afirmações que o autor é convidado a fundamentar, sob pena de ser tido por irresponsável. O Presidente da República é acusado de ser porta-voz «de um sector do Exército que funciona como um Partido: o quinto e decisivo, já que é o único que tem armas», cujos «líderes locais se substituem segundo os interesses partidários» e que seria «um partido sem fidelidades no campo ideológico»: «nos tempos em que predomina a esquerda, os militares apoiam a direita possível. Nos tempos em que a direita conservadora chega ao poder, os militares viram-se para a esquerda possível».

Estas afirmações do Senhor António Marques Bessa, independentemente de constituírem ataque ilícito a instituições democráticas, exigem a retratação necessária à reparação da ofensa feita à instituição militar, por porem em causa a coesão e disciplina das Forças Armadas e o cumprimento, pelos

das afirmações de apreço por Portugal, da parte do general Hany e de outros altos comandos daquela organização, que a carta transcreve, quem pode desmentir que Portugal esteve afastado dos segredos nucleares da Organização até à recente vitória da Aliança Democrática nas eleições gerais legislativas? Ignora a Presidência da República que a NATO não pode ter confiança em Forças Armadas de que fazem parte oficiais anti-NATO como Melo Antunes, Martins Guerreiro, Vasco Lourenço e Vitor Crespo? Ignoram-se as declarações contra a Organização feitas ou sugeridas por estes militares?

- g) O caso dos Açores parece-nos de somenos importância. É evidente que o pessoal da Base das Lages logo acorreu a prestar auxílio às populações. Mas é evidente também que logo que foi possível, os norte-americanos perguntaram ao Governo português se o seu auxílio era bem recebido. Trata-se de uma praxe diplomática normal e que não justifica o abespinhamento expresso na carta que nos foi enviada.

De tudo quanto se contém na carta, o que mais nos impressiona é a insistência de que estamos em situação financeira favorável. Portugal está mergulhado numa crise económica profunda. Basta verificar a ausência total de investimento que se nota pelo País fora.

Não se pode ignorar que nos temos limitado a cumprir o estabelecido pelo Fundo Monetário Internacional e que se cifra em três grandes linhas: desvalorização brutal do escudo; corte das importações; aumento das exportações. Mas qual o preço que os portugueses, em qualidade de vida, têm pago por tudo isto?

Justificar-se-á assim, o optimismo extraído dos relatórios financeiros do Banco de Portugal, aliás redigidos por uma direcção socialista daquele banco e que tem interesse em apresentar — tal como o sr. Presidente da República — uma situação cor-de-rosa? Porque não pede, antes, o sr. Presidente da República, para ler ao serão, os relatórios dos Índices Industriais do País?

A seguir publicamos, na íntegra, a carta que foi enviada ao nosso jornal pelo chefe da Casa Civil do sr. general Ramalho Eanes.

Apesar da réplica expressa nesta edição, às afirmações ali feitas, congratulamo-nos com este diálogo agora estabelecido. Pensamos que um diálogo mais intenso, entre a Presidência da República e a Imprensa, poderá ser muito útil ao esclarecimento dos portugueses e à definição da sua vontade política.

A carta da Presidência da República é do seguinte teor:

militares, dos seus deveres ético-institucionais.

— O artigo da Senhora Dinah Alhendra, para além de outras especulações abusivas, contém a seguinte afirmação a propósito do discurso do Presidente da República no acto de posse do VI Governo:

«É patente que as análises feitas pelo Presidente não correspondem à realidade».

Como se admite que o comentário não resulte de má fé mas apenas de ignorância dos dados disponíveis, juntam-se fotocópias de algumas informações do Banco de Portugal já distribuídas à imprensa que fundamentam a maioria das afirmações proferidas e podem por isso evitar a repetição de juízos susceptíveis de iludir a opinião pública.

— Entre outras inexactidões, o artigo «Uma decisão de Pintasilgo na origem de greve dos directores-gerais do MNE», veicula uma confusão sobre os poderes de nomeação e de promulgação do Presidente da República, no seguinte passo: «Embora a nomeação dos embaixadores dependa, em última instância, do Presidente da República, uma vez que a um embaixador



«A Presidência da República tem observado o interesse e a preferência com que o «Tempo» se ocupa de assuntos relacionados ou que relaciona com o Presidente da República.

Não pode, no entanto, continuar a deixar passar sem esclarecimento as referências inexactas, erradas ou simplesmente falsas, tendo em conta o direito do povo português à informação verdadeira e o papel da imprensa

compete representar o Estado e o respectivo chefe e não apenas os interesses de cada governo partidário ou independente, é forçoso, também, que o Conselho de Ministros aprove a proposta de nomeação e que o respectivo Primeiro-Ministro a assinasse, conjuntamente com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, antes de ser promulgada pelo Presidente da República».

A circunstância de a promoção de qualquer funcionário diplomático dever fazer-se por decreto do Governo e de qualquer decreto do Governo ter de ser sujeito a assinatura do Presidente da República, conforme o art.º 137.º da Constituição, nada tem que ver com a competência específica do Presidente da República nas relações internacionais, regulada pelo artigo 138.º da lei fundamental, nos termos do qual «compete ao Presidente da República (...) nomear os embaixadores e os enviados extraordinários, sob proposta do governo, e acreditar os representantes diplomáticos estrangeiros». Neste último caso, trata-se de decretos do Presidente da República.

— Certos juízos constantes do artigo do Senhor Alves Fernandes são igualmente passíveis de beneficiar das informações do Banco de Portugal que se transmitem.

Exige, porém, apreciação noutra foro a afirmação de que iniciativas do Presidente da República «nos tem feito ... enleiar em projectos que não se identificavam verdadeiramente com os interesses de Portugal e dos portugueses, além de contradizerem os princípios de uma inserção no esquema da N.A.T.O. e da desejada integração europeia». Trata-se de um juízo absolutamente infundado, uma vez que a política externa portuguesa, desde a institucionalização do regime democrático, tem sido sempre considerada pela N.A.T.O. como conforme aos princípios da nossa inserção nessa organização e tem contribuído para facilitar e reforçar os propósitos de integração de Portugal na C.E.E.. Para efeito de esclarecimento imediato consideram-se suficientes as seguintes citações:

PORTUGAL E A N.A.T.O. — Declarações do general Alexander Haig,

Comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa, por ocasião da sua estada em Lisboa, onde se deslocou para apresentar cumprimentos de despedida ao Presidente da República e a outras autoridades (4.4.79 — «Diário de Notícias» de 5.4.79): «... sublinhou, nomeadamente, a grande sensibilidade que sempre encontrara nas Forças Armadas Portuguesas para os problemas da Aliança, expressando a sua satisfação por verificar que, ao longo destes últimos quatro anos, Portugal manteve os compromissos assumidos com a N.A.T.O. (...) Manifestou, também, o seu contentamento por ver o nosso País integrado na família da Europa democrática (...). Sublinhando o espírito de colaboração que sempre encontrara por parte das autoridades portuguesas e relembrando a amizade que mantém com o Presidente Eanes, o general Haig aludiu, ainda, ao papel da NATO como força dissuasora (...). Outras declarações do general Haig, na mesma ocasião, segundo «Jornal da Madeira» e mais jornais de 5.4.79: «... tem sido muito útil para a N.A.T.O. a presença portuguesa na organização»; «o regresso de Portugal ao regime democrático foi bem visto pelos seus Aliados, assim como a modernização que se tem vindo a efectuar nas Forças Armadas».

Declarações do general Bernard Rogers, Comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa, após os seus encontros com o Presidente da República, por ocasião da visita a Lisboa, em 2.10.79 («Diário de Notícias» de 3.10.79): «Fiquei sensibilizado com a dedicação de Portugal à N.A.T.O. e com a sua disposição de assumir as responsabilidades que isso comporta, beneficiando, todavia, dos benefícios inerentes».

PORTUGAL E A CEE — Declarações do Senhor Emilio Colombo, Presidente do Parlamento Europeu, por ocasião da visita do Presidente da República àquele Parlamento, em 13.11.78 («Participar na Construção de uma Europa Democrática» — Edição do Ministério da Comunicação Social — Lisboa — Março de 1979): «Pude aperceber-me dos esforços que V.Exa e as instituições democráticas do seu País desenvolvem a favor da adesão de Portugal à Comunidade europeia, adesão V.Exa considera, como o declarou

recentemente, «inevitável e indispensável».

«O Parlamento Europeu congratulou-se vivamente com o facto de o Governo do seu País, em 28 de Março de 1977, ter tomado a iniciativa de apresentar o pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Devo sublinhar que no parecer que deu sobre o assunto, a Comissão das Comunidades Europeias considera «que uma resposta positiva e sem ambiguidade deve ser dada rapidamente ao pedido de Portugal de encetar, nos melhores prazos, as negociações com vista à adesão», e que esta posição teve a aprovação da grande maioria dos membros do Parlamento Europeu. Também nós acolhemos, com viva satisfação, o começo das negociações (...).»

«Sabemos, Senhor Presidente, a importância que Portugal atribui às relações privilegiadas com os Países não europeus em que se fala português, a relações fundadas na História, na identidade cultural e linguística. A adesão do seu país à Comunidade terá, certamente, uma influência benéfica no desenvolvimento das relações desejadas por estes países e pela Europa».

— Na notícia «Resposta pronta aos prejuízos do sismo», escreve-se o seguinte: «A Força Aérea americana também tem colaborado activamente no auxílio prestado após o sismo do 1.º de Janeiro. Esta colaboração apenas se concretizou, porém, depois do Presidente da República ter dado luz verde, confirmando que seria bem recebida». Tal informação é incorrecta. O auxílio da Força Aérea americana às populações das áreas dos Açores atingidas pelo sismo foi imediato, como aliás seria de esperar, correspondendo à reacção normal da instituição militar perante uma catástrofe. Posteriormente, aliás, o Presidente da República recebeu o Embaixador dos Estados Unidos da América em Lisboa, para lhe agradecer, além do mais, a prontidão da colaboração americana na assistência às populações afectadas pelo sismo.

Com os melhores cumprimentos

Pelo Chefe da Casa Civil Macedo de Almeida

Fundação Cuidar o Futuro



Uma questão de dialogar

Se alguma vez me tivesse deparado com a possibilidade de um diálogo com o Presidente da República, General Ramalho Eanes, ter-lhe-ia colocado várias questões. Nomeadamente: se é a favor da remodelação da Constituição? O que pensa da situação da denominada zona da reforma agrária? Qual a melhor via que preconiza para que, finalmente, este País tenha direito à saúde? Qual a melhor política a seguir para a educação, tão carenciada de meios técnicos e humanos e dependente duma legislação raras vezes a mais adequada? Qual é, em seu entender, a melhor forma de reestruturar a comunicação social? Qual a atitude a seguir face aos impostos que temos? Será a mais conveniente a justiça de

que dispomos? Qual a política a adoptar para a terceira idade, já que em final dum Ano Internacional da Criança (em que pouco ou nada se fez) não seja muito «oportuno» falar dos problemas da infância?

Para estes e muitos outros temas gostaria de ter uma resposta directa do Presidente da República. Como, até agora, desconheço a sua expressão, é difícil emitir a minha opinião pessoal, que se pretendia directa, sobre o General Eanes. Tudo aquilo que se tem dito e escrito sobre o Presidente da República não corresponde aos dados que entendo indispensáveis para traçar o perfil desta figura.

MANUELA TEREZA

Monarquia já!

Alguém, por acaso um colaborador — hoje — muito próximo do general Ramalho Eanes, referiu, antes das últimas eleições presidenciais, apreciando o perfil do candidato proposto, primeiro pelo PSD e depois pelo PS e CDS, que o actual PR se parecia demasiado com Salazar, pois partilhava das ideias do antigo ditador sobre «honestidade».

E, realmente, o apego ao Poder, a ansia de controlar a vida portuguesa (passado que foi um período, inicial, de apagamento), ninguém sabe por que razões nem com que objectivos, têm sido apanágio daquele ex-major do Exército (major, ainda, por ocasião do «11 de Março).

Dito «democrata» por uns, cujo

conceito de democracia todos conhecemos, não hostilizado por outros (de facto, democratas) e apontado também, por certos sectores, como instrumento do imperialismo russo, nós achamo-lo — e só damos esta opinião por sabermos que, hoje, no nosso País, existe o direito à livre expressão do pensamento — «provinciano», no sentido cultural do termo, com uma visão do Mundo limitada às perspectivas que fornecem um marxismo primaríssimo, comum a muitos militares, ou um positivismo de pacotilha.

Não nos serve, pois. Aliás, preferimos a Monarquia, onde não há lugar para os «Eanes»...

VÍTOR SERRA

O País das maravilhas

Peço emprestada ao actual secretário de Estado da Cultura — que, durante longo tempo, descreveu sob este título, na sua crónica do «Expresso», a inconsistência, incongruência e incompetência dos partidos políticos que temos — esta singela síntese do que é o nosso Portugal, para exprimir o meu não menos singelo pensamento sobre o Presidente da República, general Ramalho Eanes.

É que só mesmo no «País das Maravilhas» um Presidente eleito com o apoio de determinadas forças políticas poderia tornar-se, menos de quatro anos decorridos, na grande

«esperança» dos sectores que se opõem a essas forças; e permanente fonte de inquietação e desconfiança para a maioria dos que o elegeram.

Também me parece que os partidos deveriam, de futuro, ser mais cautos na selecção dos candidatos presidenciais a quem prestam o seu apoio, uma vez que cada cidadão não pode investigar, a título individual, a verdadeira natureza de cada um; nem votar em si próprio ou pessoa de sua intimidade que lhe mereça suficiente confiança.

MARGARIDA VIEGAS

Os documentos que o chefe da Casa Civil do Presidente da República nos enviou em fotocópia e em que pelos vistos, o sr. general Ramalho Eanes se baseou para redigir o seu discurso de posse do VI Governo, são já conhecidos. Incidem, como se sabe, em dois vectores: desvalorizando o escudo, Portugal tornou-se um país favorável ao turismo, às remessas dos emigrantes e ao aumento das exportações. Ora nenhum destes factores significa crescimento económico, como se sabe. O crescimento industrial é praticamente nulo em Portugal, o que se reflecte no aumento brutal da taxa de desemprego, um dos flagelos dos portugueses nesta altura da sua história.

São assim destituídos de fundamento os optimismos expressos pelo Presidente da República no seu discurso e em que se insiste na carta que nos foi enviada.

É certo que já não há receio da ruptura cambial. Mas que sacrificios suportaram até agora os portugueses para que tal acontecesse?

Dever-se-á afirmar que há em Portugal uma situação económica favorável, quando o investimento não se processa e quando o escudo continua a desvalorizar mensalmente?

Apesar destes comentários, transcrevemos na íntegra o documento principal que, em fotocópia, chegou à nossa Redacção, a acompanhar a carta enviada pela Presidência da República:

EVOLUÇÃO RECENTE DA BALANÇA DE PAGAMENTOS, RESERVAS CAMBIAIS E DÍVIDA EXTERNA

1. Na sequência da política de informação do Banco de Portugal e com vista à divulgação e esclarecimento do significado dos mais recentes elementos estatísticos relacionados com as suas áreas específicas de actuação, tomam-se agora públicos os últimos dados disponíveis respeitantes à evolução da balança de pagamentos, bem como à situação das reservas cambiais e do nível de endividamento externo do País.

2. Evolução recente da balança de pagamentos

Os resultados verificados na balança de pagamentos no primeiro semestre deste ano confirmam e acentuam a significativa redução do défice externo registado o ano passado. Pode dizer-se que, em resultado das políticas de estabilização empreendidas, em particular nos domínios monetário e cambial, o desequilíbrio externo foi substancialmente reduzido, atenuando a sua influência sobre a conjuntura económica.

O Quadro 1 mostra os resultados das principais componentes da balança de pagamentos no 1.º semestre de 1979, em confronto com os de igual período do ano passado. Como se assinalou em comunicados anteriores, a apresentação dos valores em dólares, em paralelo com os montantes em escudos, proporciona uma visão mais realista da evolução quantitativa dos vários fluxos económicos, face à depreciação externa do escudo.

2.1. No que concerne à balança comercial, devem destacar-se os seguintes aspectos:

a) Reforçando a tendência já observada em 1978, o ritmo de crescimento das exportações intensificou-se de modo notável, sendo muito superior ao verificado nas importações (+ 43,3% contra 15,4%, medido em dólares);

b) Este comportamento é confirmado pelos dados disponíveis sobre as variações em volume destas variáveis (calculados a partir da análise em termos de preços constantes). Com efeito, as últimas estimativas indicam que as importações continuaram praticamente estagnadas (+ 0,6%) no 1.º semestre de 1979, como acontecera já em 1978, enquanto o volume global exportado se expandiu cerca de 24,4%. O comportamento favorável das exportações que se tem vindo a verificar está ligado à política cambial prosseguida desde 1977 a qual permitiu um significativo aumento da competitividade externa da indústria portuguesa, e à política de reafecção de recursos em favor das actividades exportadoras.

c) O saldo negativo da balança comercial em dólares declinou no 1.º semestre do ano em curso em cerca de 115 milhões de dólares (- 8,8%), acentuando-se, assim, a melhoria já notada em 1978 (- 6%), depois dos agravamentos no biénio de 1976-77. Estes resultados têm que ser considerados como extremamente positivos pelo que significam de factores correctores do desequilíbrio estrutural da balança de pagamentos, especialmente ao nível da balança de transacções correntes, a demaior relevância económica.

2.2. No que se refere à balança de transacções correntes (agregando as balanças comercial e de invisíveis correntes, esta última formada pelas de serviços e transferências privadas) a sua evolução no 1.º semestre de 1979 pode também ser analisada a partir do referido Quadro 1.

Como principal conclusão, deve destacar-se a substancial contracção do défice de transacções correntes, quer expresso em escudos (- 62,1%), quer, sobretudo, medido em dólares (- 67,1%). Esta melhoria de cerca de 560 milhões de dólares, notavelmente mais vincada que a contabilizada na balança comercial, resulta da quase duplicação do excedente da balança de invisíveis correntes, originada pela forte expansão das receitas líquidas do turismo e das remessas de emigrantes.

A acentuada redução do défice de transacções correntes nos primeiros seis meses de 1979, em relação a igual período do ano anterior deixa antever que o resultado final em 1979 desta balança averbará um saldo negativo muito inferior aos 800 milhões de dólares apurados no fim de 1978, situando-se, previsivelmente, em torno de apenas 400 milhões de dólares.

2.3. Importa ainda assinalar que o saldo da balança de pagamentos total, englobando a balança de transacções correntes e os movimentos de capitais não monetários, que foi positivo em 1978 em 160 milhões de dólares, atingiu já um excedente de cerca de 220 milhões de dólares na primeira metade deste ano. Para esta melhoria, contribuíram não só o comportamento favorável da balança de transacções correntes antes mencionado, mas também o efeito de um maior influxo líquido de capitais não monetários, e traduziu a continuação das boas condições de acesso de Portugal ao mercado financeiro internacional.

QUADRO 1

BALANÇA DE PAGAMENTOS DE PORTUGAL

| Rubricas | Ano de 1978 | | Variações percentuais ¹ | | 1.º semestre 1979 ² | | Variações percentuais ¹ | |
|--------------------------------------------------|--------------------|-----------------|------------------------------------|-----------------|--------------------------------|--------------------|------------------------------------|---------|
| | Milhares de contos | Milhões dólares | Milhares de contos | Milhões dólares | Milhares de contos | Milhões de dólares | Escudos | Dólares |
| 1. Balança comercial ³ | -104 280 | -2 381 | + 7,1 | - 6 | - 57 619 | -1 191 | + 4,3 | - 8,8 |
| Importações (F.o.b.) | 210 513 | 4 791 | + 20,9 | + 5,7 | 136 400 | 2 820 | + 32,0 | +15,4 |
| Exportações (F.o.b.) | 106 233 | 2 410 | + 38,5 | +20,4 | 78 781 | 1 629 | + 63,8 | +43,3 |
| 2. Balança de invisíveis correntes | 70 665 | 1 581 | + 76,8 | +52,5 | 44 240 | 915 | +122,4 | +95,5 |
| Dos quais: | | | | | | | | |
| Turismo | 19 253 | 431 | + 86,4 | +61 | 11 130 | 229 | +109,4 | +83,2 |
| Rendimentos de capitais | - 14 540 | - 329 | +111,6 | +83,8 | - 9 853 | - 204 | + 69,2 | +47,8 |
| Transferências privadas | 72 602 | 1 635 | + 67 | +44,2 | 49 396 | 1 023 | + 90,8 | +67,2 |
| 3. Balança de transacções correntes (1+2) | 33 615 | - 800 | - 41,4 | -46,5 | - 13 379 | - 276 | - 62,1 | -67,1 |
| 4. Balança de operações de capitais ⁴ | 43 252 | 960 | - | - | 24 206 | 498 | +117,3 | +94,5 |
| 5. Balança total (3+4) | + 9 637 | + 160 | - | - | 10 627 | 222 | - | - |

1. Variação em relação a igual período do ano anterior.

2. Valores provisórios e estimativas.

3. Baseada nos valores allandegários do I.N.E.

4. Inclui erros e omissões.



3. Reservas cambiais e dívida externa

3.1. No 1.º semestre de 1979 assistiu-se à continuação, em termos moderados, do recurso ao crédito externo, em grande parte por razões ligadas ao financiamento do défice da balança de transacções correntes, o que, se por um lado contribui para a formação do excedente da balança de pagamentos total, por outro traduziu-se naturalmente em aumento da dívida externa do País que, no final do semestre, registava um aumento, em dólares, de 4,5% relativamente ao seu valor no início do ano. (Quadro 2)

QUADRO 2
RESERVAS CAMBIAIS E DÍVIDA EXTERNA

| Rubricas | 31.12.77 | 31.12.78 | 30.6.79 |
|-------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|----------------------|
| 1. Reservas cambiais líquidas do País (em milhões US\$) | | | |
| 1.1. Com ouro a ex-preço oficial | 2 066 | 2 687 | 2 619 ⁽²⁾ |
| 1.2. Com ouro a preços de mercado ¹ | 4 951 | 6 562 | 7 501 |
| 2. Dívida externa (em milhões US\$) | 4 427 | 5 420 | 5 664 |
| 2.1. Dívida pública directa | 319 | 894 | 912 |
| 2.2. Dívidas com aval do Estado | 488 | 615 | 727 |
| 2.3. Dívida do Banco de Portugal | 1 681 | 1 924 | 1 795 |
| 2.4. Outra Dívida s/aval do Estado | 1 939 | 1 987 | 2 230 |
| 3. Rácio da dívida externa (em %) | | | |
| 3.1. Dívida Externa (2.) Reservas Cambiais (1.2) | 89,4 | 82,5 | 75,5 |

NOTAS:

(1) Valorizado à cotação média dos 3 meses precedentes na Praça de Londres segundo as International Financial Statistics

Cotações usadas:

31.12.77 - 162,16 US\$/onça

31.12.78 - 220,67 US\$/onça

30.6.79 - 265,80 US\$/onça

(2) Disponibilidades do Tesouro referem-se a 30.4.79

Este acréscimo resultou principalmente dos incrementos da dívida com aval do Estado (+ 19,2%) e da outra dívida sem aval do Estado (+ 12,2%), já que a dívida pública directa pouco cresceu e houve mesmo assinalável redução (- 6,7%) da dívida do Banco de Portugal.

Verificou-se, por outro lado, uma acentuada melhoria do perfil temporal da dívida, acompanhada da libertação iniciada em Janeiro de 1978, de parte das reservas de ouro afectas à garantia de empréstimos que, em 14/9/79, representavam apenas 16% do total, contra 48,6% em 1977 e 30,32% no fim de 1978.

3.2. O agravamento da dívida externa do País foi mais do que compensado pelo aumento do valor das reservas cambiais líquidas do sistema bancário nacional. Evolução que resultou, não só da recuperação da balança de pagamentos mas também, e sobretudo, do aumento das cotações do ouro no mercado livre conjugado com a quase invariabilidade do stock físico detido pelo Banco de Portugal. De notar que o aumento do valor do stock aurífero em resultado da elevação das cotações não tem qualquer efeito sobre as variações das reservas registadas na balança de pagamentos, a qual só deve medir os fluxos em termos de transacções efectuadas. Todavia, não deve ser ignorado que o aumento do preço do ouro representa um potencial de financiamento acrescido.

Em 14 de Setembro de 1979, o valor do stock do ouro do Banco de Portugal avaliado a US\$ 300,71/onça (preço médio do mês de Agosto) era de 6 653 milhões de dólares.

3.3. O rácio da dívida externa do Quadro 2 evidencia uma situação nitidamente favorável em comparação com outros países. A dívida externa total representava, em 30/6/79, 75,5% do valor das reservas cambiais, o que constitui decréscimo significativo relativamente a 31/12/77.

Pode concluir-se, pois, que o País se encontra em perfeitas condições para fazer face ao serviço da dívida externa - o que a melhoria daqueles rácios apenas veio acentuar.

4. Desde Agosto de 1977 que as autoridades cambiais portuguesas têm vindo a seguir uma política de desvalorização deslizando, previamente programada e tornada pública, da taxa de câmbio efectiva do escudo («crawling peg»). Como tem sido referido, esta é a orientação considerada mais adequada numa situação caracterizada por desequilíbrios externos acompanhados de fortes pressões inflacionistas.

Em Maio de 1978 foi fixado o ritmo de desvalorização de 1,25%, em média mensal. Posteriormente, e em consequência da evolução favorável das contas externas em 1978, esse ritmo de depreciação foi diminuído para 1%, em termos médios mensais, a partir de Abril do ano corrente.

Em face dos resultados positivos da balança de pagamentos do 1.º semestre de 1979, e no contexto de uma política cambial flexível que procura graduar o ritmo de desvalorização às necessidades de assegurar a adequada competitividade externa e evitar o agravamento das tensões inflacionistas, decidiu-se baixar a taxa média de depreciação efectiva mensal do escudo para 0,75%. (a partir de Junho último).

Reflexões TARDE

25 de Janeiro de 1980

Insurge-se o Estado-Maior General das Forças Armadas contra um artigo que o jornalista João Rosa publicou, recentemente, no semanário «Tempo» e toma-os ambos - jornal e jornalista - réus de um processo judicial por «ultraje» à instituição militar. Isso, depois de, «serenamente» - segundo reza a nota oficiosa emitida sobre o assunto - «aguardar» que o referido semanário, revendo o texto publicado no seu conteúdo e intenções, tomasse a iniciativa de se retratar».

Medida efectivamente simpática, essa, «serena» e, também, um pouco ingénua, se tivermos em conta que um jornalista responsável, com credibilidade, não diz hoje uma coisa para se desdizer uma semana volvida. Haverá outros sectores da vida nacional que o fazem, de facto, mas tal em nada prestigia os seus autores. A cada um a sua carapuça...

É digno de respeito a classe militar deste País, quando esta é representada por profissionais de indiscutível aprumio. Mas também não será de esquecer que nessa mesma classe se integram aqueles - muitos - que, entre outros actos recentes, apostaram na jogada totalitária de nos remeterem para o Leste mais delatável, exerceram prepotências e sevícias sobre portugueses respeitáveis e correram, disso já ninguém duvida, ao «tacho», pura e simplesmente. A nossa proverbial brandura, as amnistias que a maioria de esquerda fez aprovar pretendem levar tudo isso ao esquecimento. Sem que o consigam, contudo.

Assim, por vezes, o jornalista - cidadão que também pensa - é levado, por imperativo de consciência, a dar a sua opinião. Por exaltada que seja.

Enquanto tal não for proibido, evidentemente.

24. Janeiro, 1980

Tempo

INCONSTITUCIONALIDADE - Consta que foi levantado, numa das mais recentes reuniões do Conselho da Revolução, o problema de uma eventual inconstitucionalidade do programa de Governo da Aliança Democrática. A discussão ter-se-ia gerado por iniciativa de um membro cuja identidade não conseguimos apurar, mas acabaria por ser dada por encerrada face ao «prudente conselho» de Melo Antunes. A questão, aliás, parece que já anteriormente havia sido abertamente posta por outra alta sede do poder, em termos «inquietantes».



